



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

ISSN 2184-7932



Inquérito ao Setor da Economia Social 2018



Edição 2020



Estatísticas
oficiais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Inquérito ao Setor da Economia Social

2018

Edição 2020

FICHA TÉCNICA

Título

Inquérito ao Setor da Economia Social - 2018

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I. P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 218 426 100
Fax: 218 454 084

Presidente do Conselho Diretivo

Francisco Lima

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Publicação periódica

Irregular

Economia e Finanças | Empresas

Edição digital

ISSN 2184-7932
ISBN 978-989-25-0557-2



Apoio | ao utilizador

218 440 695

O INE, I. P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa • Portugal, 2020

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.





[INTRODUÇÃO]

O INE lançou em junho de 2019 o Inquérito ao Setor da Economia Social (doravante designado de ISES), uma operação estatística nova no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN), que surgiu na sequência da realização, em 2017, do Inquérito às Práticas de Gestão (IPG) das sociedades não financeiras. O projeto foi inicialmente pensado como uma extensão do IPG, no entanto, evoluiu para uma versão expandida de modo a integrar questões específicas do setor da Economia Social (ES), para além das questões relacionadas com as práticas de gestão.

As questões do inquérito resultaram do trabalho desenvolvido com a colaboração da CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

O questionário foi dirigido aos membros da direção de topo das entidades, pretendendo caracterizar o setor da ES, e subdividiu-se em três módulos principais: A - Caracterização da entidade, B - Práticas de gestão da entidade e C - Informação sobre o membro da direção de topo responsável pela informação. Foi realizado entre junho e setembro de 2019, tendo o ano 2018 como período de referência das respostas. O inquérito foi lançado a uma amostra de 6 019 entidades da ES, tendo sido consideradas neste estudo 3 550 respostas válidas (59,0% da amostra).

[INTRODUCTION]

Statistics Portugal launched, in June 2019, the Social Economy Sector Survey (hereinafter referred to as SESS), a new statistical operation within the scope of the National Statistical System (NSS), which emerged following the realization, in 2017, of the Management Practices Survey (MPS) of non-financial companies. The project was initially thought of as an extension of the SMP, however, it evolved into an expanded version, in order to integrate specific questions on the Social Economy (SE) sector, in addition to the management practices.

The survey questions resulted from the work developed with the partnership of CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

The questionnaire was addressed to members of the top management of the entities, aiming to characterize the SE sector, and was subdivided into three main modules: A - Characterization of the entity, B - Management practices of the entity and C - Information about the top manager responsible for information. It was carried out between June and September of 2019, with the year 2018 as the reference period for the answers. The survey was launched on a sample of 6.019 SE entities, with 3.550 valid answers (59.0% of the sample).

Os primeiros resultados deste inquérito foram divulgados em 27 de novembro de 2019, no dia Europeu da Economia Social, no espaço STATSlab do Portal do INE, correspondendo a estatísticas em desenvolvimento, dado que se centravam essencialmente na análise das práticas de gestão das entidades da economia social.

A publicação que agora se divulga resulta de um desenvolvimento dos resultados do inquérito ao Setor da Economia Social permitindo, para além da análise das práticas de gestão, divulgar outro tipo de informação que possibilita uma caracterização mais detalhada do setor, nomeadamente em termos das atividades desenvolvidas, composição interna, relações com entidades do setor público e privado, indicadores de medição do impacto social destas entidades e modalidades de financiamento.

O INE expressa os seus agradecimentos a todos quantos contribuíram para a elaboração desta publicação, em especial à CASES, por toda a colaboração no desenvolvimento do inquérito e na análise dos resultados obtidos. Agradecem-se igualmente as críticas e/ou sugestões que venham a ser formuladas pelos utilizadores e que contribuam para a valorização de edições futuras.

Setembro 2020

The first results of this survey were released on 27 November 2019, on the European Social Economy Day, in the STATSlab area of the Statistics Portugal's Portal, corresponding to statistics under development, since they were essentially focused on the analysis of the management practices of social economy entities.

The publication that is now released is the development of the results of the Social Economy Sector Survey, enabling, in addition to the analysis of management practices, the dissemination of other types of information that allow a more detailed characterization of the sector, namely in terms of the activities developed, internal composition, relations with public and private sector entities, indicators for measuring the social impact of these entities and its financing structure.

Statistics Portugal would like to acknowledge all those who have contributed to this publication, in particular CASES, for all the collaboration in the development of the survey and in the analysis of the results obtained. We would also like to thank and welcome all the suggestions aiming the improvement of future editions.

September 2020



[SUMÁRIO EXECUTIVO]

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulga novos resultados do Inquérito ao Setor da Economia Social 2018, em complemento da informação sobre práticas de gestão das entidades da Economia Social divulgada no primeiro destaque à comunicação social, publicado no STATSlab, em novembro de 2019 (www.ine.pt).

A população alvo deste inquérito compreendeu as entidades da Economia Social (ES) ativas em 2018, com sede em Portugal, excluindo as entidades da família SCA - Subsetores Comunitário e Autogestionário. Os resultados foram agrupados, sempre que possível, em 5 grandes famílias: Cooperativas, Associações mutualistas, Misericórdias, Fundações e Associações com fins altruísticos.

Alguns resultados referentes à caracterização das entidades da Economia Social:

- Em 2018, 36,8% das entidades da ES identificaram como a principal área geográfica de atuação o nível nacional e a existência de cerca de 20,5 milhões de cooperadores, associados ou irmãos inscritos nestas entidades.
- Todos os municípios do país registaram a presença deste tipo de entidades, com uma concentração mais significativa nos municípios de Lisboa, Porto e Coimbra.

[EXECUTIVE SUMMARY]

Statistics Portugal releases new results of the Social Economy Sector Survey (SESS) 2018, in addition to the information on management practices of Social Economy entities disclosed in the first press release, published in STATSlab, in November 2019 (www.ine.pt).

The target population of this survey included the Social Economy (SE) entities active in 2018, headquartered in Portugal, excluding the entities of the CSMS family – Community and Self Management Subsectors. The results were grouped, whenever possible, into 5 large families: Cooperatives, Mutual associations, Holy houses of mercy, Foundations and Associations with altruistic goals (AAG).

Some results regarding the characterization of Social Economy entities:

- In 2018, 36.8% of the SE entities identified the national level as the main geographical area of operation and the existence of about 20.5 million cooperators, associates or brothers enrolled in these entities.
- All municipalities registered the presence of this type of entities, with a more significant concentration in the municipalities of Lisboa, Porto and Coimbra.

- No que se refere à estrutura organizacional, em quase todas as famílias da ES, predominava o escalão correspondente a 1 ou 2 níveis hierárquicos, com exceção das Associações mutualistas e das Misericórdias, nas quais o escalão de 3 ou 4 níveis hierárquicos foi maioritário.
- A maioria das entidades da ES desenvolveu trabalho em rede ou em parceria em 2018, variando entre uma proporção de 54,6% nas Cooperativas e 85,4% nas Misericórdias.
- Em termos de antiguidade, cerca de 48% das entidades da ES eram seniores (20 ou mais anos). Por família, este estrato foi dominante, sendo que no caso das Misericórdias esta percentagem atingiu os 93,6%.

Em 2018, quase 90% dos membros da direção de topo das entidades da ES tinham funções executivas, com esta percentagem a variar entre 81,7% nas Fundações e 93,3% nas Associações mutualistas.

No que se refere aos dirigentes de topo (entendido como o dirigente que ocupa a posição hierarquicamente mais elevada sem subordinação a nenhuma outra), 79,9% destes foram eleitos através dos órgãos sociais, 32,9% consideraram-se como “moderadamente autónomos” no uso de tecnologias de informação, e quase 70% referiram “assumir as responsabilidades” como uma das características que melhor os descrevia.

No que respeita ao pessoal ao serviço nas entidades da ES, 81,0% tinham contratos de trabalho sem termo, mais de 70% tinham horário fixo e 5,3% eram de nacionalidade estrangeira. Quase 1/3 das pessoas ao serviço recebiam o salário mínimo nacional.

- Regarding the organizational structure, in all SE families, the option corresponding to 1 or 2 hierarchical levels was predominant, with the exception of the Mutual associations and the Holy houses of mercy, in which the 3 or 4 hierarchical levels was the main answer.
- The majority of SE entities engaged in networking or partnerships in 2018, varying between a proportion of 54.6% in Cooperatives and 85.4% in the Holy houses of mercy.
- In terms of seniority, around 48% of SE entities were senior (20 years old or more). By family, this category was dominant, and in the case of the Holy houses of mercy this percentage reached 93.6%.

In 2018, almost 90% of the members of the top management of SE entities had executive functions, with this percentage varying between 81.7% in Foundations and 93.3% in Mutualist associations.

With regard to top managers (understood as the manager who occupies the highest hierarchical position without subordination to any other), 79.9% of these were elected through the social/ corporate bodies, 32.9% considered themselves to be “moderately autonomous” in the use of information technologies, and almost 70% chose “taking responsibility” as one of the characteristics that best described them.

With regard to persons employed in SE entities, 81.0% had permanent employment contracts, more than 70% had fixed schedules and 5.3% were foreigners. Almost 1/3 of the employees received the national minimum wage.



Em 2018, 19,9% das Cooperativas realizaram ações de voluntariado no domínio do desenvolvimento da vida associativa e da ES, 60,0% das Associações mutualistas, 62,9% das Misericórdias e 32,2% das Fundações realizaram ações de voluntariado no domínio da ação social e 28,7% das ACFA realizaram ações de voluntariado no domínio da cultura e defesa do património.

Cerca de 40% das entidades da ES referiram que os voluntários estavam abrangidos por seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil, com destaque para as Misericórdias, onde esta percentagem atingiu os 77,1%.

Em 2018, 45,8% das entidades da ES não utilizavam indicadores-chave para a monitorização/avaliação do desempenho da sua atividade, variando entre 19,9% nas Misericórdias e 46,3% nas ACFA.

Em relação à presença destas entidades na Internet, 49,7% não tinha *website* ou página eletrónica em 2018, mas quase 2/3 utilizavam as redes sociais, variando esta percentagem entre 45,3% nas Cooperativas e 76,4% nas Misericórdias.

Quase 93,0% das entidades da ES não utilizaram métodos de medição do impacto social, em 2018. Esta percentagem variou entre 85,7% nas Fundações e 95,8% nas Cooperativas.

Na generalidade, a maioria das entidades da ES elabora apenas 4 documentos de gestão: Plano de Atividades (66,1%), Orçamento (56,3%), Relatório de atividades (62,1%) e Relatório e Contas (68,2%). De entre as entidades que elaboraram documentos de gestão, a maioria não os divulgou no respetivo *website* ou página eletrónica.

As transferências ou subsídios representaram 28,0% do total dos meios de financiamento das entidades da ES, em 2018, seguidas pelas prestações de serviços (22,0%) e pelos empréstimos (19,2%). Cerca de 6% das entidades da ES obtiveram financiamento de fontes estrangeiras, variando esta percentagem entre 5,2% nas ACFA e 25,5% nas Misericórdias.

In 2018, 19.9% of the Cooperatives carried out voluntary actions in the domain of development of associative life and SE, 60.0% of Mutual associations, 62.9% of Holy houses of mercy and 32.2% of Foundations carried out voluntary actions in the domain of social action and 28.7% of the AAG carried out voluntary actions in the domain of culture and heritage defense.

Around 40% of SE entities mentioned that volunteers were covered by personal accident and liability insurance, especially the Holy houses of mercy, where this percentage reached 77.1%.

In 2018, 45.8% of SE entities did not use key indicators for monitoring/evaluating the performance of their activity, ranging from 19.9% in the Holy houses of mercy to 46.3% in the AAG.

Regarding the presence of these entities on the internet, 49.7% did not have a website in 2018, but almost 2/3 used social networks, this percentage varying between 45.3% in Cooperatives and 76.4% in the Holy houses of mercy.

Almost 93.0% of SE entities did not use methods of measuring social impact in 2018. This percentage varied between 85.7% in Foundations and 95.8% in Cooperatives.

In general, most SE entities only elaborate 4 management documents: Activity Plan (66.1%), Budget (56.3%), Activity Report (62.1%) and Annual Report (68.2%). Among the entities which elaborate management documents, the majority did not disclose them on their website.

Transfers or subsidies represented 28.0% of the total revenues of SE entities, in 2018, followed by services (22.0%) and loans (19.2%). Around 6% of SE entities were financed by foreign sources, varying this percentage between 5.2% in the AAG and 25.5% in the Holy houses of mercy.

Com respeito a iniciativas de responsabilidade social neste setor, 47,9% destas entidades não implementaram iniciativas de responsabilidade social. Das que promoveram algum tipo de iniciativas, 20,6% divulgaram informação interna e 17,9% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental, embora se registem diferenças significativas nas várias famílias da ES.

De entre os princípios orientadores das entidades da ES, previstos no artigo 5.º da Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), em média, foi atribuída a valorização mais elevada (numa escala de 1 a 7) ao respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade (4,8).

With respect to social responsibility initiatives in this sector, 47.9% of these entities did not implement social responsibility initiatives. Of those that promoted some type of initiatives, 20.6% released internal information and 17.9% developed initiatives aimed at environmental sustainability, although there were significant differences in the various families of SE.

Among the guiding principles of SE entities, established in article 5 of the SE Framework Law (Law no. 30/2013, of 8 May), on average, a higher valuation was attributed (on a scale from 1 to 7) to the respect for the values of solidarity, equality and non-discrimination, social cohesion, justice and equity, transparency, shared individual and social responsibility and subsidiarity (4.8).



[SINAIS CONVENCIONAIS]

SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E INFORMAÇÃO AOS UTILIZADORES

Sinais convencionais:

// Não aplicável

X Valor não disponível

Siglas:

% Percentagem

ACFA Associações com fins altruísticos

CASES Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CSES Conta Satélite da Economia Social

ES Economia Social

INE Instituto Nacional de Estatística

IPG Inquérito às Práticas de Gestão

ISES Inquérito ao Setor da Economia Social

ISO Organização Internacional de Normalização (*International Organization for Standardization*)

ITV Inquérito ao Trabalho Voluntário

N.º Número

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PIB Produto Interno Bruto

SCA Subsetores Comunitário e Autogestionário

UE União Europeia

VAB Valor Acrescentado Bruto

Informação aos utilizadores:

- Por questões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas;
- Os dados divulgados nesta publicação bem como outra informação relativa às Estatísticas das Empresas encontram-se disponíveis no Portal das Estatísticas Oficiais em: www.ine.pt





[ÍNDICE]

pág.

Introdução/Introduction	3
Sumário executivo/Executive Summary	5
Sinais convencionais, siglas e informação aos utilizadores	9
1. Caraterização das entidades da economia social	13
2. Caraterização da direção de topo e do dirigente de topo das entidades da economia social	23
3. Caraterização das pessoas ao serviço no setor da economia social	29
4. Trabalho voluntário no setor da economia social	33
5. Gestão e práticas de prestação de contas no setor da economia social	37
6. Caraterização dos meios de financiamento das entidades da economia social	45
7. Iniciativas de responsabilidade social no setor da economia social	49
8. Para além do VAB e do <i>GSCORE</i> : contributos da economia social para os objetivos de desenvolvimento sustentável	57
Metainformação Estatística	69





[CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL]



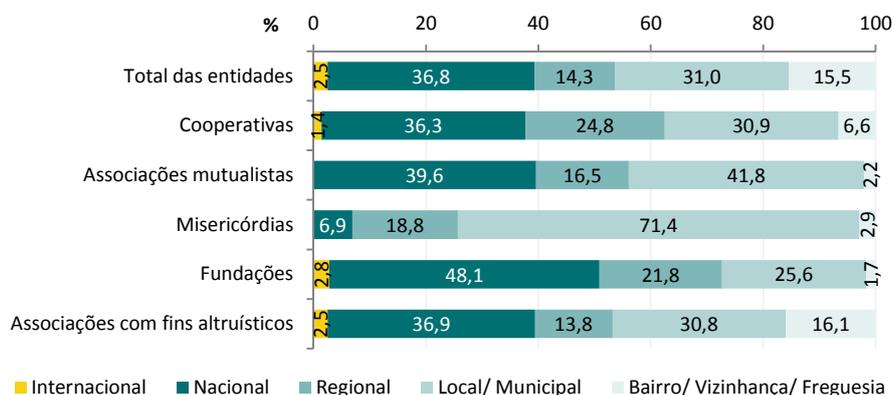
1. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

EM 2018, 36,8% DAS ENTIDADES DA ES IDENTIFICARAM O NÍVEL NACIONAL COMO A SUA PRINCIPAL ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO

Em 2018, 36,8% das entidades da ES identificaram como principal área geográfica de intervenção o nível nacional, enquanto 31,0% selecionaram o nível local ou municipal. Cerca de 14% das entidades referiram atuar a nível regional e 15,5% concentraram a sua atividade no bairro, vizinhança ou freguesia. Apenas 2,5% do total de entidades da ES selecionaram o nível internacional enquanto principal área geográfica de atuação.

Os resultados apresentaram variações significativas entre as diferentes famílias da ES: enquanto nas Cooperativas, nas Fundações e nas ACFA o nível nacional foi o que agregou o maior número de entidades (com 36,3%, 48,1% e 36,9%, respetivamente), nas Misericórdias e nas Associações mutualistas o nível local ou municipal foi predominante (71,4% e 41,8%, respetivamente).

Figura 1.1 - Principal área geográfica em que as entidades da ES desenvolveram a sua atividade, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

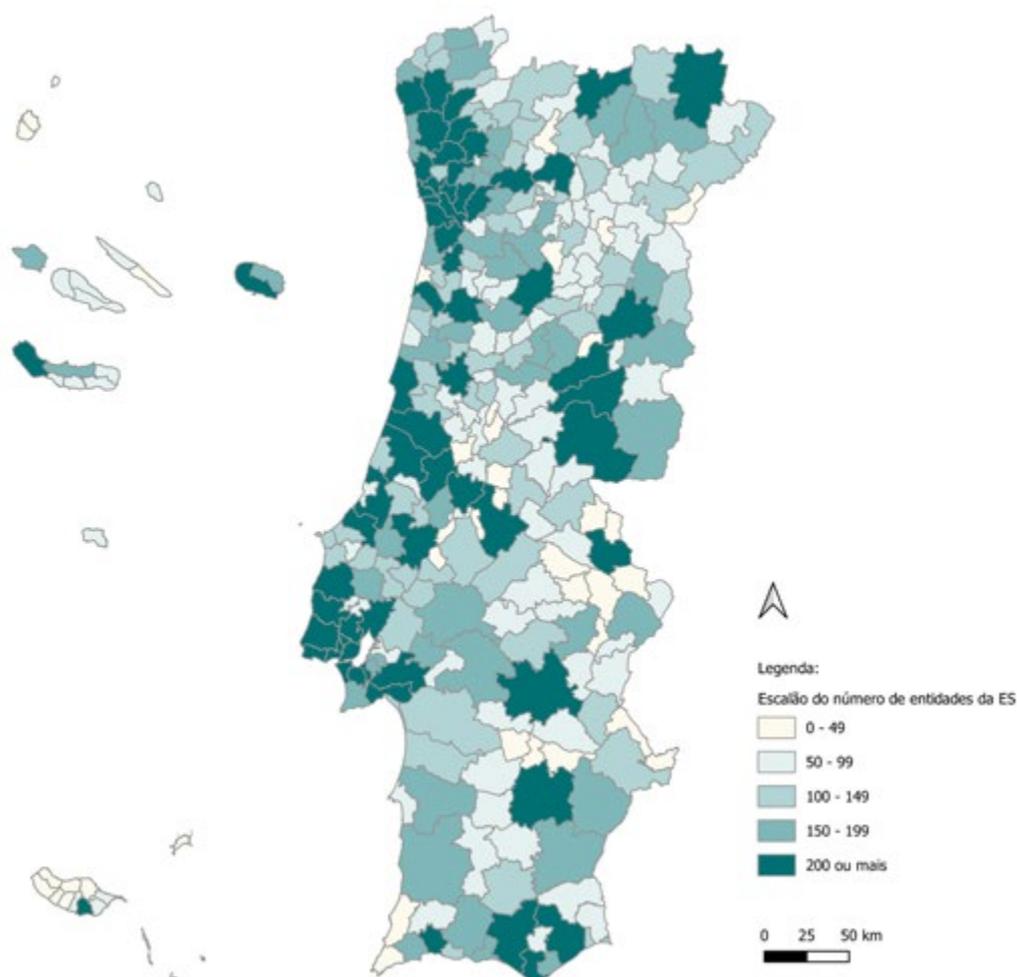
EXISTEM ENTIDADES DA ES EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO PAÍS, COM UMA CONCENTRAÇÃO MAIS SIGNIFICATIVA EM LISBOA, PORTO E COIMBRA

Analisando a localização geográfica das 64 134 entidades da ES, conclui-se que, em 2018, todos os municípios do país registavam a presença deste tipo de entidades, observando-se uma concentração mais significativa das mesmas nos municípios de Lisboa, Porto e Coimbra.

É igualmente possível observar uma polarização do setor da ES em outros municípios do interior do país, tais como Évora, Bragança, Castelo Branco, Vila Real e Guarda.

Na Região Autónoma dos Açores destacam-se os municípios de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo e na Região Autónoma da Madeira o município do Funchal.

Figura 1.2 - Distribuição das entidades da ES, por município (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Em 2018, as entidades da ES identificaram como principal utilizador, beneficiário ou cliente o público em geral (64,0%), as crianças (15,0%), os jovens (13,5%), a população idosa (8,9%) e os fiéis e crentes (8,5%).

Apesar do público em geral corresponder ao principal utilizador, beneficiário ou cliente em quase todas as famílias da ES, com exceção das Misericórdias, observaram-se diferenças significativas quanto à distribuição dos demais utilizadores, beneficiários ou clientes.

De facto, nas Cooperativas, além do público em geral (66,5%), assumiram especial relevância os outros (14,7%), as entidades da ES (7,4%), as crianças (7,2%) e os homens (6,1%).

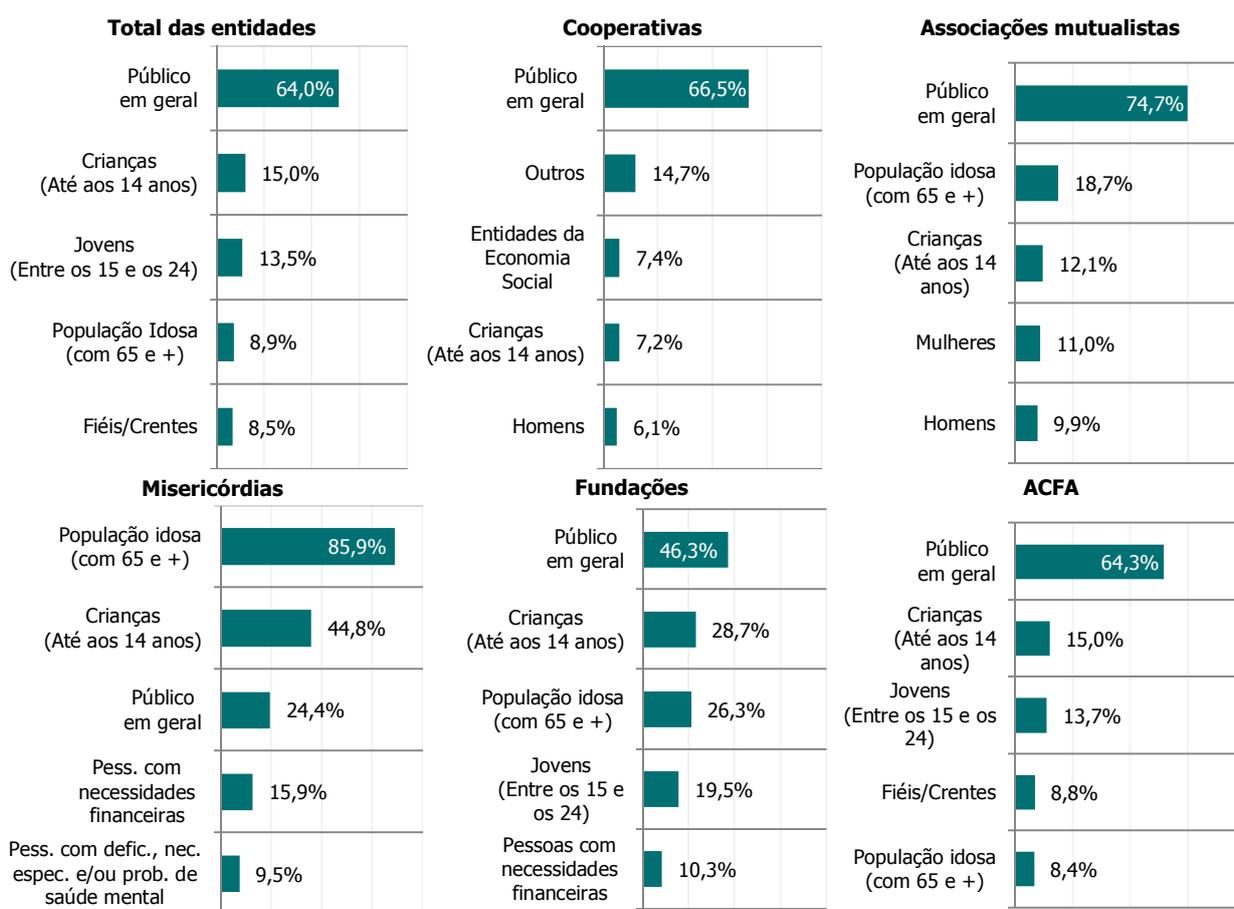
Nas Associações mutualistas destacaram-se, além do público em geral (74,7%), a população idosa (18,7%), as crianças (12,1%), as mulheres (11,0%) e os homens (9,9%).

Para as Misericórdias o principal utilizador, beneficiário ou cliente foi a população idosa (85,9%), seguida das crianças (44,8%), do público em geral (24,4%), das pessoas com necessidades financeiras (15,9%) e das pessoas com deficiência, necessidades especiais e/ou problemas de saúde mental (9,5%).

No que diz respeito às Fundações, além do público em geral (46,3%) como principal utilizador, beneficiário ou cliente, destacaram-se as crianças (28,7%), a população idosa (26,3%), os jovens (19,5%) e as pessoas com necessidades financeiras (10,3%).

Por último, nas ACFA foram preponderantes o público em geral (64,3%), as crianças (15,0%), os jovens (13,7%), os fiéis e crentes (8,8%) e a população idosa (8,4%).

Figura 1.3 - Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

EM 2018, EXISTIAM CERCA DE 20,5 MILHÕES DE COOPERADORES, ASSOCIADOS OU IRMÃOS INSCRITOS NAS ENTIDADES DA ES

Em 2018, existiam cerca de 20,5 milhões de cooperadores, associados ou irmãos inscritos nas entidades da ES e cerca de 1,1 milhões de organizações (pessoas coletivas ou equiparadas)¹ filiadas no setor da ES. Tal significa que, assumindo como referência o total da população nacional (10 276 617 de habitantes, em 2018), em média, cada residente no país seria sócio de duas entidades da ES.

¹ Entende-se por membros coletivos, ou membros de pessoas coletivas ou equiparadas, as entidades que se destinam à prossecução de certos fins comuns e às quais o direito atribui a qualidade de pessoas jurídicas, ou seja, a capacidade de terem direitos e obrigações, incluindo por exemplo empresas privadas, empresas públicas e entidades da economia social. Tal como acontece nos membros individuais, os membros coletivos podem estar inscritos como cooperadores, associados ou irmãos em mais do que uma entidade.

As ACFA agregaram a maior parte dos cooperadores, associados ou irmãos inscritos na ES (89,5%), enquanto as Fundações e as Misericórdias concentraram a menor percentagem de cooperadores, associados ou irmãos inscritos (0,6% em cada).

Do total de inscritos, cerca de 48% detinham quotas pagas em 2018, o que não significa necessariamente que os demais 52% tivessem quotas em dívida ou em atraso, pois existem entidades sem obrigatoriedade de pagamento de quotas. A percentagem de cooperadores, associados ou irmãos com quotas pagas foi mais elevada nas Associações mutualistas (96,3%) e mais reduzida nas Fundações (17,6%).

Quadro 1.1 - Número de cooperadores, associados ou irmãos inscritos nas entidades da ES, por família e total (2018)

Unidade: N.º Unidade: %

Agregação	Cooperadores, associados ou irmãos inscritos em 2018		Dos quais: Cooperadores, associados ou irmãos inscritos em 2018 <u>com quotas pagas</u> em 2018	
	Pessoas coletivas ou equiparadas	Pessoas singulares	Pessoas coletivas ou equiparadas	Pessoas singulares
	N.º		%	
Total das entidades				
Total das entidades	1 055 742	20 486 008	33,1%	47,9%
Família				
Cooperativas	104 777	828 454	44,7%	42,5%
Associações mutualistas	46 123	1 084 363	11,9%	96,3%
Misericórdias	4 915	121 327	66,8%	61,0%
Fundações	13 305	116 434	5,0%	17,6%
Associações com fins altruísticos	886 622	18 335 430	33,0%	45,4%

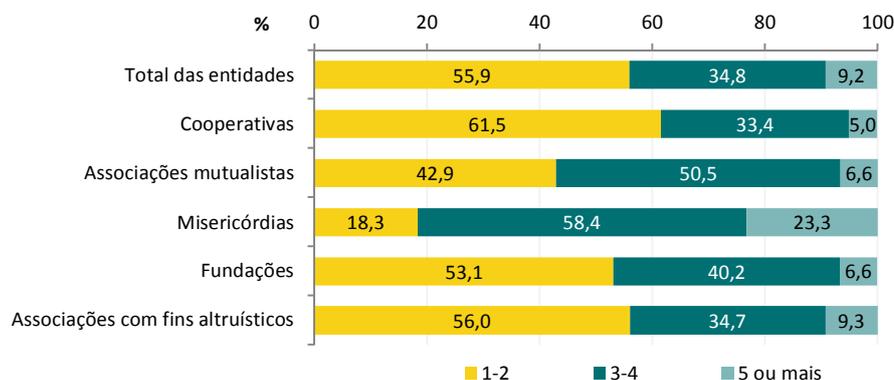
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

55,9% DAS ENTIDADES DA ES TINHAM APENAS 1 OU 2 NÍVEIS HIERÁRQUICOS NA SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em 2018, 55,9% das entidades da ES tinham apenas 1 ou 2 níveis hierárquicos na sua estrutura organizacional, 34,8% tinham 3 ou 4 níveis hierárquicos, 9,2% tinham 5 ou mais níveis hierárquicos.

Em quase todas as famílias da ES o escalão correspondente a 1 ou 2 níveis hierárquicos foi predominante, com exceção das Associações mutualistas e das Misericórdias, nas quais o escalão de 3 ou 4 níveis hierárquicos foi maioritário, representando 50,5% e 58,4% destas entidades, respetivamente.

Figura 1.4 - Níveis hierárquicos existentes na estrutura orgânica das entidades da ES, por família e total (2018)

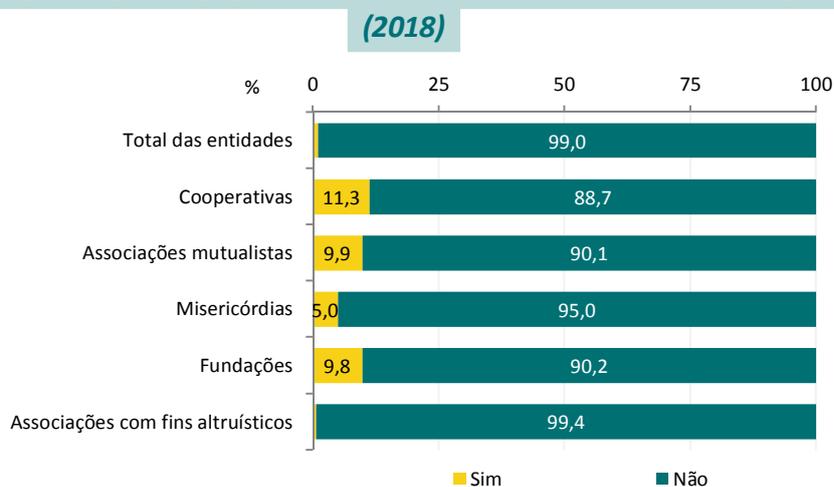


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

99,0% DAS ENTIDADES DA ES não detinham participações sociais noutras entidades nacionais, em 2018

Em 2018, 99,0% das entidades da ES não detinham quaisquer participações sociais noutras entidades nacionais. Não obstante, importa referir que 11,3% das Cooperativas, 9,9% das Associações mutualistas, 9,8% das Fundações e 5,0% das Misericórdias detinham participações sociais noutras entidades.

Figura 1.5 - Detenção de participações sociais noutras entidades nacionais, por família e total



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

APENAS 14,6% DAS MISERICÓRDIAS NÃO DESENVOLVERAM TRABALHO EM REDE OU EM PARCERIA EM 2018

Em 2018, cerca de 45,4% das Cooperativas referiram não ter desenvolvido trabalho em rede ou em parceria. Das Cooperativas que trabalharam em rede ou em parceria, 28,1% indicaram como parceiras outras Cooperativas, seguindo-se o setor empresarial e setor público (23,9% e 23,1%, respetivamente).

Em 2018, 30,8% das Associações mutualistas não desenvolveram trabalho em rede ou em parceria. De entre as Associações mutualistas que trabalharam em rede ou em parceria, quase 50% estabeleceram parcerias com outras Associações mutualistas.

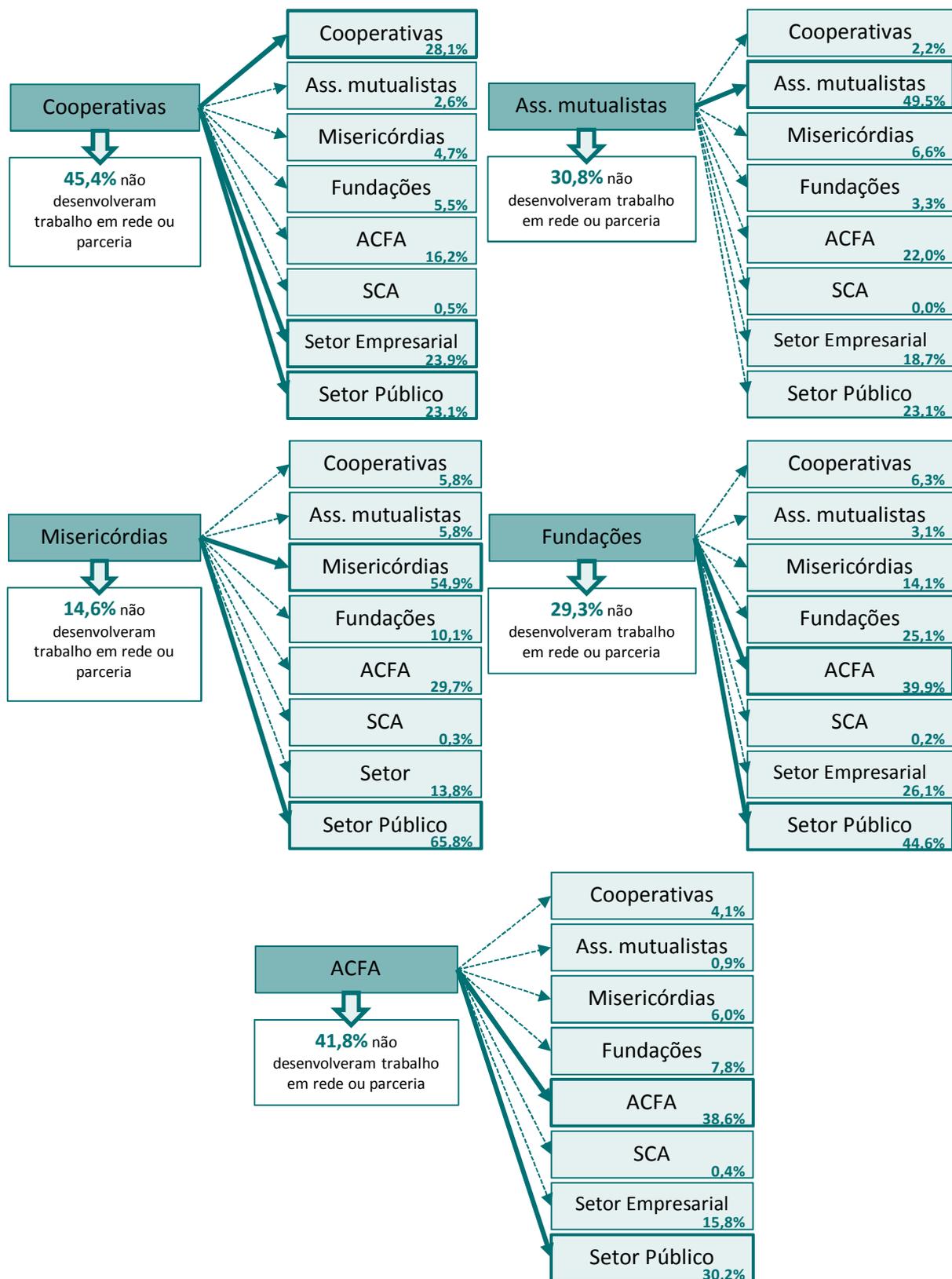
Somente 14,6% das Misericórdias admitiram não ter desenvolvido trabalho em rede ou em parceria, em 2018. Das Misericórdias que trabalharam em rede ou em parceria, 65,8% indicaram como parceiro o setor público e 54,9% referiram outras Misericórdias.

29,3% das Fundações não desenvolveram trabalho em rede ou em parceria, em 2018. De entre as Fundações que trabalharam em rede ou em parceria, quase 45% estabeleceram parcerias com o setor público e quase 40% com ACFA.

Cerca de 42% das ACFA admitiram não ter desenvolvido trabalho em rede ou em parceria, em 2018. Das ACFA que trabalharam em rede ou em parceria, 38,6% indicaram como parceiras outras ACFA e 30,2% identificaram o setor público.



Figura 1.6 - Trabalho em rede ou em parceria nas entidades da ES, por família (2018)

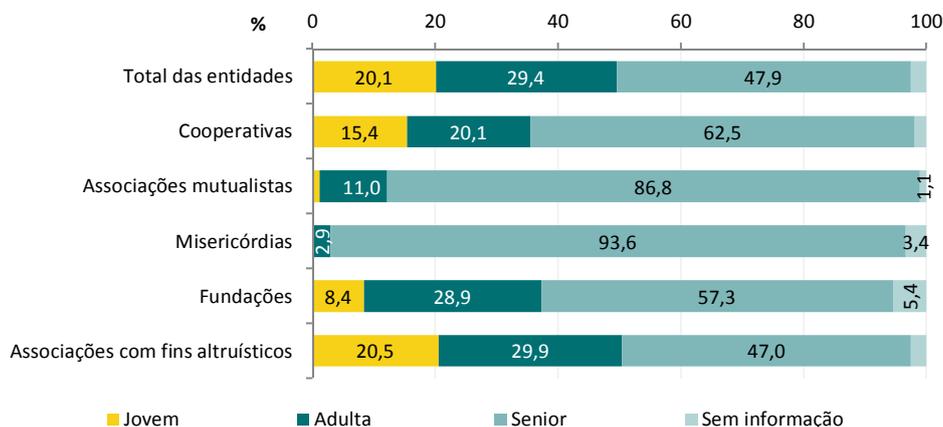


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

EM 2018, 47,9% DAS ENTIDADES DA ES TINHAM 20 OU MAIS ANOS DE IDADE

Em 2018, 47,9% das entidades da ES eram seniores (20 ou mais anos de idade). Por família, este estrato foi dominante, sendo que no caso das Misericórdias esta percentagem elevou-se para 93,6%. Por oposição, as ACFA eram a família da ES com uma percentagem mais significativa de entidades jovens (20,5%), seguindo-se as Cooperativas (15,4%).

Figura 1.7 - Agregações de idade das entidades da ES, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social



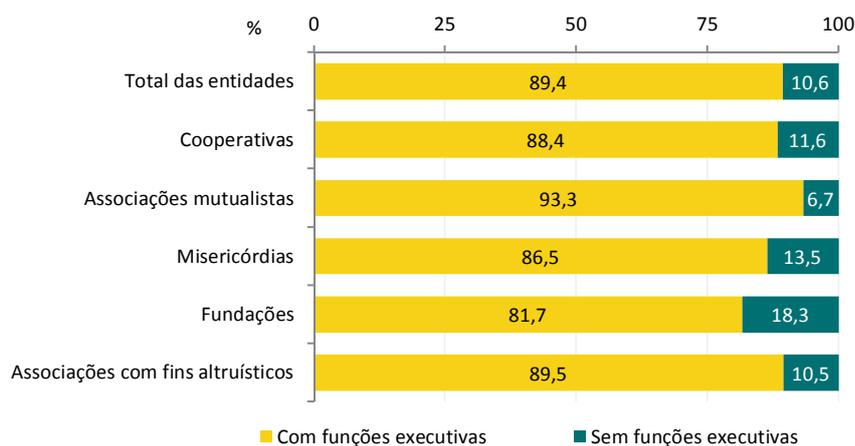
[CARATERIZAÇÃO DA DIREÇÃO DE TOPO E DO DIRIGENTE DE TOPO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL]

2. CARATERIZAÇÃO DA DIREÇÃO DE TOPO E DO DIRIGENTE DE TOPO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

QUASE 90% DOS MEMBROS DA DIREÇÃO DE TOPO DAS ENTIDADES DA ES TINHAM FUNÇÕES EXECUTIVAS

Em 2018, 89,4% dos membros da direção de topo das entidades da ES exerciam funções executivas. Esta percentagem variou entre 81,7% nas Fundações e 93,3% nas Associações mutualistas.

Figura 2.1 - Membros da direção de topo das entidades da ES com e sem funções executivas, por família e total (2018)

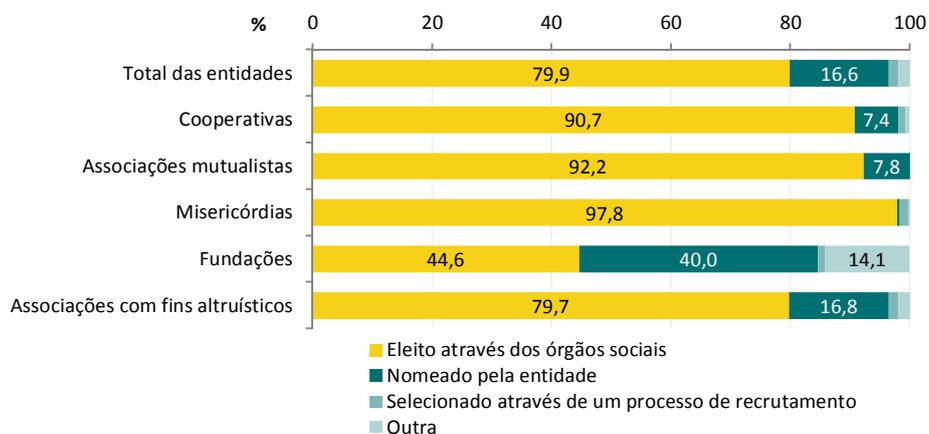


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

79,9% DOS DIRIGENTES DE TOPO DAS ENTIDADES DA ES FORAM ELEITOS ATRAVÉS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 2018, 79,9% dos dirigentes de topo das entidades da ES foram eleitos através dos órgãos sociais e 16,6% foram nomeados pela própria entidade. No caso das Fundações, a percentagem de dirigentes de topo nomeados pela entidade eleva-se para 40,0%, enquanto a percentagem de dirigentes de topo eleitos através dos órgãos sociais desce para 44,6%. Ainda no caso das Fundações, em mais de metade das outras situações o dirigente de topo é “designado” (nominalmente ou em representação de alguma entidade) pelos estatutos ou pelo criador ou fundador da entidade.

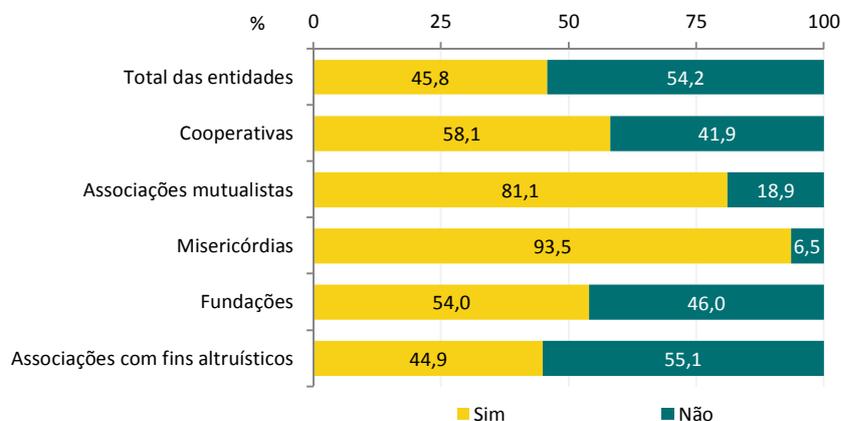
Figura 2.2 - Forma de seleção do dirigente de topo da entidade da ES, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Em 2018, existiam limites (temporais ou de número de mandatos) aplicáveis ao exercício do cargo de dirigente de topo em quase 46% do total das entidades da ES, variando esta percentagem entre 44,9% nas ACFA e 93,5% nas Misericórdias.

Figura 2.3 - Existência de limites (temporais ou de número de mandatos) aplicáveis ao exercício do cargo de dirigente de topo, por família e total (2018)

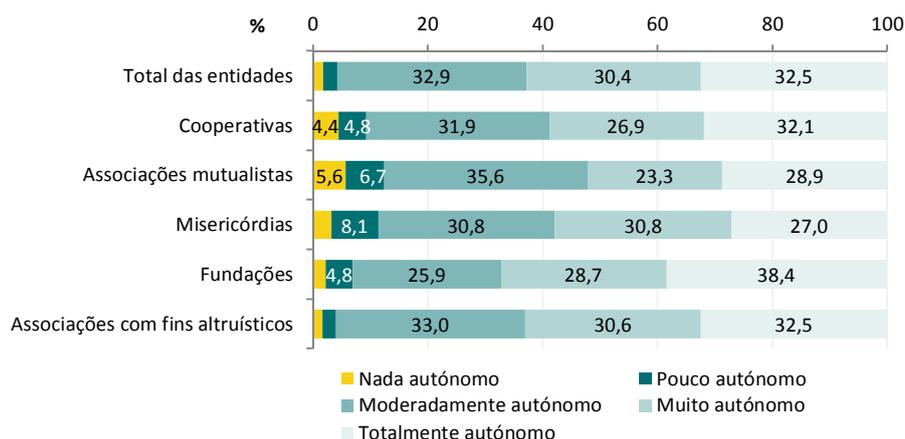


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

32,9% DOS DIRIGENTES DE TOPO DAS ENTIDADES DA ES CONSIDERARAM-SE COMO “MODERADAMENTE AUTÓNOMOS” NO USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Em 2018, 32,9% dos dirigentes de topo das entidades da ES autoavaliaram o seu grau de autonomia relativamente à compreensão e utilização de tecnologias de informação como “Moderadamente autónomos”, 32,5% consideraram-se “Totalmente autónomos” e 30,4% como “Muito autónomos”.

Figura 2.4 - Avaliação do grau de autonomia do dirigente de topo, relativamente à compreensão e utilização de tecnologias de informação, por família e total (2018)

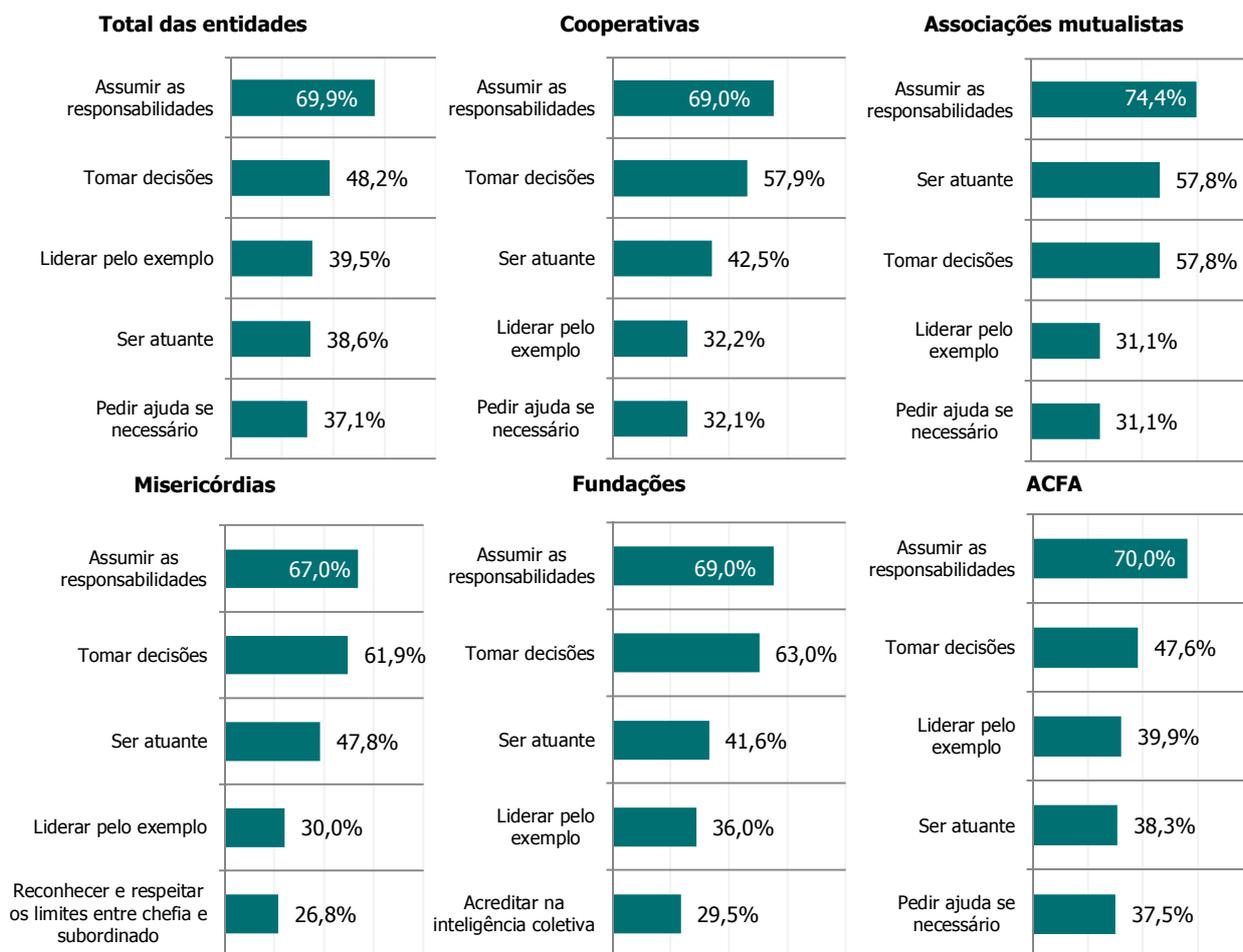


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

QUASE 70% DOS DIRIGENTES DE TOPO DA ES CONSIDERARAM QUE “ASSUMIR AS RESPONSABILIDADES” ERA UMA DAS CARACTERÍSTICAS QUE MELHOR OS DESCREVIA

Quase 70,0% dos dirigentes de topo das entidades da ES consideraram que “assumir as responsabilidades” era uma das características que melhor os descrevia. Destacaram-se ainda as características “tomar decisões” (48,2%) e “liderar pelo exemplo” (39,5%).

Figura 2.5 - 5 principais características que melhor descreviam o dirigente de topo da ES, por família e total (2018)

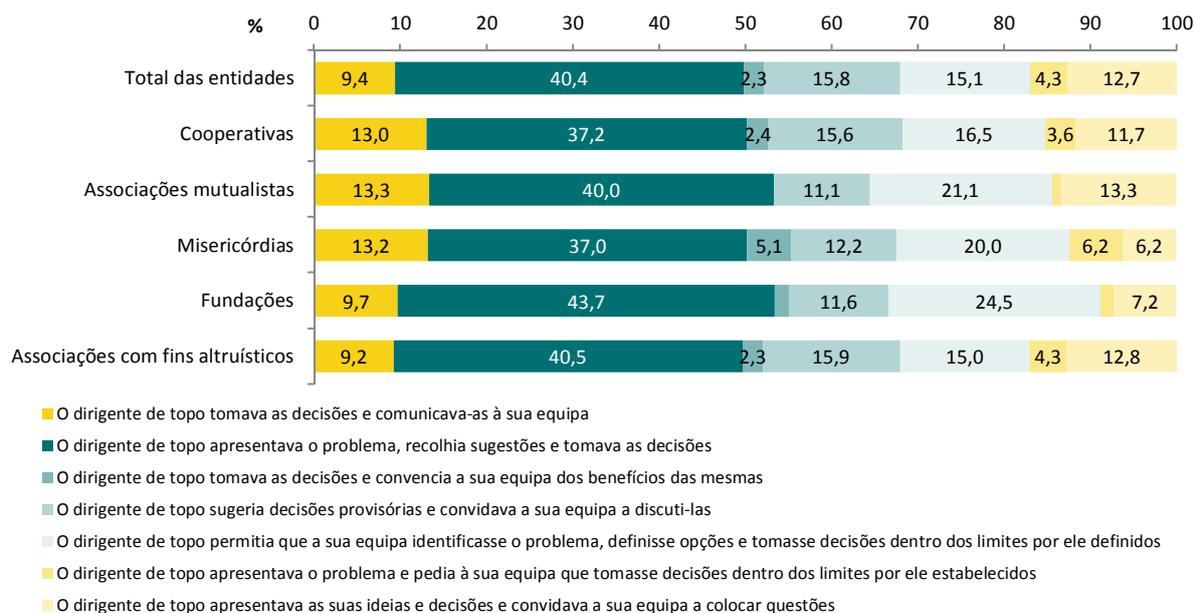


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

CERCA DE 40% DOS DIRIGENTES DE TOPO DA ES CONSIDERARAM QUE A AFIRMAÇÃO QUE MELHOR DESCREVIA O ESTILO DE LIDERANÇA NA ENTIDADE ERA: “O DIRIGENTE DE TOPO APRESENTAVA O PROBLEMA, RECOLHIA SUGESTÕES E TOMAVA AS DECISÕES”

Em 2018, 40,4% dos dirigentes de topo da ES consideraram que a afirmação que melhor descrevia o estilo de liderança da entidade era “O dirigente de topo apresentava o problema, recolhia sugestões e tomava as decisões”, seguindo-se a afirmação “O dirigente de topo sugeria decisões provisórias e convidava a sua equipa a discuti-las” (15,8%).

Figura 2.6 - Caracterização do estilo de liderança das entidades da ES, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social



[CARATERIZAÇÃO DAS PESSOAS AO SERVIÇO NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL]

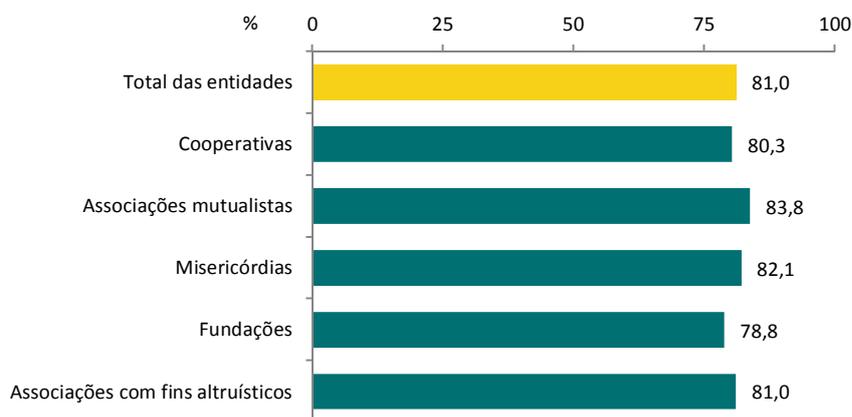


3. CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS AO SERVIÇO NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

EM 2018, 81,0% DAS PESSOAS AO SERVIÇO NAS ENTIDADES DA ES TINHAM CONTRATOS DE TRABALHO SEM TERMO

Em 2018, 81,0% das pessoas ao serviço com vínculo laboral tinham contratos de trabalho sem termo. Esta percentagem variou entre 78,8% nas Fundações e 83,8% nas Associações mutualistas.

Figura 3.1 - Percentagem de pessoas ao serviço com vínculo laboral, com contratos de trabalho sem termo, por família e total (2018)

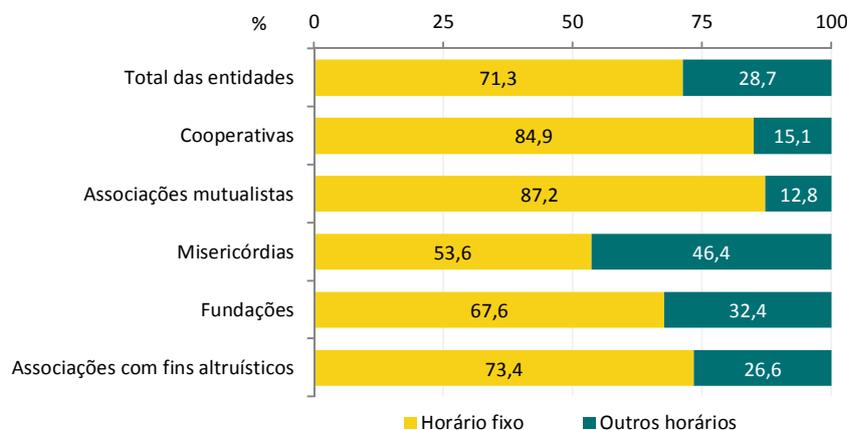


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

MAIS DE 70% DAS PESSOAS AO SERVIÇO NAS ENTIDADES DA ES TINHAM HORÁRIO FIXO

Em 2018, 71,3% das pessoas ao serviço nas entidades da ES tinham horário de trabalho fixo. Esta modalidade de horário abrangia a maioria das pessoas ao serviço em todas as famílias da ES. No entanto, importa sublinhar que 46,4% das pessoas ao serviço nas Misericórdias tinham outras modalidades de horário.

Figura 3.2 - Tipos de horário das pessoas ao serviço nas entidades da ES, por família e total (2018)

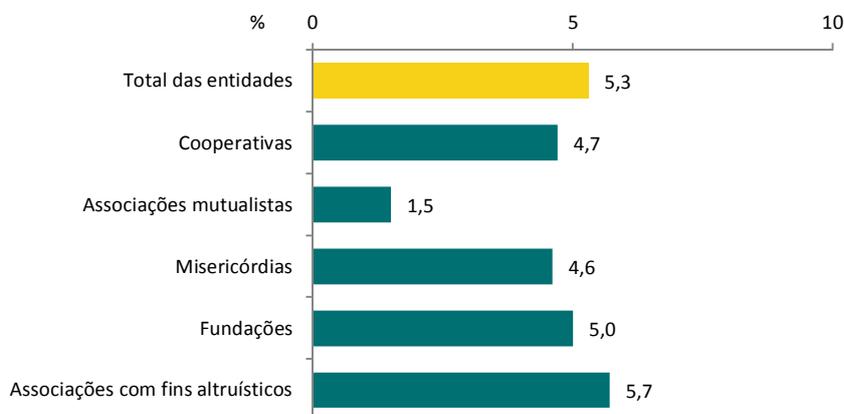


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

5,3% DAS PESSOAS AO SERVIÇO DAS ENTIDADES DA ES TINHAM NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

Em 2018, 5,3% das pessoas ao serviço das entidades da ES tinham nacionalidade estrangeira, variando esta percentagem entre 1,5% nas Associações mutualistas e 5,7% nas ACFA.

Figura 3.3 - Percentagem de pessoas ao serviço das entidades da ES com nacionalidade estrangeira, por família e total (2018)

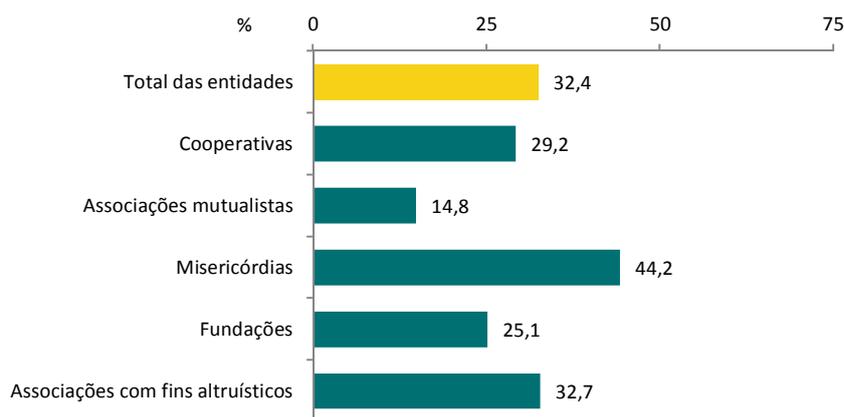


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

QUASE 1/3 DAS PESSOAS AO SERVIÇO DAS ENTIDADES DA ES RECEBIAM O SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Em 2018, 32,4% das pessoas ao serviço das entidades da ES auferiam a remuneração mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo nacional), variando esta percentagem entre 14,8% nas Associações mutualistas e 44,2% nas Misericórdias.

Figura 3.4 - Percentagem de pessoas ao serviço que auferiam a retribuição mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo), por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social



[TRABALHO VOLUNTÁRIO NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL]



4. TRABALHO VOLUNTÁRIO NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

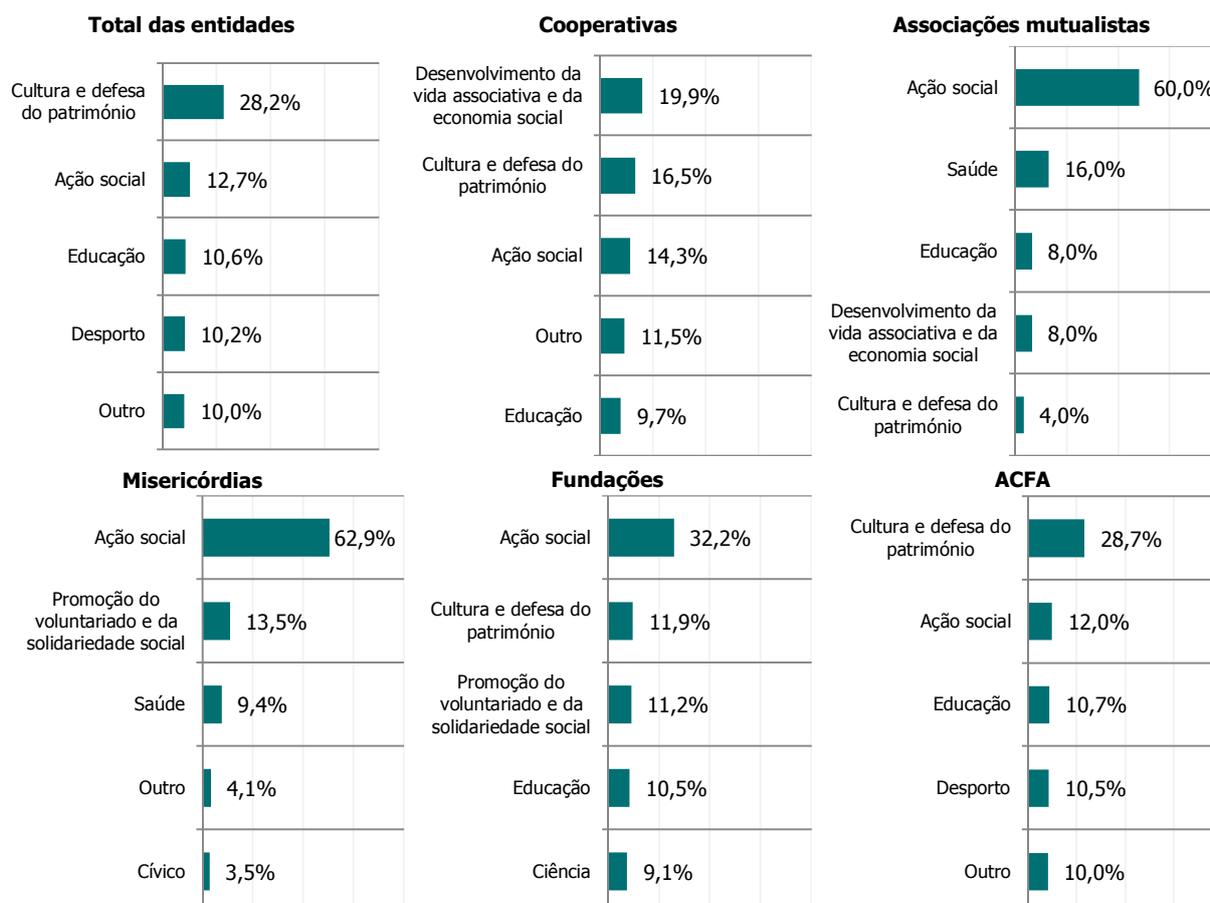
Em complemento da informação recolhida no âmbito do Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV) 2018, o ISES incluiu algumas questões sobre trabalho voluntário, na ótica das entidades da ES, cujos resultados são apresentados em seguida.

QUASE 30% DAS ENTIDADES DA ES REALIZARAM AÇÕES DE VOLUNTARIADO NO DOMÍNIO DA CULTURA E DEFESA DO PATRIMÓNIO

Em 2018, 28,2% das entidades da ES realizaram ações de voluntariado no domínio da cultura e defesa do património. Contudo, observaram-se diferenças significativas nas diferentes famílias da ES:

- 19,9% das Cooperativas realizaram ações de voluntariado no domínio do desenvolvimento da vida associativa e da ES;
- 60,0% das Associações mutualistas, 62,9% das Misericórdias e 32,2% das Fundações realizaram ações de voluntariado no domínio da ação social;
- 28,7% das ACFA realizaram ações de voluntariado no domínio da cultura e defesa do património.

Figura 4.1 - 5 principais domínios em que se inseriram as ações de voluntariado promovidas pelas entidades da ES, por família e total (2018)

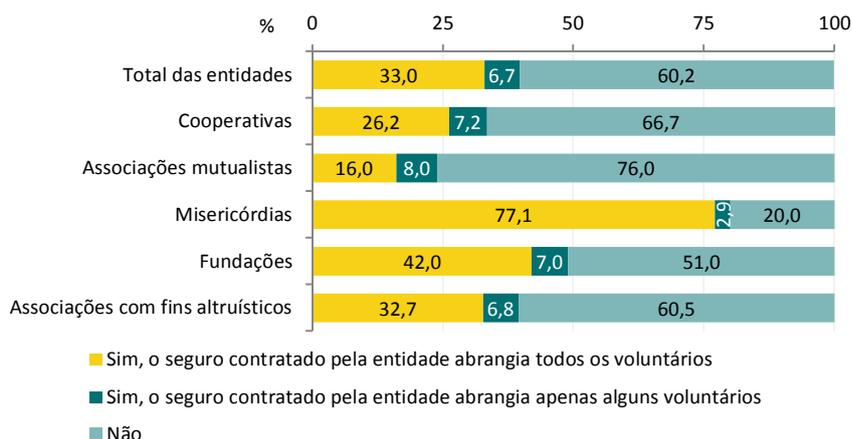


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

EM CERCA DE 60% DAS ENTIDADES DA ES OS VOLUNTÁRIOS NÃO ESTAVAM ABRANGIDOS POR SEGURO

Cerca de 60% das entidades da ES referiram que os voluntários não estavam abrangidos por seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil, apesar de tal ser legalmente exigido nos termos definidos na Lei de Bases do Voluntariado, e em apenas 1/3 das entidades que contrataram o seguro, este abrangia todos os voluntários. Destaque para as Misericórdias, em que 77,1% tinham contratado um seguro que abrangia todos os voluntários.

Figura 4.2 - Voluntários abrangidos por seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil contratado pela entidade da ES, por família e total (2018)

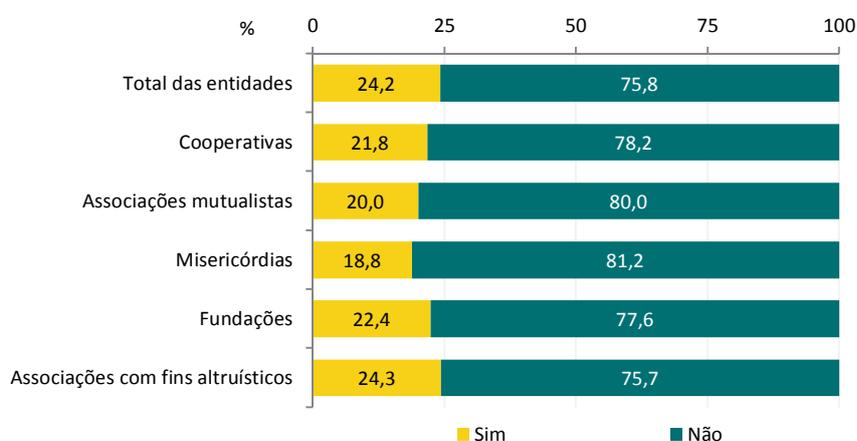


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

75,8% DAS ENTIDADES DA ES NÃO REEMBOLSARAM OS VOLUNTÁRIOS DE DESPESAS REALIZADAS NO ÂMBITO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em 2018, 75,8% das entidades da ES não reembolsaram os voluntários de despesas realizadas no exercício de trabalho voluntário. Esta percentagem variou entre 75,7% nas ACFA e 81,2% nas Misericórdias.

Figura 4.3 - Reembolso de despesas realizadas no exercício de trabalho voluntário, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social



[GESTÃO E PRÁTICAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL]

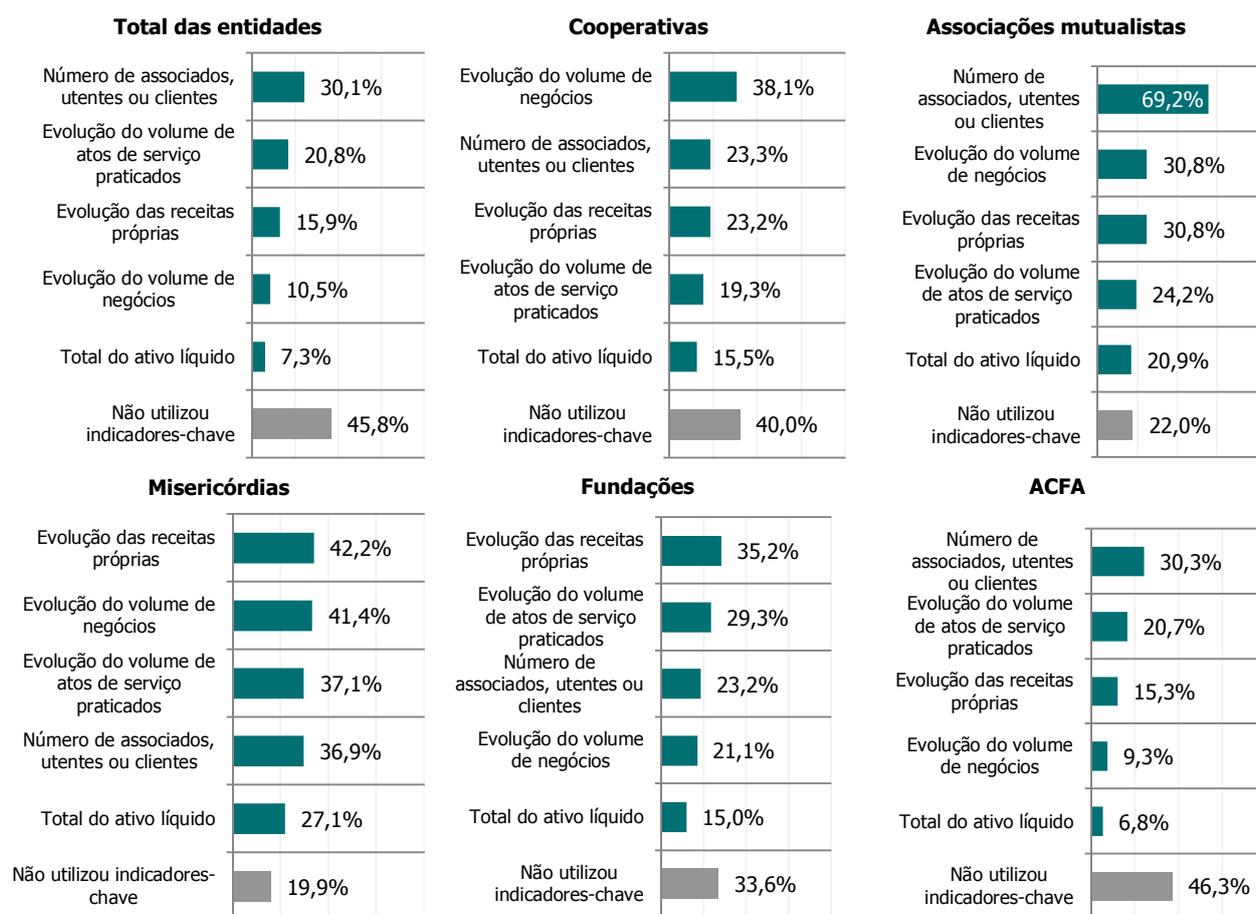
5. GESTÃO E PRÁTICAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

EM 2018, QUASE 46% DAS ENTIDADES DA ES NÃO UTILIZARAM INDICADORES-CHAVE PARA A MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Em 2018, 45,8% do total de entidades da ES não utilizaram indicadores-chave para a monitorização e avaliação do desempenho da atividade desenvolvida. Das entidades que recorreram à utilização de indicadores-chave em 2018, 30,1% utilizaram o indicador referente ao número de associados, utentes ou clientes, 20,8% utilizaram a evolução do volume de atos de serviço praticados e 15,9% utilizaram a evolução das receitas próprias. No entanto, estes resultados variaram, de forma significativa, nas diferentes famílias da ES:

- 40,0% das Cooperativas não utilizaram indicadores-chave e, de entre as que utilizaram indicadores-chave de desempenho, 38,1% recorreram à análise da evolução do volume de negócios, 23,3% utilizaram o número de associados, utentes ou clientes e 23,2% analisaram a evolução das receitas próprias;
- 69,2% das Associações mutualistas utilizaram o número de associados, utentes ou clientes e 30,8% destas associações analisaram a evolução do volume de negócios e das receitas próprias. Apenas 22,0% das Associações mutualistas não utilizaram indicadores-chave para monitorizar e avaliar o desempenho da atividade desenvolvida;
- 42,2% das Misericórdias utilizaram a evolução das receitas próprias, 41,4% analisaram a evolução do volume de negócios e 37,1% recorreram à evolução do volume de atos de serviço praticados. Menos de 20% das Misericórdias não utilizaram indicadores-chave para monitorizar e avaliar o desempenho da sua atividade;
- 35,2% das Fundações analisaram a evolução das receitas próprias e 29,3% analisaram a evolução do volume de atos de serviço praticados. Quase 34% não utilizaram indicadores-chave de desempenho;
- Por último, 46,3% das ACFA não utilizaram indicadores-chave, 30,3% utilizaram o número de associados, utentes ou clientes e 20,7% analisaram a evolução do volume de atos de serviço praticados.

Figura 5.1 - Utilização de indicadores-chave na monitorização e avaliação do desempenho da atividade desenvolvida, por família e total (2018)

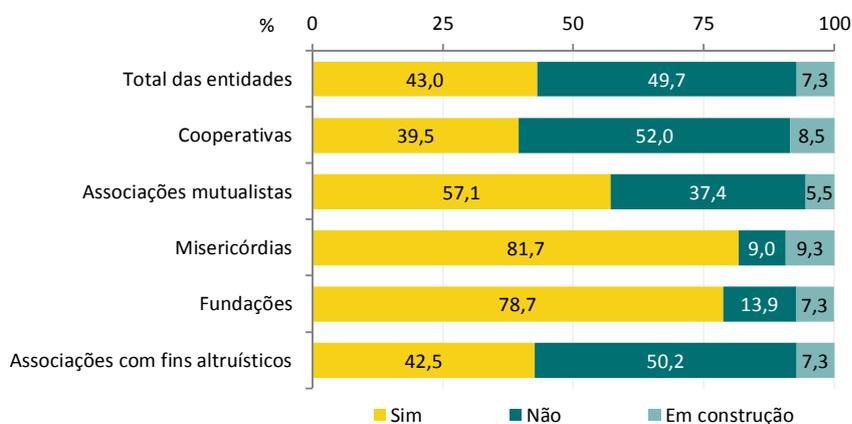


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

QUASE METADE DAS ENTIDADES DA ES NÃO TINHA WEBSITE OU PÁGINA ELETRÓNICA EM 2018

Em 2018, 49,7% das entidades da ES não tinham *website* ou página eletrónica, variando esta percentagem entre 9,0% nas Misericórdias e 52,0% nas Cooperativas.

Figura 5.2 - Percentagem de entidades da ES com e sem *website* ou página eletrónica, por família e total (2018)

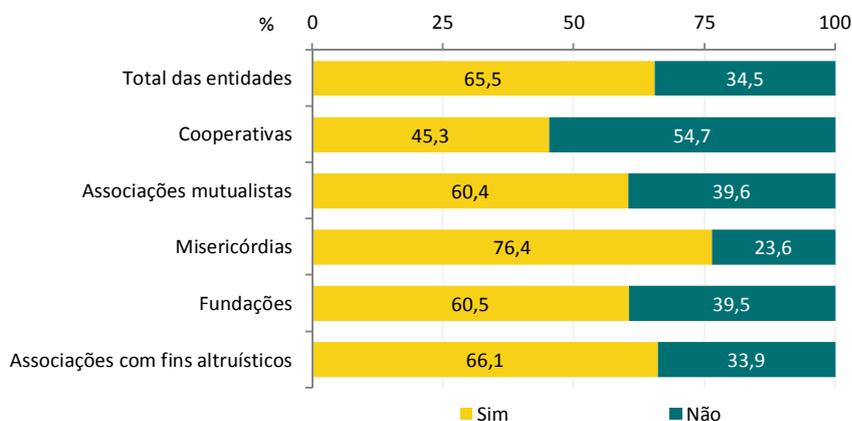


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

QUASE 2/3 DAS ENTIDADES DA ES UTILIZAVAM AS REDES SOCIAIS EM 2018

Em 2018, 65,5% das entidades da ES utilizavam as redes sociais - Facebook, LinkedIn, Twitter, entre outras, variando esta percentagem entre 45,3% nas Cooperativas e 76,4% nas Misericórdias.

Figura 5.3 - Percentagem de entidades da ES que utilizou as redes sociais - Facebook, LinkedIn, Twitter, entre outras, por família e total (2018)

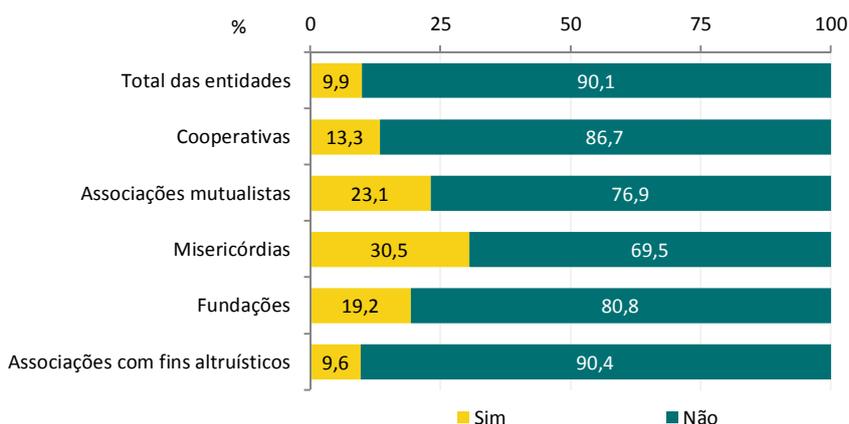


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

9,9% DAS ENTIDADES DA ES RECORRERAM À CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES EXTERNOS

Em 2018, 9,9% das entidades da ES contrataram consultores externos para ajudar a melhorar algumas das áreas de gestão. Esta percentagem foi maior nas Misericórdias e menor nas ACFA (30,5% e 9,6%, respetivamente).

Figura 5.4 - Percentagem de entidades da ES que contratou consultores externos, por família e total (2018)

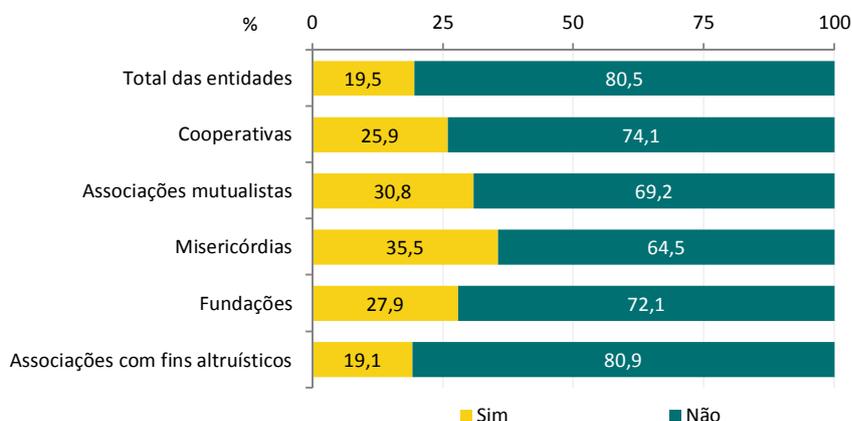


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

QUASE 81% DAS ENTIDADES DA ES NÃO TINHAM SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL

Em 2018, 80,5% das entidades da ES não tinham sistema de gestão documental. Esta percentagem variou entre 64,5% nas Misericórdias e 80,9% nas ACFA.

Figura 5.5 - Percentagem de entidades da ES com e sem sistema de gestão documental, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

EM 2018 REGISTRARAM-SE 38 249 RECLAMAÇÕES NAS ENTIDADES DA ES

Em 2018, foram registadas 38 249 reclamações nas entidades da ES, das quais 19 156 (50,1%) nas ACFA e 17 382 (45,4%) nas Cooperativas, sendo estas as famílias com maior número de entidades da ES (95,2% e 3,1% do total de entidades, respetivamente).

Quadro 5.1 - Número de reclamações recebidas ou registadas nas entidades da ES, por família e total (2018)

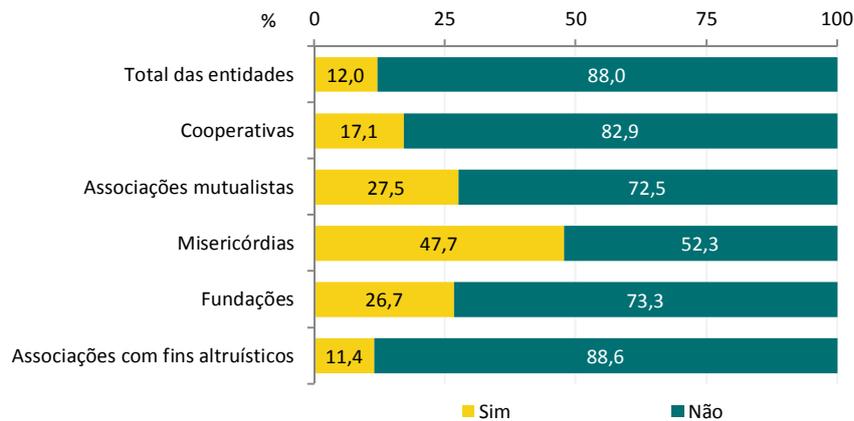
Agregação	Número de reclamações recebidas/registadas
Total das entidades	
Total das entidades	38 249
Família	
Cooperativas	17 382
Associações mutualistas	617
Misericórdias	692
Fundações	402
Associações com fins altruísticos	19 156

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

47,7% DAS MISERICÓRDIAS REALIZARAM QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO DOS SEUS UTILIZADORES, BENEFICIÁRIOS OU CLIENTES

Em 2018, 88,0% das entidades da ES não realizaram questionários de avaliação da satisfação dos seus utilizadores, beneficiários ou clientes, variando esta percentagem entre 52,3% nas Misericórdias e 88,6% nas ACFA. Destaque para as Misericórdias, em que quase metade das entidades referiu ter realizado questionários de avaliação da satisfação dos seus utilizadores em 2018.

Figura 5.6 - Percentagem de entidades da ES que realizou questionários de avaliação da satisfação dos seus utilizadores, beneficiários ou clientes, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

MAIS DE 90% DAS ENTIDADES DA ES NÃO UTILIZARAM MÉTODOS DE MEDIÇÃO DO IMPACTO SOCIAL

Quase 93,0% das entidades da ES não utilizaram métodos de medição do impacto social, em 2018. Esta percentagem variou entre 85,7% nas Fundações e 95,8% nas Cooperativas.

De entre os métodos de medição do impacto social das entidades, destacou-se o *Balanced Scorecard*, utilizado por 6,6% das Associações mutualistas, 6,1% das Misericórdias e 5,9% das Fundações. Importa ainda referir que 7,1% das Fundações utilizaram outros métodos de medição do impacto social.

Figura 5.7 - Utilização de métodos de medição do impacto social das entidades da ES, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

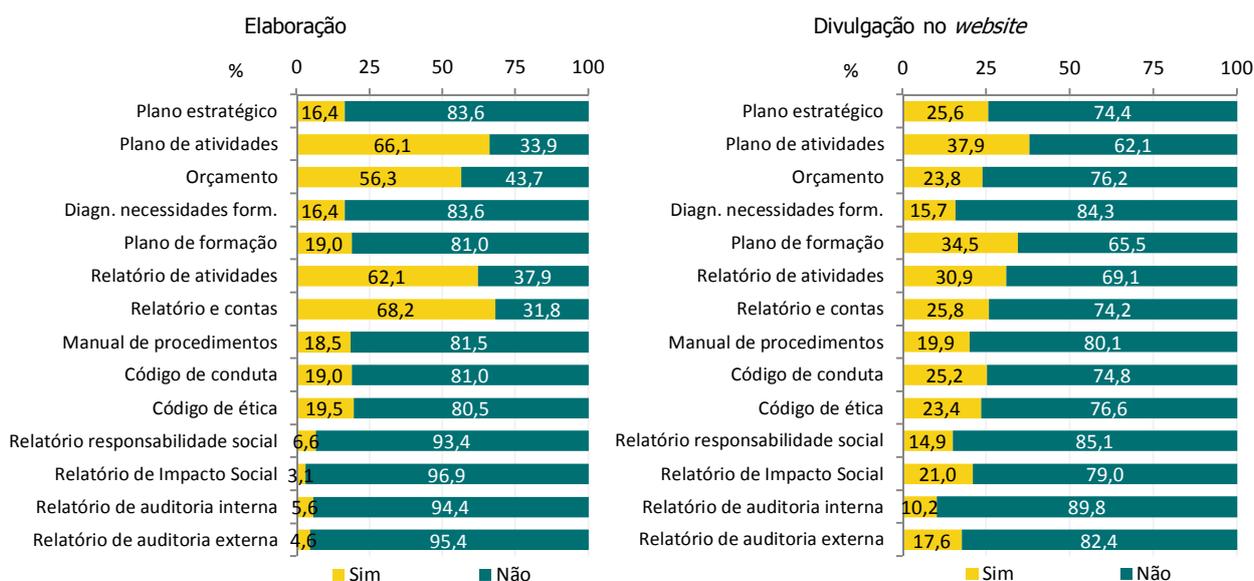
A MAIORIA DAS ENTIDADES DA ES ELABOROU 4 DOCUMENTOS DE GESTÃO EM 2018: PLANO DE ATIVIDADES, ORÇAMENTO, RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RELATÓRIO E CONTAS

Em regra, a maioria das entidades da ES elabora 4 documentos de gestão: Plano de Atividades (66,1%), Orçamento (56,3%), Relatório de atividades (62,1%) e Relatório e Contas (68,2%).

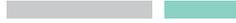
Apenas 3,1% das entidades referiu ter elaborado um Relatório de Impacto Social, 4,6% referiu dispor de Relatório de Auditoria Externa e 5,6% ter elaborado Relatório de Auditoria Interna. Importa ainda referir que menos de 20% das entidades da ES dispunham de: Código de ética (19,5%), Código de conduta (19,0%), Plano de formação (19,0%), Manual de Procedimentos (18,5%), Diagnóstico de necessidades de formação (16,4%) e Plano estratégico (16,4%).

De entre as entidades que elaboraram documentos de gestão, a maioria não os divulgou no respetivo *website* ou página eletrónica, em 2018. 37,9% das entidades divulgaram o Plano de Atividades, que correspondeu ao documento de gestão previsional mais divulgado nos *websites* ou páginas eletrónicas. Importa ainda referir que 30,9% das entidades divulgaram o Relatório de Atividades e 25,8% divulgaram o Relatório e Contas.

Figura 5.8 - Elaboração e divulgação no *website* de documentos de gestão, total das entidades da ES (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social



[CARATERIZAÇÃO DOS MEIOS DE FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL]



6. CARATERIZAÇÃO DOS MEIOS DE FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL

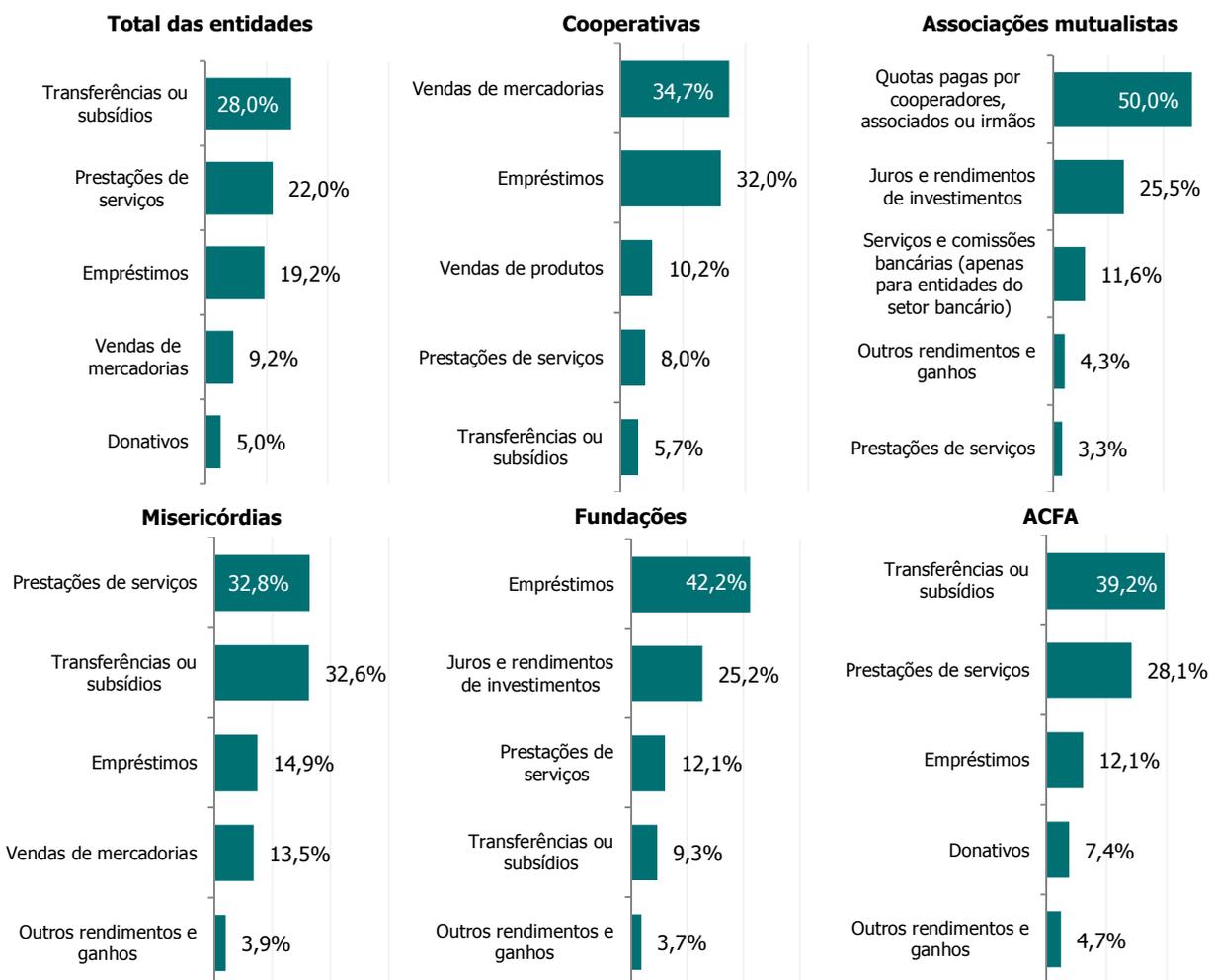
AS TRANSFERÊNCIAS OU SUBSÍDIOS REPRESENTARAM 28,0% DOS MEIOS DE FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES DA ES

As transferências ou subsídios representaram 28,0% do total dos meios de financiamento das entidades da ES, em 2018, seguidas pelas prestações de serviços (22,0%) e pelos empréstimos (19,2%).

Contudo, a distribuição dos meios de financiamento variou, de forma significativa, nas diferentes famílias da ES:

- Nas Cooperativas, a venda de mercadorias representou 34,7% do total dos meios de financiamento, seguindo-se os empréstimos e a venda de produtos acabados (32,0% e 10,2%, respetivamente);
- Nas Associações mutualistas, as quotas pagas por cooperadores, associados ou irmãos representaram 50,0% do total dos meios de financiamento, seguindo-se os juros e rendimentos de investimento e os serviços e comissões bancárias (25,5% e 11,6%, respetivamente);
- Nas Misericórdias, as prestações de serviços corresponderam a 32,8% do total dos meios de financiamento, praticamente a par das transferências ou subsídios (32,6%), seguindo-se os empréstimos (14,9%);
- Nas Fundações, os empréstimos foram o principal meio de financiamento (42,2%), seguindo-se os juros e rendimentos de investimento e as prestações de serviços (25,2% e 12,1%, respetivamente);
- Nas ACFA, as transferências ou subsídios ascenderam a 39,2%, enquanto as prestações de serviços representaram 28,1% e os empréstimos 12,1% do total dos meios de financiamento.

Figura 6.1 - 5 principais meios de financiamento das entidades da ES, por família e total (2018)

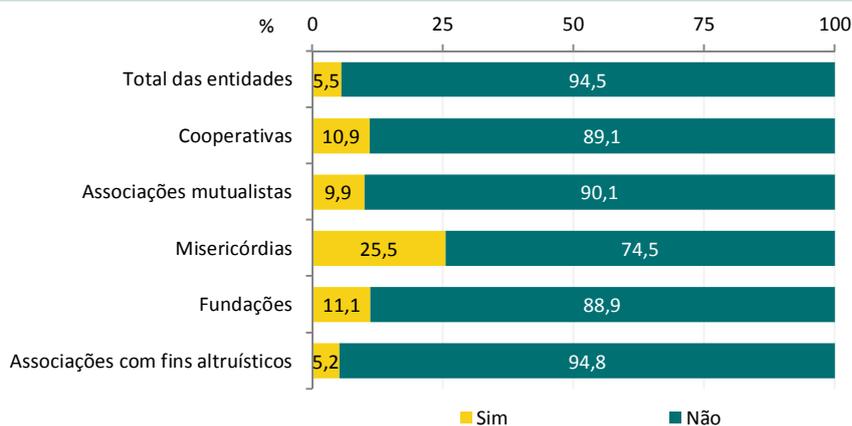


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

EM 2018, 5,5% DAS ENTIDADES DA ES OBTIVERAM FINANCIAMENTO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS OU OUTROS SEMELHANTES

Em 2018, 5,5% das entidades da ES referiram ter obtido financiamento de fontes estrangeiras, designadamente da União Europeia (Fundos Comunitários) ou outros semelhantes. Esta percentagem variou entre 5,2% nas ACFA e 25,5% nas Misericórdias.

Figura 6.2 - Obtenção de financiamento de fontes estrangeiras, designadamente da União Europeia (Fundos Comunitários) ou outros semelhantes, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social



[INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL]

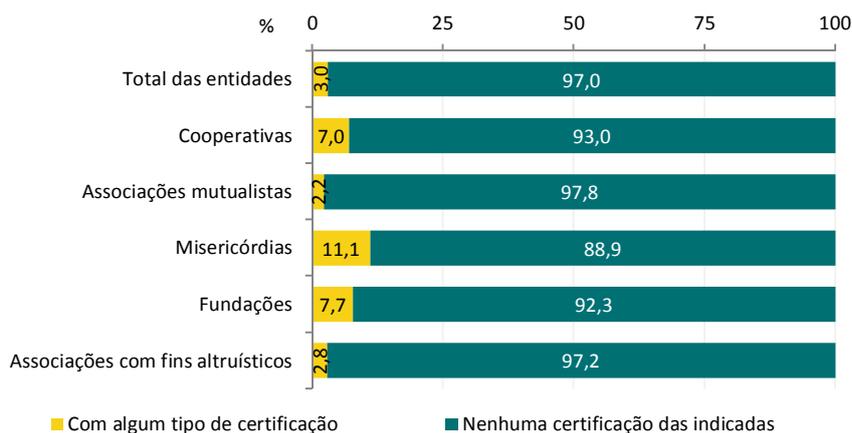


7. INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

APENAS 3,0% DAS ENTIDADES DA ES DETINHAM ALGUM TIPO DE CERTIFICAÇÃO

Em 2018, apenas 3,0% das entidades da ES detinham algum tipo de certificação (de qualidade, ambiental, de responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável). Esta percentagem variou entre 2,2% nas Associações mutualistas e 11,1% nas Misericórdias.

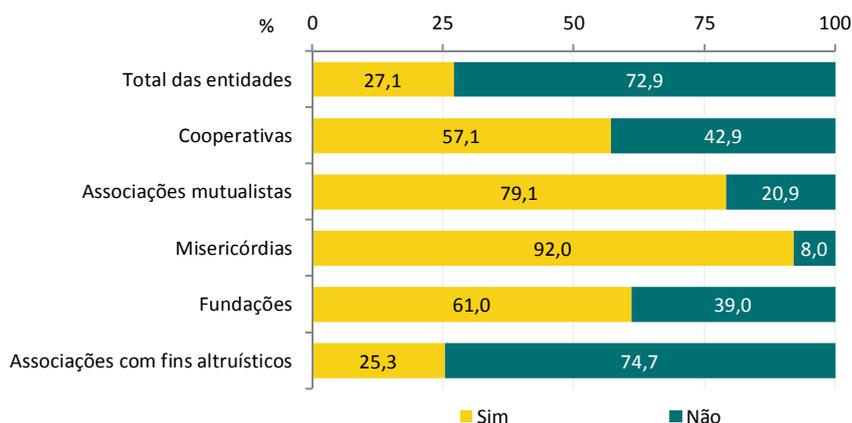
Figura 7.1 - Percentagem de entidades da ES com e sem certificação (qualidade, ambiental, responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável), por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Quase 73,0% das entidades da ES não detinha sistema de saúde e segurança no trabalho, variando esta percentagem entre 8,0% nas Misericórdias e 74,7% nas ACFA.

Figura 7.2 - Percentagem de entidades da ES com e sem sistema de saúde e segurança no trabalho, por família e total (2018)



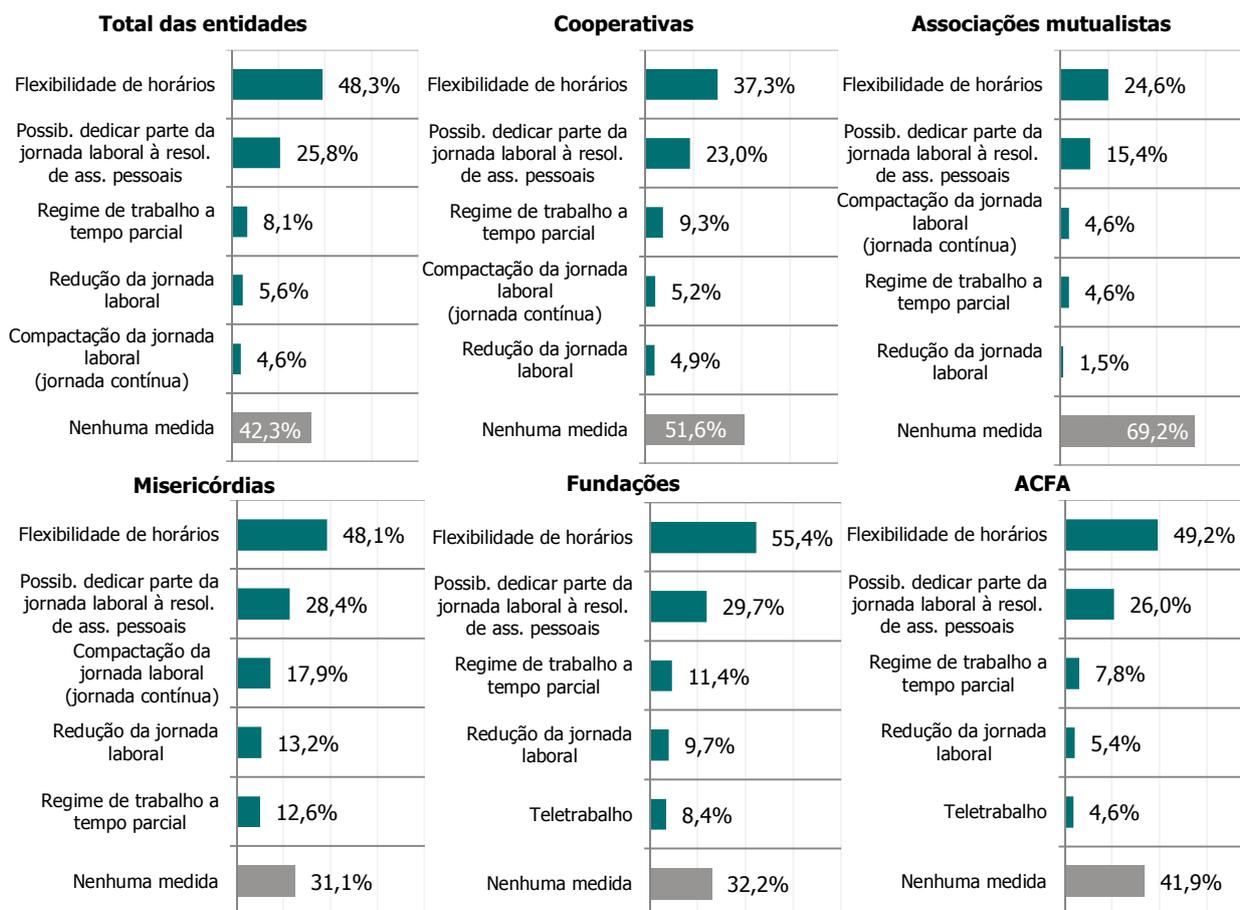
Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social



42,3% DAS ENTIDADES DA ES NÃO TOMARAM NENHUMA MEDIDA DE CONCILIAÇÃO DA VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL, EM 2018, SENDO ESSA PROPORÇÃO MAIOR NAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Em 2018, 48,3% das entidades da ES adotaram horários flexíveis com vista a facilitar a conciliação da vida profissional e pessoal dos seus trabalhadores, enquanto 42,3% das entidades admitiram não ter tomado nenhuma medida de conciliação da vida profissional e pessoal. Observaram-se, no entanto, diferenças significativas entre as famílias da ES:

- 51,6% das Cooperativas reconheceram não ter tomado nenhuma medida de conciliação da vida profissional e pessoal dos seus trabalhadores, 37,3% referiram ter adotado flexibilidade de horários e 23,0% previram a possibilidade de ser dedicada parte da jornada laboral à resolução de assuntos pessoais;
- 69,2% das Associações mutualistas admitiram igualmente não terem tomado medidas de conciliação da vida profissional e pessoal dos seus trabalhadores, 24,6% adotaram a flexibilidade de horários e 15,4% concederam a possibilidade de os trabalhadores dedicarem parte da jornada laboral à resolução de assuntos pessoais;
- 48,1% das Misericórdias implementaram a flexibilidade de horários e 28,4% previram a possibilidade de ser dedicada parte da jornada laboral à resolução de assuntos pessoais. Cerca de 31% não tomaram medidas de conciliação da vida profissional e pessoal dos seus trabalhadores;
- 55,4% das Fundações adotaram a flexibilidade de horários e 29,7% estabeleceram a possibilidade de ser dedicada uma parte da jornada laboral à resolução de problemas pessoais. Cerca de 32% não tomaram nenhuma medida;
- 49,2% das ACFA implementaram a flexibilidade de horários e 26,0% concederam a possibilidade de ser dedicada parte da jornada laboral à resolução de problemas pessoais. Quase 42% não tomaram nenhuma medida.

Figura 7.3 - 5 principais medidas de conciliação da vida profissional e pessoal adotadas pelas entidades da ES, por família e total (2018)


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

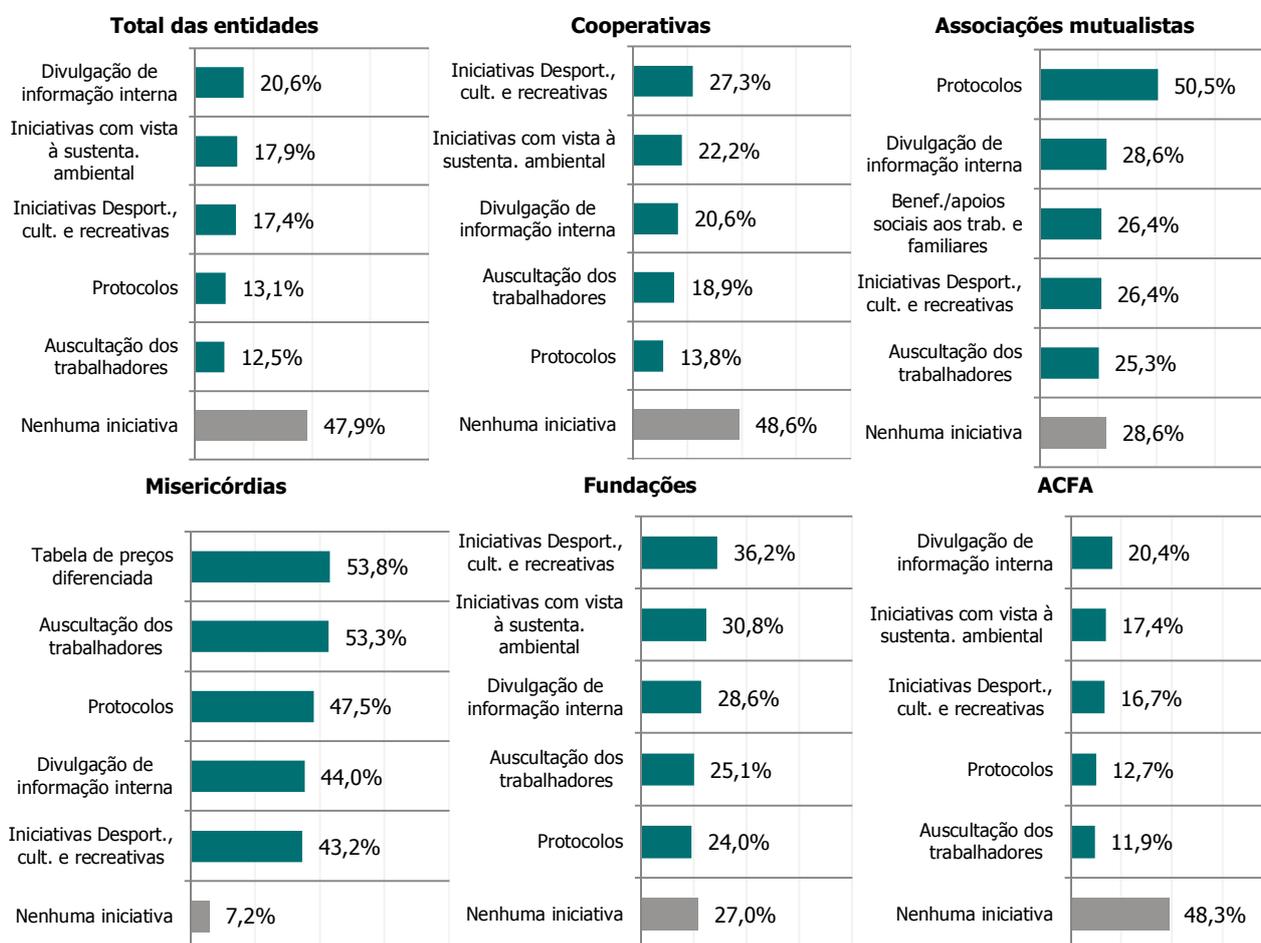
QUASE 1/5 DAS ENTIDADES DA ES DESENVOLVERAM INICIATIVAS COM VISTA À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em 2018, 47,9% das entidades da ES não implementaram iniciativas de responsabilidade social. Das que promoveram algum tipo de iniciativas, 20,6% divulgaram informação interna e 17,9% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental. Registaram-se diferenças significativas nas várias famílias da ES:

- 48,6% das Cooperativas não implementaram iniciativas, 27,3% desenvolveram iniciativas desportivas, culturais e recreativas e 22,2% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental;
- 50,5% das Associações mutualistas celebraram protocolos, 28,6% divulgaram informação interna e 28,6% não adotaram iniciativas de responsabilidade social;
- 53,8% das Misericórdias criaram uma tabela de preços diferenciada em função da capacidade económica dos seus utilizadores, beneficiários ou clientes, 53,3% promoveram a auscultação dos trabalhadores e 47,5% estabeleceram protocolos;
- 36,2% das Fundações desenvolveram iniciativas desportivas, culturais e recreativas, 30,8% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental e 28,6% procederam à divulgação de informação interna;

- 48,3% das ACFA não desenvolveram iniciativas de responsabilidade social, 20,4% divulgaram informação interna e 17,4% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental.

Figura 7.4 - 5 principais iniciativas de responsabilidade social implementadas pelas entidades da ES, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

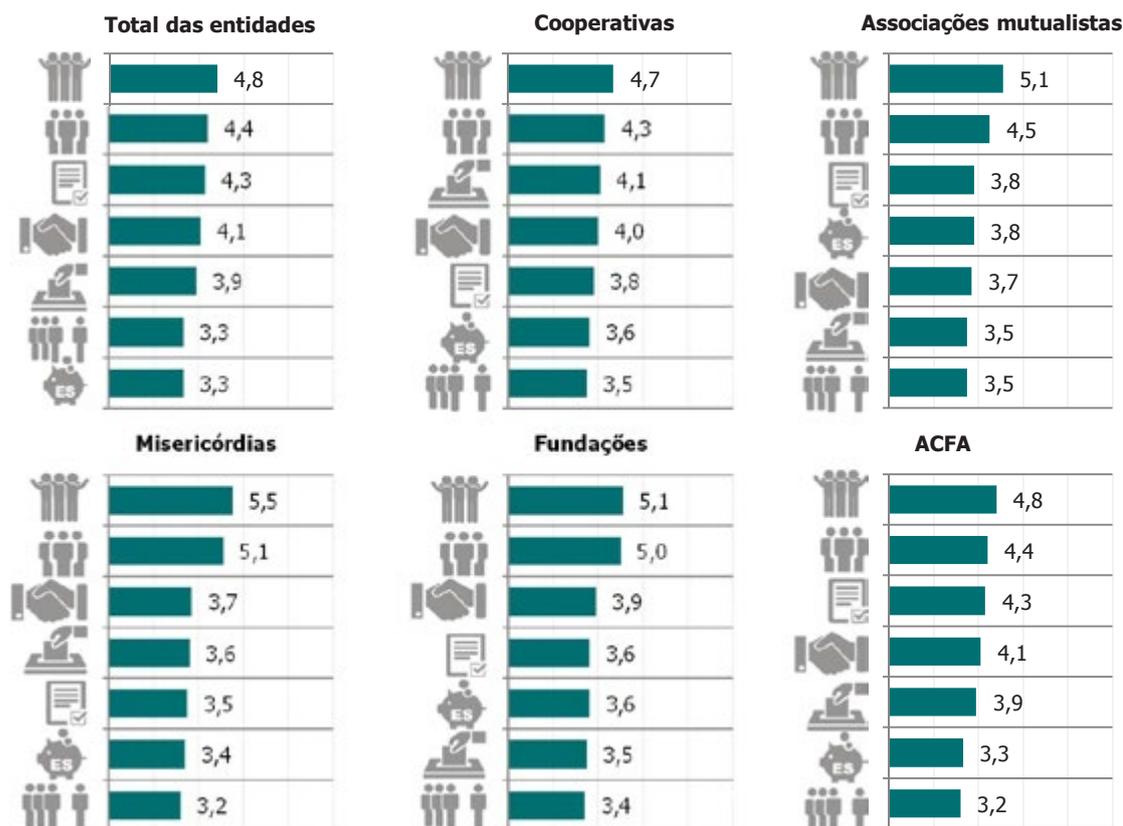
SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, NÃO DISCRIMINAÇÃO, COESÃO SOCIAL, JUSTIÇA, EQUIDADE, TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E SOCIAL E SUBSIDIARIEDADE, FORAM OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES MAIS VALORIZADOS PELAS ENTIDADES DA ES

De entre os princípios orientadores das entidades da ES, previstos no artigo 5.º da Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), em média, foi atribuída a valorização mais elevada (numa escala de 1 a 7) ao respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade (4,8), seguido pelo primado das pessoas e dos objetivos sociais (4,4) e à adesão e participação livre e voluntária (4,3).

Se os dois primeiros princípios referidos foram os mais valorizados por todas as famílias da ES, observaram-se diferenças significativas na hierarquização dos demais princípios:

- Nas Cooperativas o terceiro princípio mais valorizado foi o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros (4,1), seguindo-se a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral (4,0), a adesão e participação livre e voluntária (3,8), a afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral (3,6) e, por fim, a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores (3,5);
- Nas Associações mutualistas foram igualmente valorizados a adesão e participação livre e voluntária e afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral (ambos com 3,8 pontos), imediatamente seguidos pela conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral (3,7) e em último lugar na hierarquia surgem o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros e a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores, ambos com 3,5 pontos;
- Nas Misericórdias o terceiro princípio mais valorizado foi a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral (3,7), seguindo-se o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros (3,6), a adesão e participação livre e voluntária (3,5), a afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral (3,4) e, na última posição, a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores (3,2);
- Nas Fundações o terceiro princípio mais valorizado foi igualmente a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral (3,9), seguida da adesão e participação livre e voluntária e da afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral (ambos com 3,6 pontos), pelo controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros (3,5) e, por último, a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores (3,4);
- Nas ACFA foi valorizado na terceira posição o princípio da adesão e participação livre e voluntária (4,3), seguindo-se a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral (4,1), o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros (3,9), a afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral (3,3) e, na última posição, a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores (3,2).

Figura 7.5 - Valorização dos princípios orientadores da ES, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Legenda:

- O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade
- O primado das pessoas e dos objetivos sociais
- A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral
- A adesão e participação livre e voluntária
- A afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral
- O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros
- A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores



**[PARA ALÉM DO VAB E DO GSCORE:
CONTRIBUTOS DA ECONOMIA
SOCIAL PARA OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL]**

8. PARA ALÉM DO VAB E DO GSCORE: CONTRIBUTOS DA ECONOMIA SOCIAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A resolução “A/RES/70/1 Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, aprovada na Cimeira das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, definiu um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, estabelecendo um conjunto de 17 objetivos - os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - e de 169 metas a ser alcançados, por todos os países, até 2030.

Considerando os princípios orientadores das entidades da ES, previstos no artigo 5.º da Lei de Bases da ES (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), de entre os quais se destacam o primado das pessoas e dos objetivos sociais, o controlo democrático dos órgãos e o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade, parece ser indiscutível o papel de relevo que a ES pode assumir no âmbito da Agenda 2030, contribuindo para vários, senão mesmo para todos os ODS.

Com efeito, o manual “*Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas (2018), não só explicita em que medida as entidades da ES podem contribuir para cada um dos ODS, mas também apresenta uma abordagem metodológica especificamente concebida para avaliar a contribuição deste setor de atividade para a Agenda 2030.

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise exploratória do contributo das entidades da ES para 5 ODS, 8 Metas e 9 Indicadores da Agenda 2030, com recurso à informação disponibilizada no âmbito da Conta Satélite da Economia Social (CSES) e do ISES, utilizando, ainda, de forma pontual, informação administrativa como o Relatório Único (Quadros de Pessoal).



5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

Meta 5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda a parte

Indicador 5.1.1. - Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género

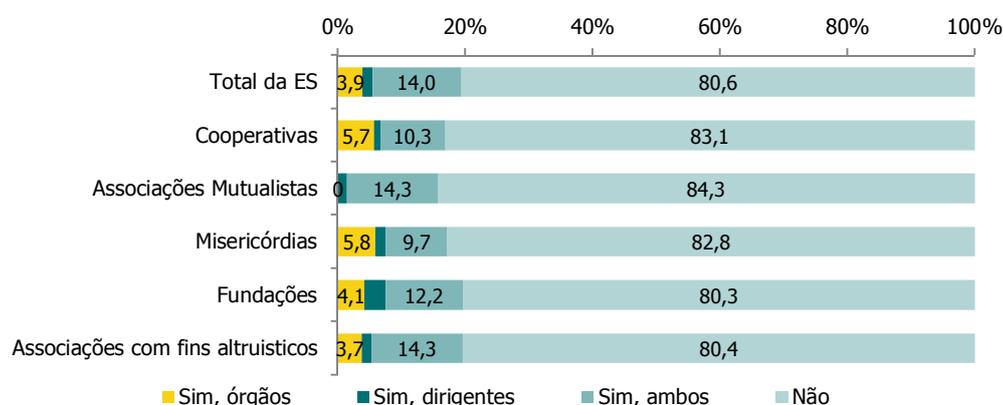
Meta 5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública

Indicador 5.5.2. - Proporção de mulheres em cargos de chefia

No que respeita ao primeiro indicador (5.1.1.), 14,0% das entidades da ES criaram mecanismos (formais ou informais) que assegurassem um limiar mínimo de representação por sexo (vulgo quotas) nos órgãos sociais e nos cargos dirigentes, segundo o ISES.

As Associações mutualistas e as ACFA foram os grupos onde um maior número de organizações (14,3%) criaram mecanismos que assegurassem uma representação mínima do sexo feminino, quer para os órgãos sociais, quer para os dirigentes intermédios. Seguiram-se as Fundações (12,2%), as Cooperativas (10,3%) e as Misericórdias (9,7%).

Figura 8.1 - Entidades da ES que criaram “quotas” para assegurar um limiar mínimo de representação por sexo, nos órgãos sociais, nos cargos dirigentes, em ambos ou em nenhum dos casos, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Relativamente ao indicador 5.5.2. (Proporção de mulheres em cargos de chefia), importa referir que, em 2018, segundo o ISES, cerca de 70% dos membros da direção de topo das entidades da ES eram do sexo masculino, variando esta percentagem entre 70,2% nas ACFA e 79,3% nas Associações mutualistas.

Quadro 8.1 - Distribuição dos membros da direção de topo (órgão executivo), por sexo, por família e total (2018)

Unidade: %

	Total da ES	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com fins altruísticos
Masculino	70,4	76,6	79,3	72,0	71,2	70,2
Feminino	29,6	23,4	27,0	28,0	28,8	29,8

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

O predomínio do sexo masculino foi igualmente observado no cargo de dirigente de topo das entidades da ES, variando entre 73,7% nas Fundações e 93,3% nas Associações mutualistas, em 2018.

Quadro 8.2 - Distribuição do dirigente de topo, por sexo, por família e total (2018)

Unidade: %

	Total da ES	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com fins altruísticos
Masculino	78,1	80,9	93,3	87,0	73,7	78,0
Feminino	21,9	19,1	6,7	13,0	26,3	22,0

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Já no caso das pessoas ao serviço com funções de dirigente (dirigentes intermédios) da ES, verificou-se que estas eram maioritariamente do sexo feminino, no total da ES, nas Misericórdias, nas Fundações e nas ACFA, mantendo-se a preponderância do sexo masculino apenas nas Cooperativas e nas Associações mutualistas.

Quadro 8.3 - Distribuição das pessoas ao serviço com funções de dirigente, por sexo, por família e total (2018)

Unidade: %

	Total da ES	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com fins altruísticos
Masculino	37,6	50,4	62,3	21,9	33,7	36,9
Feminino	62,4	49,6	37,7	78,1	66,3	63,1

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social



8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

Meta 8.5 - Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

Indicador 8.5.1. - Ganho médio horário das trabalhadoras e dos trabalhadores por conta de outrem, por profissão, grupo etário e de pessoas com incapacidades

O ODS 8, nomeadamente a meta 8.5, reveste-se de uma importância acrescida para o setor da ES, uma vez que são expressamente referidos na proposta de Plano de Ação para a Economia Social (*The Future of EU policies for the Social Economy: Towards a European Action Plan*), lançado pela *Social Economy Europe*, em 2018.

Com efeito, a meta 8.5 é mencionada no contexto da Prioridade 3 desta proposta de Plano de Ação:

“Therefore, we invite the European Commission to: (...)

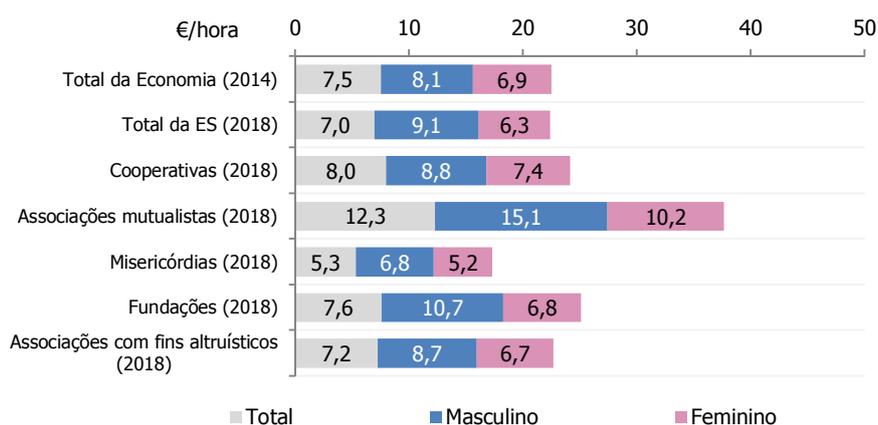
- *Study with EUROSTAT the elaboration -in the framework of its actions to monitor progress in an EU context towards the implementation of the SDGs- of an assessment of social economy’s contribution to SDG 8 “Promote sustained, inclusive and sustainable economic growth, full and productive employment and decent work for all” (action 14). In particular, it will be important to study social economy enterprises and organisations contribution to goal 8.5 “achieve full and productive employment and decent work for all women and men, including for young people and persons with disabilities, and equal pay for work of equal value”.*

Com vista à obtenção de resultados para este indicador, procedeu-se ao cruzamento da informação sobre o ganho médio horário das pessoas ao serviço nas entidades da ES, disponível no Relatório Único (Quadros de Pessoal) 2018, com a amostra de entidades da ES inquiridas no âmbito do ISES. Foi possível obter informação sobre ganhos médios horários para cerca de 58% das entidades da ES inquiridas no âmbito do ISES.

Os resultados obtidos encontram-se em linha com a informação divulgada pela CSES sobre remunerações: o ganho médio horário no total das entidades da ES é inferior ao observado no total da Economia Nacional, sendo, no entanto, superior nas Cooperativas, nas Associações mutualistas e nas Fundações.

Em termos de distribuição por sexo, é possível observar que o ganho médio horário das mulheres é inferior ao dos homens em todas as famílias da ES, representando entre 64,0% e 83,5% do ganho médio horário dos homens, nas Fundações e nas Cooperativas, respetivamente.

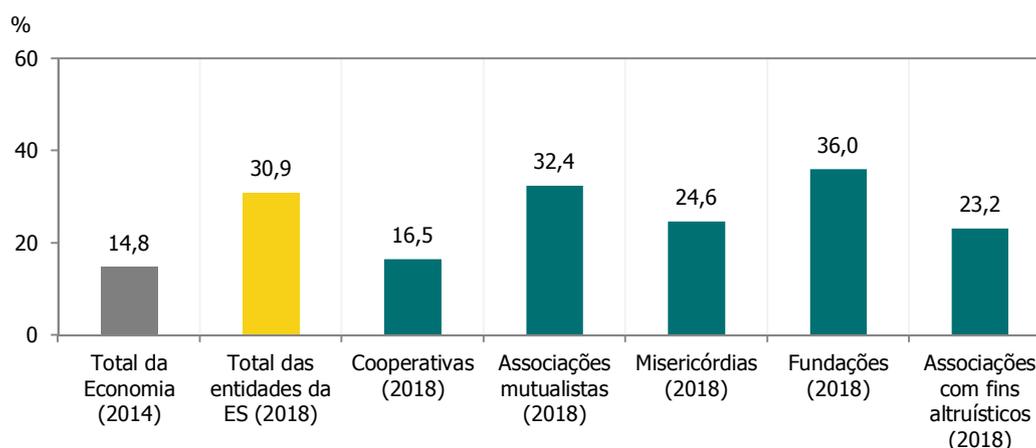
Figura 8.2 - Distribuição do ganho médio horário das pessoas ao serviço nas entidades da ES, por sexo, por família e total (2014 e 2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social e Relatório Único

Assim, a diferença salarial bruta entre homens e mulheres no total da ES foi de 30,9%, variando entre 16,5% nas Cooperativas e 36,0% nas Fundações, sendo superior em todas as famílias da ES à diferença salarial bruta entre homens e mulheres observada no total da Economia Nacional, em 2014 (14,8%).

Figura 8.3 - Diferença salarial bruta entre homens e mulheres nas entidades da ES, por família e total (2014 e 2018)

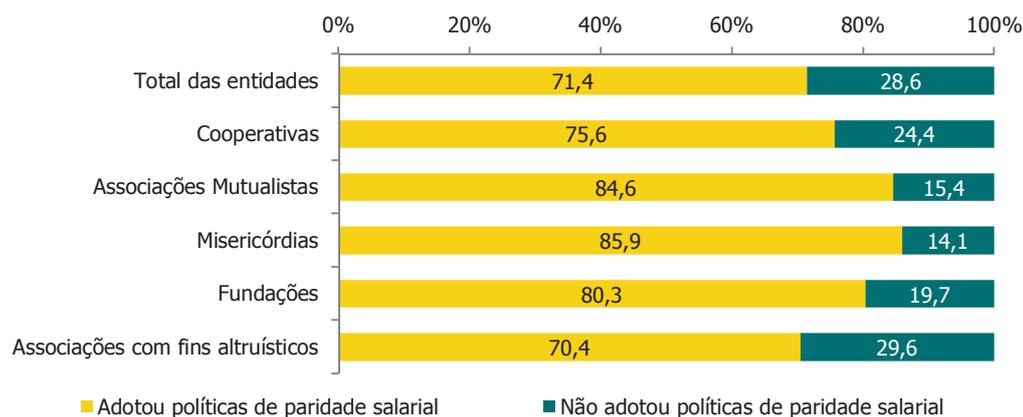


Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

Utilizando como *proxy* a percentagem de entidades da ES que referiu ter adotado uma política de igualdade ou paridade salarial entre homens e mulheres, relativamente às pessoas ao serviço, segundo o ISES, observou-se que mais de 70% destas organizações praticaram, em 2018, políticas de remuneração não discriminatórias segundo o sexo dos trabalhadores.

Importa, no entanto, sublinhar que mais de 20% das Cooperativas e quase 30% das ACFA ainda não tinham adotado práticas de paridade salarial entre homens e mulheres, em 2018.

Figura 8.4 - Entidades da ES que adotaram políticas de igualdade/paridade salarial entre homens e mulheres, relativamente às pessoas ao serviço, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social



9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Meta 9.2 - Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a parcela da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua parcela nos países menos desenvolvidos

Indicador 9.2.1. - Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB e per capita

Indicador 9.2.2. - Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

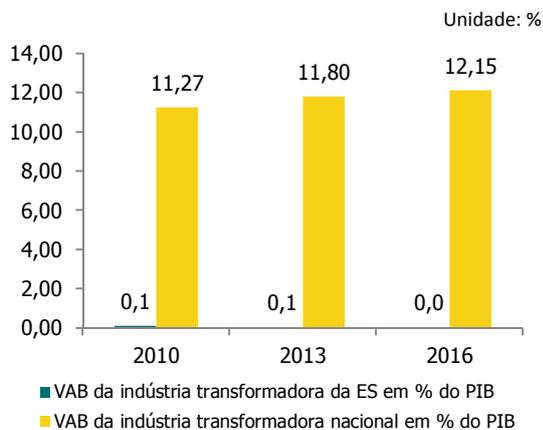
Meta 9.3. - Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo ao crédito acessível e à sua integração em cadeias de valor e mercados

Indicador 9.3.2. - Proporção de micro empresas industriais com empréstimos contraídos ou linhas de crédito (dados *proxy*)

No que respeita ao indicador 9.2.1., importa referir que o peso do VAB da indústria transformadora da ES no PIB nacional cifrou-se em 0,13% em 2010, 0,06% em 2013 e 0,05% em 2016, segundo os resultados das três edições da CSES.

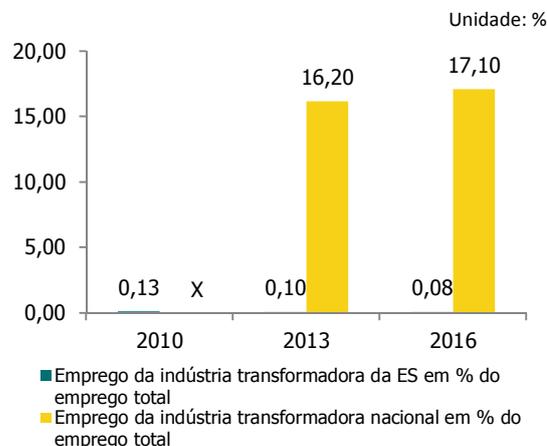
Por seu turno, o emprego da indústria transformadora da ES representou 0,13%, 0,10% e 0,08% do emprego total, medido em indivíduos, em 2010, 2013 e 2016, respetivamente.

Figura 8.5 - VAB da indústria transformadora da ES em percentagem do PIB vs VAB da indústria transformadora nacional em percentagem do PIB (2010, 2013 e 2016)



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, Contas Nacionais e Inquérito ao Emprego

Figura 8.6 - Emprego da indústria transformadora da ES em percentagem do emprego total vs Emprego da indústria transformadora nacional em percentagem do emprego total (2010, 2013 e 2016)



Note-se que a indústria transformadora foi responsável por apenas cerca de 5,1%, 2,4% e 1,8% do total do VAB da ES, em 2010, 2013 e 2016.

No que concerne ao emprego, a indústria transformadora congregou somente 2,8%, 1,9% e 1,5% do emprego da ES, medido em indivíduos, em 2010, 2013 e 2016, respetivamente.

Assim, a indústria transformadora embora não detenha uma importância residual no VAB nem no emprego gerados pela ES, está longe de corresponder a uma das atividades mais representativas deste setor em matéria de VAB e de emprego, o que se traduz num reduzido contributo para ambos os indicadores analisados, no contexto do ODS 9.

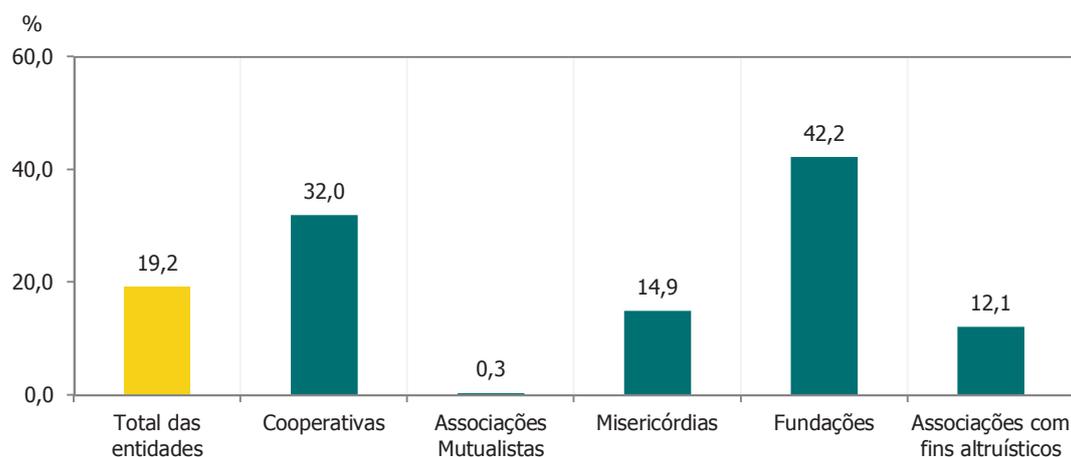
Relativamente ao indicador 9.3.2., as micro entidades da ES, com atividade na indústria transformadora, com empréstimos bancários ou com financiamento obtido através de *crowdfunding*, representavam 17,3% do total de entidades da ES, em 2018, de acordo com os resultados do ISES.

Apesar de pouco significativos nas entidades da ES da indústria transformadora, os empréstimos constituíram a terceira principal fonte de financiamento do setor da ES, apenas superados pelas transferências ou subsídios e pelas prestações de serviços.

O peso dos empréstimos na estrutura de financiamento das entidades da ES variou entre 0,3% nas Associações mutualistas e 42,2% nas Fundações, representando a principal fonte de financiamento deste segundo grupo de entidades.

Sublinhe-se ainda que os empréstimos foram a segunda principal fonte de financiamento das Cooperativas e a terceira das Misericórdias e das ACFA, em 2018.

Figura 8.7 - Peso dos empréstimos na estrutura de financiamento das entidades da ES, por família e total (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social



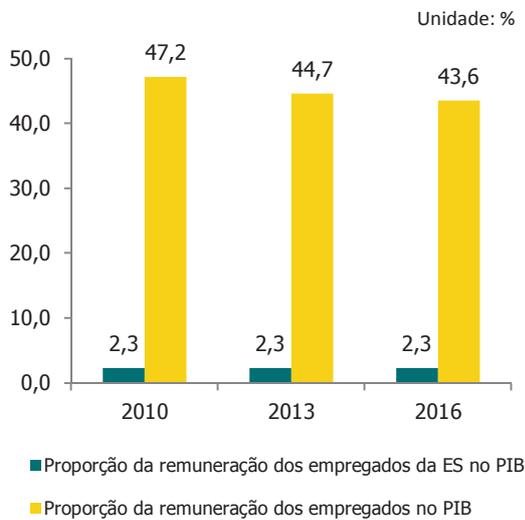
10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

Meta 10.4 - Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

Indicador 10.4.1. - Proporção do trabalho no PIB, incluindo as remunerações e as transferências de proteção social

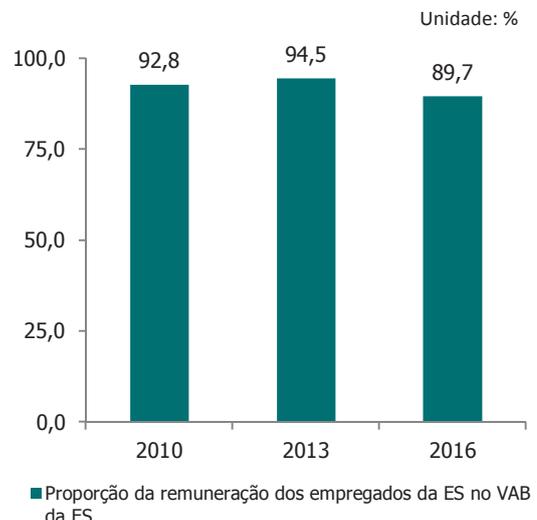
A proporção da remuneração dos empregados da ES no PIB nacional ascendeu a 2,3%, em 2010, 2013 e 2016. Note-se que o peso da remuneração dos empregados da ES representou 92,8%, 94,5% e 89,7% do VAB da ES, em 2010, 2013 e 2016, respetivamente. Tal significa que uma parte significativa do VAB da ES é destinada a remunerações (89,7% em 2016), percentagem muito superior à observada na Economia Nacional (50,5% em 2016).

Figura 8.8 - Proporção da remuneração dos empregados da ES no PIB vs Proporção da remuneração nacional dos empregados no PIB (2010, 2013 e 2016)



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, Contas Nacionais e Inquérito ao Emprego

Figura 8.9 - Proporção da remuneração dos empregados da ES no VAB da ES (2010, 2013 e 2016)



Importa ainda sublinhar que o trabalho voluntário constitui um recurso fundamental para as entidades da ES.

Segundo o Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV), em 2018, cerca de 516 mil indivíduos desenvolveram ações de voluntariado em entidades da ES, o que correspondeu, aproximadamente, a 90,7% do total de voluntários formais e a 74,3% do total de voluntários nacionais.

Aplicando uma variante da valorização do trabalho voluntário em entidades da ES (comparando com o VAB da ES e não com o PIB) foram obtidos os seguintes resultados:

- Retribuição mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo): 707,8 milhões de euros, o que correspondeu a 14,7% do total de VAB da ES, estimado pela CSES 2016;
- Salário por “ocupação profissional”: 1 152,5 milhões de euros, representando 23,9% do total de VAB da ES, estimado pela CSES 2016;
- Salário de “apoio social”: 1 265,4 milhões de euros, correspondendo a 26,3% do total de VAB da ES, estimado pela CSES 2016.



12 - Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

Meta 12.6 - Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade

Indicador 12.6.1. - Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade

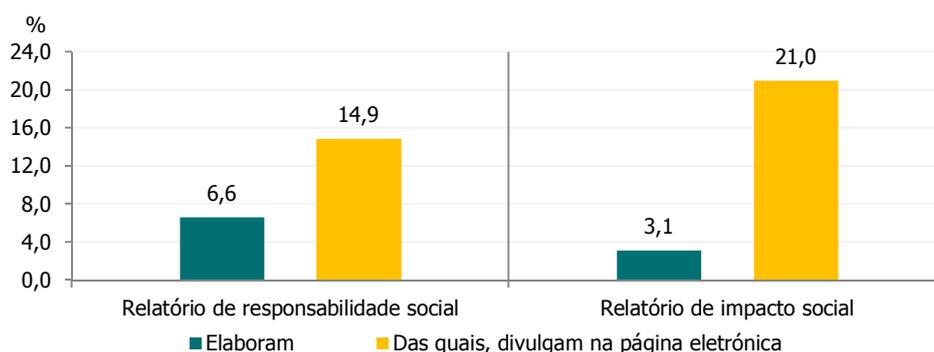
Meta 12.7 - Promover práticas de contratação pública sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

Indicador 12.7.1. - Número de países que implementam políticas de contratação pública e planos de ação sustentáveis

No caso do primeiro indicador (12.6.1.), utilizando como *proxy* indicadores referentes à elaboração de relatórios de responsabilidade social e/ou de impacto social pelas entidades da ES, verificou-se que:

- Em 2018, cerca de 6,6% das entidades da ES elaboraram relatórios de responsabilidade social e 3,1% elaboraram relatórios de impacto social;
- Destas, 14,9% divulgaram os relatórios de responsabilidade social na página eletrónica e 21,0% procederam à publicitação dos relatórios de impacto social no seu *website*, respetivamente.

Figura 8.10 - Percentagem de entidades da ES que elaboraram e divulgaram na página eletrónica relatórios de responsabilidade social e/ou relatórios de impacto social, total das entidades da ES (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

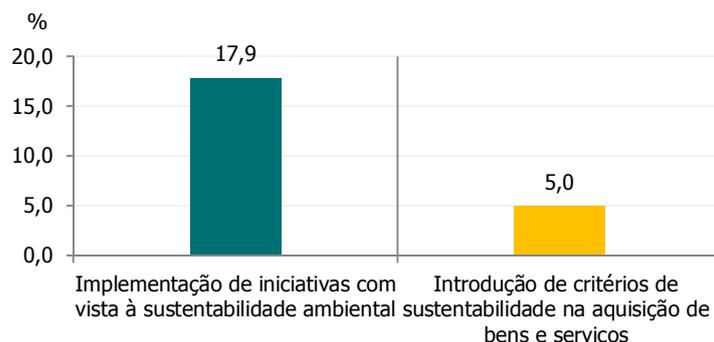
No caso do segundo indicador (12.7.1.), utilizando como *proxy* indicadores referentes à implementação de iniciativas de responsabilidade social com vista à sustentabilidade ambiental e/ou à introdução de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços pelas entidades da ES, observou-se que:

- Em 2018, cerca de 17,9% das entidades da ES implementaram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental;
- Nesse mesmo ano, cerca de 5% das entidades da ES introduziram critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços.

As iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental incluíam medidas com vista à redução de resíduos, de consumos energéticos, erradicação ou minimização da utilização de plásticos, reciclagem de materiais, produção/utilização de energias renováveis e reutilização de cartuchos e tinteiros de impressão, entre outras.

Por seu turno, a introdução de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços incluía medidas com o objetivo de fomentar a aquisição de produção ou comércio local, o recurso a práticas de comércio justo, a proibição de aquisição de produtos que possam ter incorporado trabalho infantil na respetiva cadeia de produção, entre outros.

Figura 8.11 - Percentagem de entidades da ES que implementaram iniciativas de responsabilidade social com vista à sustentabilidade ambiental e/ou à introdução de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços (2018)



Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social

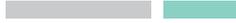
Ainda relativamente ao segundo indicador (12.7.1.), utilizando como *proxy* indicadores referentes à certificação ambiental, de responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável por parte das entidades da ES, verificou-se que, em 2018, estas práticas de gestão eram ainda residuais na maioria das organizações deste setor.

Importa, no entanto, sublinhar que cerca de 2,3% das Fundações estavam certificadas ambientalmente (ISO 14001) e 2,1% das Fundações tinham obtido a certificação de responsabilidade social (ISO 26000).

Quadro 8.4 - Certificação ambiental, de responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável em entidades da ES, por família e total (2018)

Certificação	Unidade: %					
	Total das entidades	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com fins altruísticos
Ambiental (ISO 14001)	0,2	0,8	0,0	1,1	2,3	0,2
Responsabilidade Social (ISO 26000)	0,2	0,7	0,0	1,1	2,1	0,1
Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000)	0,6	0,3	0,0	1,1	0,7	0,6
Entidade Familiarmente Responsável (EFR 1000)	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2

Fonte: INE, Inquérito ao Setor da Economia Social



[METAINFORMAÇÃO ESTATÍSTICA]



NOTA METODOLÓGICA

INTRODUÇÃO

O Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES) surgiu na sequência do lançamento do Inquérito às Práticas de Gestão (IPG), em 2017, e do estudo efetuado em 2018, em que se cruzou a informação recolhida no IPG com a informação prestada pelas mesmas entidades em outras fontes de informação, como sejam: a IES (Informação Empresarial Simplificada), o Relatório Único (Quadros de Pessoal) e o Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas (IUTICE).

Este projeto foi inicialmente concebido como uma extensão do IPG, no entanto foi evoluindo, e teve uma abrangência maior que a inicialmente prevista. Para além das questões relacionadas com as práticas de gestão, foram integradas questões para caracterizar o Setor da Economia Social, devido às necessidades de informação identificadas pelas próprias entidades da Economia Social e pelo Departamento de Contas Nacionais, no âmbito da produção da Conta Satélite da Economia Social.

O Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES), bem como o Inquérito aos Custos de Contexto (ICC) e o Inquérito às Práticas de Gestão (IPG) anteriormente realizados, inserem-se num conjunto de operações estatísticas que visam acompanhar de perto os fatores que condicionam a competitividade das entidades num contexto de crescente integração na economia global.

O inquérito foi dirigido aos membros da direção de topo das entidades, pretendendo caracterizar o setor da Economia Social, respondendo a questões como:

Quais as atividades desenvolvidas pelas entidades? Qual a composição interna destas entidades? Que relações têm estas entidades com as entidades do setor público e privado? Qual o modelo de relação laboral por elas praticado? Qual o papel que desempenha o voluntariado na direção e no desenvolvimento da atividade destas entidades? Qual a qualificação e nível médio de remunerações dos trabalhadores, colaboradores e dirigentes destas entidades?

Trata-se de um inquérito de natureza qualitativa constituído por três módulos principais:

- A.** Caracterização da entidade - com este módulo pretendeu-se obter informação para caracterizar as entidades, por exemplo no que se refere à sua área de intervenção, estrutura orgânica, relações com outras entidades e recursos humanos;
- B.** Práticas de gestão da entidade - este módulo incluiu questões relacionadas com as práticas de gestão, nomeadamente no que se refere à estratégia da entidade, monitorização do desempenho, utilização de tecnologias de informação, meios de financiamento e sistema de gestão e responsabilidade social;
- C.** Informação sobre o membro da direção de topo responsável pela informação.

No âmbito deste projeto foram inquiridas de forma exaustiva as Cooperativas, Associações mutualistas, Misericórdias e Fundações. Para a família das Associações com fins altruísticos foi selecionada uma amostra estratificada pelo nível 3 da classificação internacional das instituições sem fim lucrativo (CIOSFL/TS nível 3 - V04077) e por dimensão da entidade. A classificação das empresas por dimensão, para efeitos da estratificação, obedece à definição constante da Recomendação da Comissão de 6 de maio de 2003, no seu artigo 2º, tendo sido consideradas apenas as variáveis pessoas ao serviço e volume de negócios. Nas Entidades dos Subsetores Comunitário de Autogestionário (SCA) apenas foram inquiridas as organizações representativas ou agregadoras deste tipo de entidades, nomeadamente “Federações, Secretariados e Associações”. Por questões metodológicas, a família SCA não foi alvo de análise, dado que apenas foram inquiridas as organizações agregadoras deste tipo de entidades, não sendo representativas desta família.

O ISES não considerou o Universo da Conta Satélite da Economia Social (CSES) 2016, mas sim as instituições que tinham sinal evidente de atividade no ano 2018. O inquérito foi realizado entre 17 de junho e 18 de setembro de 2019, tendo o ano 2018 como período de referência dos dados. Este foi lançado junto de uma amostra de 6 019 entidades da Economia Social, tendo sido consideradas neste estudo 3 550 respostas válidas (59,0% da amostra). Por família, a maior taxa de resposta observou-se nas Misericórdias (76,7%), seguido das Associações mutualistas (75,8%).

Para as famílias de inquirição exaustiva, foi feito tratamento de não respostas, através da imputação com base no estrato que as entidades se encontravam, nomeadamente a família, área de intervenção e dimensão. Para as Associações com fins altruísticos, os resultados foram extrapolados, com base no número de entidades em cada estrato, sendo representativos do total desta família.

O número de respostas imputadas por família totalizou: 789 nas Cooperativas, 22 nas Associações mutualistas, 88 nas Misericórdias e 233 nas Fundações. Na família das Associações com fins altruísticos, foram imputadas 4 respostas de entidades de média e grande dimensão.

Os resultados evidenciam uma elevada heterogeneidade das entidades do setor da Economia Social, sendo por esse motivo apresentada, sempre que possível, informação para cada uma das famílias deste setor, utilizando uma agregação semelhante à utilizada na Conta Satélite da Economia Social (CSES): Cooperativas, Associações mutualistas, Misericórdias, Fundações e Associações com fins altruísticos (ACFA).

REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

O ISES resultou do trabalho desenvolvido em parceria com a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, e da revisão de literatura desenvolvida a nível internacional, nomeadamente, um inquérito do Reino Unido (“*National Survey of Third Sector Organisations*”/ “*National Survey of Charities and Social Enterprises*”) e um estudo sobre a responsabilidade social das entidades da Economia Social da Andaluzia (“*Estudio de la responsabilidad social de las empresas de Economia Social de Andalucia - 2012*”).

O questionário teve igualmente em consideração as metodologias recomendadas a nível internacional, e utilizadas no âmbito da compilação da Conta Satélite da Economia Social, de entre as quais se destacam o *“Handbook of National Accounting: Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work”*, das Nações Unidas, de 2018, e do *“Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the Social Economy: Co-operatives and Mutual Societies”*, do *Centre International de Recherches et d’Information sur l’Economie Publique, Sociale et Coopérative* (CIRIEC), de 2006.

O documento metodológico e questionário podem ser consultados nos seguintes endereços eletrónicos:

- Documento metodológico: <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1550>
- Questionário: <http://smi.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/10355>

NOMENCLATURAS

Nos termos do disposto na Lei de Bases da Economia Social (ES), entende-se por Economia Social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas Cooperativas, Associações mutualistas, Misericórdias, Fundações, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Associações com fins altruísticos, que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.

Assim, de acordo com a Lei de Bases da Economia Social, as unidades da CSES foram agregadas pelos seguintes grupos de entidades: Cooperativas; Associações mutualistas; Misericórdias; Fundações; Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA); Associações com fins altruísticos (ACFA).

Importa ainda referir que foram consideradas nos grupos das Misericórdias e das Associações mutualistas as respetivas caixas económicas anexas, uma vez que o seu regime jurídico (Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro) estabelece que estas devem respeitar, com as devidas adaptações, os princípios orientadores que regem a atividade da Economia Social, bem como os princípios mutualistas previstos no Código das Associações mutualistas, podendo apenas ser constituídas para a exclusiva prossecução dos fins de Associações mutualistas, Misericórdias ou outras instituições de beneficência, observando-se igualmente algumas restrições na afetação de resultados. Estas duas últimas características já constavam do anterior regime jurídico das caixas económicas, regulado pelo Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio.

B		R	
<i>balanced scorecard</i>	76	remuneração bruta	75
C		responsabilidade social	75
<i>crowdfunding</i>	76	S	
<i>crowdlending</i>	76	sistema de gestão documental	75
D		<i>social costs-benefit analysis</i>	77
direção de topo	78	<i>social return on investment</i>	77
dirigente de topo	78	T	
E		trabalho em rede	75
entidade da economia social	75	trabalho voluntário	78
entidade participada	75	V	
empresa	75	Volume de negócios	76
H		Voluntário	78
horário de trabalho fixo	75		
I			
indicador-chave de desempenho	76		
O			
<i>ongoing assessment of social impacts</i>	76		
P			
paridade salarial	75		
pessoal ao serviço	77		
práticas de gestão	75		
<i>poverty social Impact assessment</i>	76		

ÍNDICE TEMÁTICO

entidade da economia social: entidade, dotada de personalidade jurídica, que respeita os princípios orientadores da Economia Social. Notas: incluem-se as Instituições Particulares de Solidariedade Social (incluindo Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações), as Associações Com Fins Altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, e as entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário integrados no sector cooperativo e social nos termos da Constituição, entre outras. Fonte: Decreto-Lei nº 30/2013, de 8 de maio, artigo 4.º.

entidade participada: entidade na qual outra entidade detém participação no capital social, no todo ou em parte, ou na qual outra entidade tem direito de voto.

empresa: entidade jurídica (pessoa singular e coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias atividades, num ou vários locais.

horário de trabalho fixo: horário de trabalho comum a todos os trabalhadores, com hora de entrada e saída fixa, sem possibilidade de alteração.

remuneração bruta: remuneração ilíquida, em dinheiro ou em géneros, paga aos trabalhadores pelas horas de trabalho efetuadas ou pelo trabalho realizado no período normal e no extraordinário, incluindo o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas) e os subsídios de carácter regular, tais como subsídios de alimentação, função, alojamento ou transportes, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade e isenção de horário, ou trabalhos penosos, perigosos, sujos, por turnos e noturnos.

paridade salarial: equivalência de remunerações entre os trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino.

práticas de gestão: referem-se aos métodos e técnicas de trabalho utilizados pelos dirigentes da entidade com vista a melhorar a eficácia dos sistemas de trabalho e a otimizar a utilização dos recursos da entidade. Alguns exemplos de práticas de gestão incluem a motivação, apoio e formação das pessoas ao serviço, a introdução de programas de melhoria da qualidade, entre outras.

responsabilidade social: integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das entidades/empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.

sistema de gestão documental: sistema de gestão que consiste em facultar o arquivo, a organização, a consulta e a partilha de toda a informação de natureza documental em formato eletrónico nas organizações, podendo ser definidas permissões e níveis de acesso diferenciados para os seus utilizadores.

trabalho em rede: desenvolvimento de ações ou projetos em parceria, aliança, consórcio ou estreita articulação entre entidades que têm objetivos comuns ou partilhados, interação na utilização ou mobilização de recursos (humanos, físicos e financeiros), ou intervêm de forma conjugada na resolução de um problema (por exemplo social).

[meios de financiamento]

crowdfunding: financiamento coletivo que consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas interessadas na iniciativa.

crowdlending: vertente do *crowdfunding*, que consiste na obtenção de capital com o compromisso de pagar juros em troca.

[indicadores de desempenho]

indicador-chave de desempenho: indicador de gestão cujo objetivo é medir o nível de desempenho e sucesso de uma entidade ou de um determinado processo, a partir do modus operandi da entidade e dos objetivos alcançados.

volume de negócios: valor líquido das vendas e prestações de serviços respeitantes às atividades normais da empresa, após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nota: para os serviços de intermediação financeira, exceto seguros e fundos de pensões, o volume de negócios é obtido através da soma dos Juros e proveitos equiparados com as Comissões recebidas. Nos casos em que a informação contabilística foi preparada de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), com base na Instrução n.º 23/2004 do Banco de Portugal, o Volume de negócios é obtido a partir da soma dos Juros e rendimentos similares com os Rendimentos de serviços e comissões. Para os serviços de seguros e resseguros, até ao ano de 2007, o VVN correspondia ao valor dos Prémios brutos emitidos. A partir do ano de 2008, com a entrada em vigor do novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 94/2007-R, de 27 de abril, o Volume de negócios passou a obter-se através da soma dos Prémios brutos emitidos, dos Contratos de investimento e dos Contratados de prestação de serviços.

[métodos de avaliação do impacto social]

balanced scorecard: metodologia de avaliação que consiste na medição de todos os indicadores de desempenho da entidade, com metas e tarefas claramente delineadas em três etapas: definição dos objetivos e estratégias da entidade; recriação dos processos ineficientes; definição de indicadores controláveis e quantitativos.

ongoing assessment of social impacts: avaliação estrutural e sistémica, adaptada à realidade de cada entidade, que visa acompanhar o progresso dos resultados no curto e médio prazo e fornecer informação aos dirigentes de topo para avaliação do desempenho da entidade e do respetivo impacto nos seus utilizadores/ beneficiários.

poverty social impact assessment: avaliação dos impactos distributivos da intervenção social sobre o bem-estar de diferentes grupos da população, particularmente, os mais pobres ou vulneráveis.

social costs-benefit analysis: metodologia de avaliação económica de um projeto social que consiste em descrever os custos e o impacto social de uma atividade ou investimento em termos monetários.

social return on investment: metodologia de avaliação de resultados e desempenho que visa medir o impacto e o valor social de um investimento, comparando o valor gerado por uma intervenção (benefícios) com a despesa necessária (investimento) para o obter.

Nota: O retorno social do investimento pode ser utilizado como ferramenta de planificação estratégica para comunicar a criação de valor social, atrair investimentos ou tomar decisões de investimento.

[recursos humanos]

peçoal ao serviço: pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições:

- a) peçoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração;
- b) peçoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas);
- c) peçoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados;
- d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho.

Não são consideradas como peçoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por “recibos verdes”).

Nota: Não são ainda considerados os trabalhadores abrangidos por estágios profissionais, por contratos de emprego-inserção ou por outros programas e medidas ativas de emprego executadas/ apoiadas pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I.P.)

direção de topo: órgão social da entidade com funções executivas independentemente de os seus membros poderem ou não, a título individual, exercer funções executivas, receberem remuneração, senhas de presença ou reembolso de despesas, e terem ou não contrato de trabalho ou vínculo laboral com a instituição.

Nota: integram-se os órgãos de Direção, Conselho de Administração, Conselho Executivo, Conselho Diretivo, Mesa Administrativa, entre outros.

dirigente de topo: dirigente que, numa entidade, ocupa a posição hierarquicamente mais elevada, sem subordinação a nenhuma outra, sendo da sua responsabilidade a liderança do órgão de direção de topo e através dele, a concretização da missão da entidade mediante a fixação de objetivos e estratégias para os atingir, assente na integração e articulação das diferentes áreas funcionais da entidade.

voluntário: indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre.

trabalho voluntário: conjunto de ações, de interesse social e comunitário, realizadas por pessoas de forma desinteressada e no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas, ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

O Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES), pretende caracterizar o setor da Economia Social, respondendo a questões como: Quais as atividades desenvolvidas por estas entidades? Qual a composição interna destas entidades? Que relações têm estas entidades com as entidades do setor público e privado? Qual o modelo de relação laboral praticado por estas entidades? Qual o papel que desempenha o voluntariado na direção e no desenvolvimento da atividade destas entidades? Qual a qualificação e nível médio de remunerações dos trabalhadores, colaboradores e dirigentes destas entidades?

Neste contexto, o INE solicita a sua participação, através do preenchimento do seguinte questionário por um dos membros da Direção de topo.

Antes de iniciar, consulte, por favor, as instruções de preenchimento de forma a facilitar a resposta às questões solicitadas.

Ao longo deste questionário, e no caso de dificuldade na obtenção dos valores solicitados, indique a melhor estimativa possível.

A1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - INFORMAÇÃO GERAL

1. Indique o grupo/família da Economia Social em que se insere a entidade, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

- | | |
|--|-----------------------------|
| | V0100 |
| Cooperativas | 1 <input type="checkbox"/> |
| Associações mutualistas | 2 <input type="checkbox"/> |
| Misericórdias | 3 <input type="checkbox"/> |
| Fundações | 4 <input type="checkbox"/> |
| Associações com fins altruísticos (associações sem fins lucrativos, coletividades, clubes, ADL...) | 5 <input type="checkbox"/> |
| Entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário (baldios, coletivos de trabalhadores...) | 6 <input type="checkbox"/> |
| Nenhuma das opções anteriores | 99 <input type="checkbox"/> |
| Se assinalou "Nenhuma das opções anteriores", especifique V0199 _____ | |

2. Indique se a entidade detinha algum estatuto especial e/ou constava de algum dos seguintes registos, em 2018

(selecionar todas as opções que considere válidas)

- | | |
|---|-----------------------------|
| | V0200 |
| Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) | 1 <input type="checkbox"/> |
| Utilidade Pública (UP) | 2 <input type="checkbox"/> |
| Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) | 3 <input type="checkbox"/> |
| Organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD) | 4 <input type="checkbox"/> |
| Organizações não governamentais das pessoas com deficiência (ONGPD) | 5 <input type="checkbox"/> |
| Associações não governamentais de mulheres (ONGM) | 6 <input type="checkbox"/> |
| Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ) | 7 <input type="checkbox"/> |
| Associações Representativas dos Imigrantes e Seus Descendentes (ARID) | 8 <input type="checkbox"/> |
| Registo Nacional de Academias e Universidades Seniores | 9 <input type="checkbox"/> |
| Outro | 99 <input type="checkbox"/> |
| Se assinalou "Outro", indique qual V0299 _____ | |
| Sem estatuto especial ou registo | 10 <input type="checkbox"/> |

3. Indique qual foi a principal área de intervenção da entidade, em 2018

Para mais detalhes sobre cada uma das categorias, no seguinte link insira, na variável código, o número 4077:

[Classificação internacional de organizações sem fim lucrativo e do terceiro setor](#)

(selecionar apenas uma opção)

- | | |
|---|------------------------------|
| | V0300 |
| A - Cultura, comunicação e atividades de recreio (incluindo desporto) | A <input type="checkbox"/> |
| B - Educação | B <input type="checkbox"/> |
| C - Saúde (incluindo lares para idosos e unidades de cuidados continuados) | C <input type="checkbox"/> |
| D - Serviços sociais (incluindo centros de dia, centros de convívio e apoio domiciliário a idosos e serviços de creche) | D <input type="checkbox"/> |
| E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal | E <input type="checkbox"/> |
| F - Desenvolvimento comunitário, económico e habitação | F <input type="checkbox"/> |
| G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional | G <input type="checkbox"/> |
| H - Filantropia e promoção do voluntariado | H <input type="checkbox"/> |
| I - Religião | I <input type="checkbox"/> |
| J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos | J <input type="checkbox"/> |
| K - Serviços profissionais, científicos e administrativos | K <input type="checkbox"/> |
| L - Outras atividades | L <input type="checkbox"/> |
| Se assinalou "L - Outras atividades", indique qual V0399 | |
| L10 - Agricultura, silvicultura e pesca | L10 <input type="checkbox"/> |
| L20 - Indústria | L20 <input type="checkbox"/> |
| L30 - Alojamento, restauração e similares | L30 <input type="checkbox"/> |
| L40 - Comércio | L40 <input type="checkbox"/> |
| L50 - Atividades de transporte e armazenagem | L50 <input type="checkbox"/> |
| L60 - Atividades financeiras e de seguros | L60 <input type="checkbox"/> |
| L70 - Atividades imobiliárias | L70 <input type="checkbox"/> |
| L80 - Atividades das famílias empregadoras | L80 <input type="checkbox"/> |
| L90 - Outras atividades | L90 <input type="checkbox"/> |

4. Indique qual a principal área geográfica em que a entidade desenvolveu a sua atividade, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

- | | |
|------------------------------|----------------------------|
| | V0400 |
| Internacional | 1 <input type="checkbox"/> |
| Nacional | 2 <input type="checkbox"/> |
| Regional | 3 <input type="checkbox"/> |
| Local/ Municipal | 4 <input type="checkbox"/> |
| Bairro/ Vizinhaça/ Freguesia | 5 <input type="checkbox"/> |



5. Indique quais foram os principais utilizadores/beneficiários/clientes da entidade, em 2018

(selecionar, no máximo, três opções)

	V0500
Público em geral	1 <input type="checkbox"/>
Mulheres	2 <input type="checkbox"/>
Homens	3 <input type="checkbox"/>
População idosa (com 65 e + anos)	4 <input type="checkbox"/>
Crianças (Até aos 14 anos)	5 <input type="checkbox"/>
Jovens (Entre os 15 e os 24 anos)	6 <input type="checkbox"/>
Pessoas com deficiência, necessidades especiais e/ou problemas de saúde mental	7 <input type="checkbox"/>
Minorias étnicas	8 <input type="checkbox"/>
Pessoas com necessidades financeiras (incluindo pessoas em situação de pobreza, sem abrigo e em risco de exclusão social)	9 <input type="checkbox"/>
Refugiados / Pessoas que solicitaram a concessão de asilo	10 <input type="checkbox"/>
Pessoas em situação de dependência (de drogas, álcool...)	11 <input type="checkbox"/>
Fiéis / Crentes	12 <input type="checkbox"/>
Comunidade LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais)	13 <input type="checkbox"/>
Vítimas de crime e respetivas famílias	14 <input type="checkbox"/>
Reclusos, ex-reclusos e as suas famílias	15 <input type="checkbox"/>
Entidades da Economia Social (Cooperativas, Fundações, Misericórdias...)	16 <input type="checkbox"/>
Animais	17 <input type="checkbox"/>
Outros	99 <input type="checkbox"/>
Se assinalou "Outros", indique quais <input type="text" value="V0599"/>	

6. Indique o número de cooperadores/associados/irmãos inscritos na entidade, em 2018

Cooperadores/associados/irmãos inscritos em 2018:		Total (N.º)
Pessoas coletivas ou equiparadas	<input type="text" value="V0610"/>	<input type="text" value=""/>
Pessoas singulares	<input type="text" value="V0620"/>	<input type="text" value=""/>
Dos quais, Cooperadores/associados/irmãos inscritos em 2018 <u>com quotas pagas</u> em 2018:		
Pessoas coletivas ou equiparadas	<input type="text" value="V0630"/>	<input type="text" value=""/>
Pessoas singulares	<input type="text" value="V0640"/>	<input type="text" value=""/>



A2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - ESTRUTURA ORGÂNICA E RELAÇÕES COM OUTRAS ENTIDADES**7. Indique quantos níveis hierárquicos existiam na estrutura orgânica da entidade, em 2018***(selecionar apenas uma opção)*

V0700

1-2

1

3-4

2

5-6

3

Mais de 6

4 **8. Indique se a entidade detinha participação social direta noutras entidades nacionais, em 2018***(selecionar apenas uma opção)*

V0800

Sim

1

Não ==> Se respondeu NÃO avance para a questão 10

2 **9. Identifique as entidades nacionais nas quais detinha participação social direta, em 2018***(acrescentar tantas linhas quantas necessário)*

Número de Identificação Fiscal (NIF) da entidade participada

V0910

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Percentagem de participação no capital social (%)

V0920

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Percentagem de direitos de voto na entidade (%)

V0930

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

10. Identifique os tipos de entidades com os quais a entidade desenvolveu trabalho em rede ou em parceria, em 2018*(selecionar todas as opções que considere válidas)*

V1000

Cooperativas

1

Associações Mutualistas

2

Misericórdias

3

Fundações

4

Associações com fins altruísticos (sem fins lucrativos)

5

Entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário (baldios, coletivos de trabalhadores...)

6

Setor empresarial privado

7

Setor público

8

Não desenvolveu trabalho em rede ou em parceria

9

Neste quadro, as opções de resposta referentes a Membros dos órgãos sociais, Pessoas ao serviço, Prestadores de serviços e Voluntários **devem ser mutuamente exclusivas**, ou seja, o mesmo indivíduo deverá ser contabilizado apenas numa das categorias (exemplos: (1) Se um membro dos órgãos sociais tiver um contrato de trabalho com a entidade, deverá ser considerado apenas na categoria "Membros dos órgãos sociais" - campo V1100 e não em "Pessoas ao serviço com vínculo laboral" - campo V1120. (2) No caso específico das associações, os membros dos órgãos sociais voluntários devem ser considerados na categoria "Membros dos órgãos sociais" - campo V1100 e não na categoria "Voluntários" - campo V1160. (3) No caso de um trabalhador da entidade, com vínculo laboral, desempenhar igualmente funções como voluntário, deverá ser considerado apenas na categoria "Pessoas ao serviço com vínculo laboral" - campo V1120 e não na categoria "Voluntários" - campo V1160.).

Membros dos órgãos sociais: indivíduos que desempenharam funções nos órgãos sociais da instituição (ex.: presidente da instituição, presidente da (mesa da) assembleia, presidente do conselho fiscal). Nos membros dos órgãos sociais não deverá considerar os indivíduos "suplentes".

Direção de topo: regra geral corresponde ao órgão social da instituição que exerce funções executivas (ex.: Direção, Conselho de Administração, Conselho Executivo, Conselho Diretivo, Mesa Administrativa, etc.), incluindo todos os seus membros/ titulares, independentemente de estes, individualmente, poderem exercer ou não funções executivas, auferirem remuneração ou serem gratificados com senhas de presença e independentemente de terem ou não contrato de trabalho ou vínculo laboral com a instituição.

Dirigentes: indivíduos que participaram na atividade da entidade, exercendo funções de planeamento, organização, liderança e controlo, designadamente os indivíduos que ocuparam cargos de direção intermédia (ex.: diretor de departamento, diretor de serviços, diretor comercial...) e, ainda, cargos de chefia (ex.: chefes de serviço, chefes de secção, coordenadores, chefes de equipa...). No caso das associações, deverão ser considerados também os seccionistas e monitores.

A3 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - RECURSOS HUMANOS

11. Indique para o território nacional, em 2018, o número de:

No caso das entidades que entregaram a Informação Empresarial Simplificada (IES) de 2017, as variáveis "Pessoas ao Serviço com vínculo laboral" e "Prestadores de serviços com caráter regular" foram pré-preenchidas. Se estes valores não forem os mais recentes, por favor, atualize-os.

		Total (N.º)	Dos quais, do sexo feminino (N.º)
		1	2
Membros dos órgãos sociais	V1100	<input type="text"/>	<input type="text"/>
dos quais, membros da direção de topo (órgão executivo)	V1110	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Pessoas ao serviço com vínculo laboral	V1120	<input type="text"/>	<input type="text"/>
das quais, com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V1130	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Prestadores de serviços com caráter regular	V1140	<input type="text"/>	<input type="text"/>
das quais, com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V1150	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Voluntários	V1160	<input type="text"/>	<input type="text"/>
das quais, com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V1170	<input type="text"/>	<input type="text"/>

A3.1 Membros dos órgãos sociais

A3.1.1 Direção de topo (órgão executivo)

12. Indique a idade média dos membros da direção de topo (órgão executivo), em 2018

(selecionar apenas uma opção)

		Menos de 25 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Mais de 64 anos
		1	2	3	4	5	6
Idade média dos membros da direção de topo (órgão executivo)	V1200	<input type="checkbox"/>					

13. Indique o número médio de anos de antiguidade dos membros da direção de topo (órgão executivo), no exercício destas funções, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

		Menos de 1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	Mais de 24 anos
		1	2	3	4	5	6	7
Antiguidade média dos membros da direção de topo (órgão executivo)	V1300	<input type="checkbox"/>						

14. Indique o número de membros da direção de topo (órgão executivo) para cada nível de escolaridade, em 2018

Deverão ser considerados níveis de escolaridade concluídos (e não apenas frequentados)

		Total de membros da direção de topo (órgão executivo) (N.º)	Dos quais, do sexo feminino (N.º)
		1	2
Ensino Básico	V1400	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Ensino Secundário	V1410	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Ensino pós-secundário não superior	V1420	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Bacharelato	V1430	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Curso técnico superior profissional	V1440	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Licenciatura	V1450	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Mestrado	V1460	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Doutoramento	V1470	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Sem nível de escolaridade	V1480	<input type="text"/>	<input type="text"/>

15. Indique o número de membros da direção de topo (órgão executivo), em 2018

		Total (N.º)	Dos quais, do sexo feminino (N.º)
		1	2
Com funções executivas	V1500	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Com remuneração paga pela entidade	V1510	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Em regime de voluntariado (admitindo-se o pagamento de senhas de presença e/ou o reembolso de despesas)	V1520	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Sem funções executivas	V1530	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Com remuneração paga pela entidade	V1540	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Em regime de voluntariado (admitindo-se o pagamento de senhas de presença e/ou o reembolso de despesas)	V1550	<input type="text"/>	<input type="text"/>

A3.1.2 Dirigente de topo (exemplos: presidente, presidente da direção, presidente do conselho de administração, provedor...)															
16. Indique qual o sexo do dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção)															
Masculino	1 <input type="checkbox"/> V1600														
Feminino	2 <input type="checkbox"/>														
17. Indique qual a idade do dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção)															
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Menos de 25 anos</th> <th>25-34 anos</th> <th>35-44 anos</th> <th>45-54 anos</th> <th>55-64 anos</th> <th>Mais de 64 anos</th> </tr> <tr> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> <th>6</th> </tr> </thead> </table>	Menos de 25 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Mais de 64 anos	1	2	3	4	5	6		
Menos de 25 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Mais de 64 anos										
1	2	3	4	5	6										
Idade do dirigente de topo	V1700 <input type="checkbox"/>														
18. Indique o número de anos de antiguidade do dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)															
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Menos de 1 ano</th> <th>1-4 anos</th> <th>5-9 anos</th> <th>10-14 anos</th> <th>15-19 anos</th> <th>20-24 anos</th> <th>Mais de 24 anos</th> </tr> <tr> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5</th> <th>6</th> <th>7</th> </tr> </thead> </table>	Menos de 1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	Mais de 24 anos	1	2	3	4	5	6	7
Menos de 1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	Mais de 24 anos									
1	2	3	4	5	6	7									
Antiguidade do dirigente de topo na entidade	V1800 <input type="checkbox"/>														
Antiguidade na entidade, como dirigente de topo	V1810 <input type="checkbox"/>														
19. Indique qual o nível de escolaridade do dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 Deverão ser considerados níveis de escolaridade concluídos (e não apenas frequentados) (selecionar apenas uma opção)															
Ensino Básico	1 <input type="checkbox"/> V1900														
Ensino Secundário	2 <input type="checkbox"/>														
Ensino pós-secundário não superior	3 <input type="checkbox"/>														
Bacharelato	4 <input type="checkbox"/>														
Curso técnico superior profissional	5 <input type="checkbox"/>														
Licenciatura	6 <input type="checkbox"/>														
Mestrado	7 <input type="checkbox"/>														
Doutoramento	8 <input type="checkbox"/>														
Sem nível de escolaridade	9 <input type="checkbox"/>														
20. Indique qual a relação laboral do dirigente de topo com a entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção)															
Contrato de trabalho	1 <input type="checkbox"/> V2000														
Voluntariado	2 <input type="checkbox"/>														
Outra	99 <input type="checkbox"/>														
Se assinalou "Outra", indique qual	V2099 _____														
21. Indique se existiam limites (temporais ou de número de mandatos) aplicáveis ao exercício do cargo de dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção)															
Sim, esses limites decorrem do enquadramento jurídico-normativo aplicável à entidade	1 <input type="checkbox"/> V2100														
Sim, esses limites decorrem dos estatutos da entidade	2 <input type="checkbox"/>														
Sim, esses limites decorrem quer do enquadramento jurídico-normativo, quer dos estatutos da entidade	3 <input type="checkbox"/>														
Não	4 <input type="checkbox"/>														
22. Indique se o dirigente de topo da entidade exercia esta função em regime de exclusividade, em 2018 (selecionar apenas uma opção)															
Sim ==> se respondeu SIM avance para a questão 24	1 <input type="checkbox"/> V2200														
Não	2 <input type="checkbox"/>														
23. Indique se o dirigente de topo da entidade acumulava funções noutras entidades da Economia Social, em 2018 (selecionar todas as opções que considere válidas)															
Sim, em Cooperativas	1 <input type="checkbox"/> V2300														
Sim, em Associações Mutualistas	2 <input type="checkbox"/>														
Sim, em Misericórdias	3 <input type="checkbox"/>														
Sim, em Fundações	4 <input type="checkbox"/>														
Sim, em Associações com fins altruísticos (sem fins lucrativos)	5 <input type="checkbox"/>														
Sim, em Entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário (baldios, coletivos de trabalhadores...)	6 <input type="checkbox"/>														
Não acumulava funções noutras entidades da Economia Social	7 <input type="checkbox"/>														
24. Indique de que forma foi selecionado o dirigente de topo da entidade em funções, em 2018 (selecionar apenas uma opção)															
Eleito através dos órgãos sociais	1 <input type="checkbox"/> V2400														
Nomeado pela entidade	2 <input type="checkbox"/>														
Escolhido através de um processo de recrutamento	3 <input type="checkbox"/>														
Outra	99 <input type="checkbox"/>														
Se assinalou "Outra", indique qual	V2499 _____														
25. Indique como avalia o grau de autonomia do dirigente de topo em funções, relativamente à compreensão e utilização de tecnologias de informação, em 2018 (selecionar apenas uma opção)															
Nada autónomo	1 <input type="checkbox"/> V2500														
Pouco autónomo	2 <input type="checkbox"/>														
Moderadamente autónomo	3 <input type="checkbox"/>														
Muito autónomo	4 <input type="checkbox"/>														
Totalmente autónomo	5 <input type="checkbox"/>														

26. Indique as três características que melhor descreviam o dirigente de topo da entidade, em funções, em 2018
(selecionar apenas três opções)

	V2600
Ser atuante	1 <input type="checkbox"/>
Assumir as responsabilidades	2 <input type="checkbox"/>
Liderar pelo exemplo	3 <input type="checkbox"/>
Pedir ajuda se necessário	4 <input type="checkbox"/>
Acreditar na inteligência coletiva	5 <input type="checkbox"/>
Tomar decisões	6 <input type="checkbox"/>
Saber reconhecer os méritos	7 <input type="checkbox"/>
Oferecer <i>feedback</i>	8 <input type="checkbox"/>
Reconhecer e respeitar os limites entre chefia e subordinado	9 <input type="checkbox"/>

27. Indique qual das seguintes afirmações melhor descrevia o estilo de liderança que prevalecia na entidade, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

	V2700
O dirigente de topo tomava as decisões e comunicava-as à sua equipa	1 <input type="checkbox"/>
O dirigente de topo apresentava o problema, recolhia sugestões e tomava as decisões	2 <input type="checkbox"/>
O dirigente de topo tomava as decisões e convencia a sua equipa dos benefícios das mesmas	3 <input type="checkbox"/>
O dirigente de topo sugeria decisões provisórias e convidava a sua equipa a discuti-las	4 <input type="checkbox"/>
O dirigente de topo permitia que a sua equipa identificasse o problema, definisse opções e tomasse decisões dentro dos limites por ele definidos	5 <input type="checkbox"/>
O dirigente de topo apresentava o problema e pedia à sua equipa que tomasse decisões dentro dos limites por ele estabelecidos	6 <input type="checkbox"/>
O dirigente de topo apresentava as suas ideias e decisões e convidava a sua equipa a colocar questões	7 <input type="checkbox"/>

A3.2 Pessoas ao Serviço com vínculo laboral

28. Indique a idade média das pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, em 2018
(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

		Menos de 25 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Mais de 64 anos
		1	2	3	4	5	6
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V2800	<input type="checkbox"/>					
Sem funções de dirigente	V2810	<input type="checkbox"/>					

29. Indique o número médio de anos de antiguidade das pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, em 2018
(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

		Menos de 1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	Mais de 24 anos
		1	2	3	4	5	6	7
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V2900	<input type="checkbox"/>						
Sem funções de dirigente	V2910	<input type="checkbox"/>						

30. Indique o número de pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, com contratos de trabalho sem termo, em 2018

Pessoas ao serviço (N.º) V3010

31. Indique o número de pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral afetas aos seguintes tipos de horário, em 2018

		Pessoas ao serviço (N.º)
Horário fixo	V3110	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
Outros horários	V3120	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

32. Indique o número de pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, com deficiência (incapacidade), em 2018
Devem ser considerados neste ponto todas as pessoas ao serviço que têm atestado Multiuso passado por junta médica nos termos do Decreto-Lei n.º 174/1997, de 19 Julho e do n.º 291/2009, de 12 outubro, solicitado junto do Centro de Saúde da área de residência do trabalhador.

		Pessoas ao serviço (N.º)
Com deficiência	V3210	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
dos quais, com grau de incapacidade inferior a 60%	V3220	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
dos quais, com grau de incapacidade entre 60% e 80%	V3230	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
dos quais, com grau de incapacidade superior a 80%	V3240	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

33. Indique o número de pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral com nacionalidade estrangeira, em 2018

		Pessoas ao serviço (N.º)
Países da União Europeia (incluindo o Reino Unido)	V3310	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
Países fora da União Europeia	V3320	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

34. Indique o nível médio de remunerações brutas auferidas pelas pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, em 2018

Remuneração média anual bruta por pessoa ao serviço (€) V3410

35. Indique as remunerações máxima e mínima das pessoas ao serviço da entidade com vínculo laboral, com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores), em 2018

		Sexo feminino		Sexo masculino
Remuneração bruta máxima (€)	V3510	<input type="text"/>	V3530	<input type="text"/>
Remuneração bruta mínima (€)	V3520	<input type="text"/>	V3540	<input type="text"/>

36. Indique as remunerações máxima e mínima das pessoas ao serviço da entidade, com vínculo laboral, sem funções de dirigente, em 2018

		Sexo feminino		Sexo masculino
Remuneração bruta máxima (€)	V3610	<input type="text"/>	V3630	<input type="text"/>
Remuneração bruta mínima (€)	V3620	<input type="text"/>	V3640	<input type="text"/>

A3.3 Prestadores de serviços com caráter regular

37. Indique a idade média dos prestadores de serviços com caráter regular da entidade, em 2018

(escolha apenas uma opção para cada uma das categorias)

		Menos de 25 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Mais de 64 anos
		1	2	3	4	5	6
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V3700	<input type="checkbox"/>					
Sem funções de dirigente	V3710	<input type="checkbox"/>					

38. Indique o número médio de anos de antiguidade dos prestadores de serviços com caráter regular da entidade, em 2018

(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

		Menos de 1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	Mais de 24 anos
		1	2	3	4	5	6	7
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V3800	<input type="checkbox"/>						
Sem funções de dirigente	V3810	<input type="checkbox"/>						

39. Indique os valores/honorários pagos pela entidade pela prestação de serviços com caráter regular, em 2018

No caso das entidades que entregaram a Informação Empresarial Simplificada (IES) de 2017, a variável "valores/honorários pagos" foi pré-preenchida. Se este valor não for o mais recente, por favor, atualize-o.

Valores/honorários pagos no ano (€)

V3910

A3.4 Voluntários

40. Indique a idade média dos voluntários da entidade, em 2018

(escolha apenas uma opção para cada uma das categorias)

		Menos de 25 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Mais de 64 anos
		1	2	3	4	5	6
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V4000	<input type="checkbox"/>					
Sem funções de dirigente	V4010	<input type="checkbox"/>					

41. Indique o número médio de anos de antiguidade dos voluntários da entidade, em 2018

(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

		Menos de 1 ano	1-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	Mais de 24 anos
		1	2	3	4	5	6	7
Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V4100	<input type="checkbox"/>						
Sem funções de dirigente	V4110	<input type="checkbox"/>						

42. Indique o número de horas de trabalho anuais prestadas por voluntários, em 2018

Voluntários com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)

V4210

Voluntários sem funções de dirigente, com colaboração regular

V4220

Voluntários sem funções de dirigente, com colaboração ocasional

V4230

43. Indique qual o principal domínio em que se inseriram as ações de voluntariado promovidas pela entidade, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

		V4300
Cívico	1	<input type="checkbox"/>
Ação social	2	<input type="checkbox"/>
Saúde	3	<input type="checkbox"/>
Educação	4	<input type="checkbox"/>
Ciência	5	<input type="checkbox"/>
Cultura e defesa do património	6	<input type="checkbox"/>
Desporto	7	<input type="checkbox"/>
Ambiente	8	<input type="checkbox"/>
Defesa do consumidor	9	<input type="checkbox"/>
Cooperação para o desenvolvimento	10	<input type="checkbox"/>
Emprego e formação profissional	11	<input type="checkbox"/>
Reinserção social	12	<input type="checkbox"/>
Proteção civil	13	<input type="checkbox"/>
Desenvolvimento da vida associativa e da economia social	14	<input type="checkbox"/>
Promoção do voluntariado e da solidariedade social	15	<input type="checkbox"/>
Outro	99	<input type="checkbox"/>
Se assinalou "Outro", indique qual	V4399	<input type="text"/>

44. Indique se os voluntários estavam abrangidos por seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil contratado pela entidade, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

		V4400
Sim, o seguro contratado pela entidade abrangia todos os voluntários	1	<input type="checkbox"/>
Sim, o seguro contratado pela entidade abrangia apenas alguns voluntários	2	<input type="checkbox"/>
Não	3	<input type="checkbox"/>

45. Indique se a entidade reembolsou os voluntários de despesas realizadas no exercício de trabalho voluntário, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

		V4500
Sim	1	<input type="checkbox"/>
Não ==> Se respondeu NÃO avance para a questão 47	2	<input type="checkbox"/>

46. Indique, de forma aproximada, o total de despesas reembolsadas aos voluntários, em 2018:

Total de despesas reembolsadas aos voluntários (€)

V4610

B1 PRÁTICAS DE GESTÃO DA ENTIDADE - ESTRATÉGIA, MONITORIZAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS

47. Indique o que melhor descrevia a postura estratégica da entidade, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

	V4700
Sobrevivência (redução de custos, desinvestimento)	1 <input type="checkbox"/>
Manutenção (estabilidade e sustentabilidade)	2 <input type="checkbox"/>
Crescimento (diversificação, expansão, internacionalização)	3 <input type="checkbox"/>
Desenvolvimento (inovação social, cooperação, parceria, ou fusão com outras entidades)	4 <input type="checkbox"/>

48. Indique o que melhor descrevia a orientação da entidade no que respeita aos bens e/ou serviços no quadro da sua intervenção social, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

	V4800
Aposta em bens e/ou serviços já existentes	1 <input type="checkbox"/>
Aposta em novos bens e/ou serviços	2 <input type="checkbox"/>
Ambas	3 <input type="checkbox"/>

49. Indique o que melhor descrevia a orientação da entidade no que respeita à organização e práticas de gestão, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

	V4900
Aposta na organização e práticas de gestão já existentes	1 <input type="checkbox"/>
Aposta em novas práticas de gestão e/ou alteração da estrutura organizacional	2 <input type="checkbox"/>
Nenhuma orientação	3 <input type="checkbox"/>

50. Indique o que melhor descrevia o calendário dos objetivos estabelecidos para o principal bem e/ou serviço da entidade no quadro da sua intervenção social, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

	V5000
Essencialmente de curto prazo (menos de 1 ano)	1 <input type="checkbox"/>
Essencialmente de longo prazo (1 ou mais anos/mandato conforme os estatutos)	2 <input type="checkbox"/>
Combinação de curto e longo prazo	3 <input type="checkbox"/>
Não existiam objetivos ==> Se respondeu "Não existiam objetivos" avance para a questão 53	4 <input type="checkbox"/>

51. Avalie o grau de ambição dos objetivos estabelecidos para a entidade, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

	V5100
Nada ambiciosos	1 <input type="checkbox"/>
Pouco ambiciosos	2 <input type="checkbox"/>
Moderadamente ambiciosos	3 <input type="checkbox"/>
Muito ambiciosos	4 <input type="checkbox"/>
Totalmente ambiciosos	5 <input type="checkbox"/>

52. Avalie o grau de sensibilização das pessoas que contribuíram para a atividade da entidade, para os objetivos estabelecidos em 2018
(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

	Órgãos sociais V5200	Pessoas ao serviço com vínculo laboral V5210	Prestadores de serviços com caráter regular V5220	Voluntários V5230
Nada sensibilizadas	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
Pouco sensibilizadas	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
Moderadamente sensibilizadas	3 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
Muito sensibilizadas	4 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
Totalmente sensibilizadas	5 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>

53. Indique se utilizou algum destes indicadores-chave na monitorização/avaliação do desempenho da atividade desenvolvida pela entidade, em 2018
(selecionar todas as opções aplicáveis)

	V5300
Evolução do volume de negócios	1 <input type="checkbox"/>
Evolução das receitas próprias	2 <input type="checkbox"/>
Total do ativo líquido	3 <input type="checkbox"/>
Número de associados/utentes/clientes	4 <input type="checkbox"/>
Evolução do volume de atos de serviço praticados	5 <input type="checkbox"/>
Não utilizou indicadores-chave para monitorizar/ avaliar o desempenho da atividade desenvolvida	6 <input type="checkbox"/>

54. Avalie o grau de envolvimento das pessoas que contribuíram para a atividade da entidade no processo de tomada de decisão no que respeita à afetação de tarefas, em 2018
(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

	Órgãos sociais V5400	Pessoas ao serviço com vínculo laboral V5410	Prestadores de serviços com caráter regular V5420	Voluntários V5430
Nada envolvidas	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
Pouco envolvidas	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
Moderadamente envolvidas	3 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
Muito envolvidas	4 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
Totalmente envolvidas	5 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>

55. Avalie o grau de envolvimento dos cooperadores/associados/irmãos da entidade nos seguintes processos, em 2018

(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

	Definição de orientação estratégica	Tomada de decisão
	V5500	V5510
Nada envolvidos	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
Pouco envolvidos	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
Moderadamente envolvidos	3 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
Muito envolvidos	4 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
Totalmente envolvidos	5 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>

56. Indique o que melhor descrevia a atuação da entidade quando confrontada com problemas relacionados com os bens e/ou serviços no quadro da sua intervenção social, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

	V5600
Resolução do problema sem tomada de ações adicionais	1 <input type="checkbox"/>
Resolução do problema com tomada de ações para que não acontecesse de novo	2 <input type="checkbox"/>
Resolução do problema com tomada de ações para que não acontecesse de novo e melhoria dos processos para antecipar problemas semelhantes	3 <input type="checkbox"/>
Nenhuma ação foi tomada	4 <input type="checkbox"/>

57. Indique se a entidade tinha website/página eletrônica, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

	V5700
Sim	1 <input type="checkbox"/>
Não	2 <input type="checkbox"/>
Em construção	3 <input type="checkbox"/>

58. Indique se a entidade utilizava as redes sociais (Facebook, LinkedIn, Twitter, entre outras), em 2018

(selecionar apenas uma opção)

	V5800
Sim	1 <input type="checkbox"/>
Não	2 <input type="checkbox"/>

59. Indique qual/quais o(s) objetivo(s) da utilização do website e/ou redes sociais, em 2018

(selecionar todas as opções aplicáveis)

	V5900
Apresentação da entidade, missão, organização e contactos	1 <input type="checkbox"/>
Prestação de contas (plano de atividades, orçamento, divulgação dos relatórios e contas, índices de impacto social)	2 <input type="checkbox"/>
Publicitação das atividades desenvolvidas pela entidade e notícias relacionadas com o âmbito institucional e de ação	3 <input type="checkbox"/>
Outras	99 <input type="checkbox"/>
Se assinalou "Outras", indique quais <input type="text" value="V5999"/>	

60. Indique de que forma os principais resultados e/ou outros indicadores-chave de desempenho da entidade foram divulgados, em 2018

(selecionar todas as opções aplicáveis)

	V6000
Portal interno	1 <input type="checkbox"/>
E-mail	2 <input type="checkbox"/>
Newsletter	3 <input type="checkbox"/>
Cartazes informativos	4 <input type="checkbox"/>
Quadros afixados em vários locais	5 <input type="checkbox"/>
Reuniões de equipa	6 <input type="checkbox"/>
Website	7 <input type="checkbox"/>
Redes sociais	8 <input type="checkbox"/>
Relatórios, apresentações (power point), dashboards ou infografias	9 <input type="checkbox"/>
Não houve divulgação de resultados	10 <input type="checkbox"/>

61. Avalie qual o grau de disponibilidade da informação para tomada de decisão e apoio ao desenvolvimento das funções na entidade, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

	V6100
Nada disponível	1 <input type="checkbox"/>
Pouco disponível	2 <input type="checkbox"/>
Moderadamente disponível	3 <input type="checkbox"/>
Muito disponível	4 <input type="checkbox"/>
Totalmente disponível	5 <input type="checkbox"/>

62. Indique de que fontes os dirigentes (incluindo seccionistas/monitores) da entidade retiraram ensinamentos sobre práticas de gestão, em 2018

(selecionar todas as opções aplicáveis)

	V6200
Ações de formação internas	1 <input type="checkbox"/>
Formação profissional conferida pelas entidades formadoras certificadas	2 <input type="checkbox"/>
Formação em entidade pertencente aos ensino superior (confere o grau académico ou realização de pós-graduações)	3 <input type="checkbox"/>
Participações em conferências, seminários e /ou workshops	4 <input type="checkbox"/>
Fornecedores	5 <input type="checkbox"/>
Cooperadores/associados/irmãos	6 <input type="checkbox"/>
Utilizadores/beneficiários/clientes	7 <input type="checkbox"/>
Confederações e outras entidades de grau superior	8 <input type="checkbox"/>
Outros órgãos estatutários	9 <input type="checkbox"/>
Novos dirigentes e trabalhadores	10 <input type="checkbox"/>
De nenhuma fonte	11 <input type="checkbox"/>

63. Indique se a entidade contratou consultores externos para ajudar a melhorar alguma das áreas de gestão, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

Sim V6300
 1

Não ==> se respondeu Não avance para a questão 65 2

64. Indique o tipo de consultores externos contratados pela entidade, para ajudar a melhorar alguma das áreas de gestão, em 2018
(selecionar todas as opções aplicáveis)

Empresa (privada) V6400
 1

Entidade da Economia Social 2

Empresário em nome individual 3

Instituição do ensino superior (universidade ou politécnico) 4

Outro 99

Se assinalou "Outro", indique qual V6499 _____

65. Indique se a entidade utilizou algum sistema de gestão documental digital, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

Sim V6500
 1

Não 2

66. Indique o número de reclamações recebidas/registadas na entidade, em 2018

Reclamações recebidas (N.º) V6610

67. Indique se a entidade realizou algum questionário de avaliação da satisfação dos seus utilizadores/beneficiários/clientes, em 2018
(selecionar apenas uma opção)

Sim V6700
 1

Não 2

68. Indique se a entidade elaborou ou dispõe dos seguintes documentos e se os mesmos foram divulgados no seu website/página eletrónica
(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

	Elaborados/ Existentes		Divulgados no website/página eletrónica da entidade			
	1		2			
	Sim	Não	Sim	Não		
Plano estratégico (abrangendo, pelo menos, 3 anos)	V6800	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6801	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Plano de atividades referente a 2018	V6802	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6803	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento referente a 2018	V6804	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6805	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diagnóstico de necessidades de formação para 2018	V6806	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6807	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Plano de formação para 2018	V6808	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6809	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relatório de atividades referente a 2018	V6810	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6811	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relatório e contas referente a 2018	V6812	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6813	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manual de procedimentos	V6814	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6815	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Código de conduta	V6816	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6817	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Código de ética	V6818	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6819	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relatório de responsabilidade social referente a 2018	V6820	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6821	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relatório de Impacto Social	V6822	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6823	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relatório de auditoria interna	V6824	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6825	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Relatório de auditoria externa	V6826	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	V6827	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

69. Indique o método de medição do impacto social da entidade, em 2018
(selecionar todas as opções aplicáveis)

Balanced Scorecard (BSc) V6900
 1

Ongoing Assessment of Social Impacts (OASIS) 2

Poverty Social Impact Assessment (PSIA) 3

Social Costs-Benefit Analysis (SCBA) 4

Social Return on Investment (SROI) 5

Outro 99

Se assinalou "Outro", indique qual V6999 _____

Nenhum método 6

B2 PRÁTICAS DE GESTÃO DA ENTIDADE - RECURSOS HUMANOS
70. Indique que práticas de gestão de recursos humanos foram levadas a cabo na entidade, em 2018
(selecionar todas as opções aplicáveis)
V7000

Recurso a pelo menos um dos seguintes métodos de seleção de pessoal: testes psicológicos; testes de aptidão; técnicas de simulação	1	<input type="checkbox"/>
Aposta na contratação de recém licenciados com vista à sua formação e retenção na entidade	2	<input type="checkbox"/>
Aposta na contratação de quadros especialistas com experiência relevante para a função a desempenhar	3	<input type="checkbox"/>
Incentivo à participação e valorização das iniciativas dos trabalhadores	4	<input type="checkbox"/>
Incentivo à autonomia dos trabalhadores	5	<input type="checkbox"/>
Incentivo à mobilidade interna dos trabalhadores	6	<input type="checkbox"/>
Programas de formação formal que transmitam aos novos trabalhadores os conhecimentos necessários para desempenharem a sua função (capacitação)	7	<input type="checkbox"/>
Oportunidades de desenvolvimento que aumentem as possibilidades de promoção dos trabalhadores e de progressão na carreira	8	<input type="checkbox"/>
Avaliação de desempenho formal dos trabalhadores, baseada em objetivos	9	<input type="checkbox"/>
Disponibilização de prémios de desempenho aos trabalhadores	10	<input type="checkbox"/>
Nenhuma prática	11	<input type="checkbox"/>

71. Indique se foram atribuídos prémios de desempenho anuais às pessoas ao serviço, em 2018
(selecionar apenas uma opção)
V7100

Sim, pelo cumprimento dos objetivos definidos pela entidade	1	<input type="checkbox"/>
Sim, por outros critérios	2	<input type="checkbox"/>
Não ==> se respondeu NÃO avance para a questão 74	3	<input type="checkbox"/>

72. Indique a melhor estimativa da percentagem de pessoas ao serviço que receberam prémios de desempenho anuais, em 2018
(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

1-20%	21-40%	41-60%	61-80%	Mais de 80%	Não aplicável
1	2	3	4	5	6

Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V7200	<input type="checkbox"/>					
Sem funções de dirigente	V7210	<input type="checkbox"/>					

73. Indique em que se basearam os prémios de desempenho anuais atribuídos às pessoas ao serviço, em 2018
(selecionar todas as opções aplicáveis para cada uma das categorias)

Desempenho individual do trabalhador	Desempenho da equipa de trabalho	Desempenho da entidade	Outros critérios
1	2	3	4

Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	V7300	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sem funções de dirigente	V7310	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

74. Indique em que se basearam as promoções das pessoas ao serviço da entidade, em 2018
(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

Com funções de dirigente (incluindo seccionistas/monitores)	Sem funções de dirigente
V7400	V7410

Apenas no desempenho e capacidades	1	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>
Em parte, no desempenho e capacidades e, em parte, noutros fatores (exemplo: antiguidade ou ligações familiares)	2	<input type="checkbox"/>	2	<input type="checkbox"/>
Principalmente noutros fatores (exemplo: antiguidade ou ligações familiares)	3	<input type="checkbox"/>	3	<input type="checkbox"/>
As pessoas ao serviço não foram promovidas	4	<input type="checkbox"/>	4	<input type="checkbox"/>

75. Indique se, em caso de identificação de situações de baixo desempenho, existiu algum tipo de consequência para as pessoas ao serviço, em 2018
(selecionar apenas uma opção)
V7500

Sim	1	<input type="checkbox"/>
Não ==> Se respondeu NÃO avance para a questão 77	2	<input type="checkbox"/>

76. Indique em quanto tempo após a identificação do baixo desempenho as pessoas ao serviço foram sujeitas a cada uma das seguintes consequências, em 2018
(selecionar apenas uma opção para cada uma das categorias)

Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Após 6 meses	Raramente ou nunca
1	2	3	4

Programa intensivo de formação	V7600	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realocação noutras funções	V7610	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cessaçã do contrato de trabalho	V7620	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

77. Indique a sua melhor estimativa da percentagem de pessoas ao serviço que auferiam a retribuição mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo), em 2018

Pessoas ao serviço (%)

V7710
78. Indique se a entidade praticou uma política de igualdade/paridade salarial entre homens e mulheres, no que se refere às pessoas ao serviço, em 2018
(selecionar apenas uma opção)
V7800

Sim	1	<input type="checkbox"/>
Não	2	<input type="checkbox"/>

79. Indique se a entidade criou mecanismos (formais ou informais) que assegurassem um limiar mínimo da representação por género (vulgo quotas) nos órgãos sociais e/ou nos cargos dirigentes (incluindo seccionistas/monitores), em 2018

(seleccionar apenas uma opção)

V7900

- | | | |
|---|---|--------------------------|
| Sim, apenas para os órgãos sociais | 1 | <input type="checkbox"/> |
| Sim, apenas para os cargos dirigentes | 2 | <input type="checkbox"/> |
| Sim, para os órgãos sociais e para os cargos dirigentes | 3 | <input type="checkbox"/> |
| Não | 4 | <input type="checkbox"/> |

80. Indique que medidas de conciliação da vida profissional e pessoal das pessoas ao serviço foram adotadas pela entidade, em 2018

(seleccionar todas as opções aplicáveis)

V8000

- | | | |
|--|----|------------------------------------|
| Teletrabalho | 1 | <input type="checkbox"/> |
| Flexibilidade de horários | 2 | <input type="checkbox"/> |
| Redução da jornada laboral | 3 | <input type="checkbox"/> |
| Compactação da jornada laboral (jornada contínua) | 4 | <input type="checkbox"/> |
| Possibilidade de dedicar parte da jornada laboral à resolução de assuntos pessoais (ex.: dispensa de uma manhã ou tarde) | 5 | <input type="checkbox"/> |
| Semana de trabalho de 4 dias | 6 | <input type="checkbox"/> |
| Licenças de parentalidade com duração superior à prevista na legislação nacional | 7 | <input type="checkbox"/> |
| Regime de trabalho a tempo parcial | 8 | <input type="checkbox"/> |
| Outra | 99 | <input type="checkbox"/> |
| Se assinalou "Outra", indique qual | | <input type="text" value="V8099"/> |
| Nenhuma medida | 9 | <input type="checkbox"/> |

B3 PRÁTICAS DE GESTÃO DA ENTIDADE - MEIOS DE FINANCIAMENTO
81. Indique os montantes recebidos (em euros) pela entidade, em 2018

 Valor
(€)

Vendas de mercadorias	V8100	
Vendas de produtos (acabados, intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos, refugo)	V8101	
Vendas de ativos biológicos	V8102	
Prestações de serviços	V8103	
Prémios Brutos de Seguros Emitidos (<i>apenas para entidades do setor segurador</i>)	V8104	
Serviços e Comissões Bancárias (<i>apenas para entidades do setor bancário</i>)	V8105	
Quotas pagas por cooperadores/associados/irmãos	V8106	
Donativos	V8107	
dos quais, donativos de particulares	V8108	
dos quais, donativos de empresas	V8109	
dos quais, <i>crowdfunding</i>	V8110	
dos quais, consignação de IRS/ IVA	V8111	
dos quais, mecenato	V8112	
Empréstimos	V8113	
dos quais, empréstimos bancários	V8114	
dos quais, <i>crowdlending</i>	V8115	
Transferências ou subsídios	V8116	
das quais, transferências ou subsídios referentes a Acordos de Cooperação celebrados com a Administração Pública	V8117	
das quais, outras transferências ou subsídios concedidos por serviços ou <u>entidades públicas</u> (com origem nacional ou do Resto do mundo)	V8118	
das quais, outras transferências ou subsídios concedidos por serviços ou <u>entidades privadas</u> (com origem nacional ou do Resto do mundo)	V8119	
das quais, transferências ou subsídios ao investimento (relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis)	V8120	
das quais, investimento realizado por Investidores Sociais	V8121	
Juros e rendimentos de investimentos	V8122	
Rendas de terrenos (sem <u>edifícios</u> implantados)	V8123	
Dividendos	V8124	
Outros rendimentos e ganhos	V8125	

82. Indique se a entidade obteve financiamento de fontes estrangeiras, designadamente da União Europeia (Fundos Comunitários) ou outros semelhantes, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

V8200

- Sim 1
- Não 2

83. Indique se a legislação aplicável à entidade permitia a distribuição de excedentes aos cooperadores/associados/irmãos, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

V8300

- Sim 1
- Não ==> Se respondeu NÃO avance para a questão 87 2

84. Indique se os estatutos da entidade previam a distribuição de excedentes aos cooperadores/associados/irmãos, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

V8400

- Sim 1
- Não ==> Se respondeu NÃO avance para a questão 86 2

85. Indique se os estatutos da entidade permitiam a distribuição de mais de 50% dos excedentes anualmente gerados aos cooperadores/associados/irmãos, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

V8500

- Sim 1
- Não ==> Se respondeu NÃO avance para a questão 87 2

86. Indique se a entidade distribuiu mais de 50% dos excedentes anualmente gerados aos cooperadores/associados/irmãos, em 2018

(selecionar apenas uma opção)

V8600

- Sim 1
- Não 2
- A entidade não gerou excedentes passíveis de distribuição em 2018 3

E4 PRÁTICAS DE GESTÃO DA ENTIDADE - SISTEMAS DE GESTÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL**87. Indique se a entidade detinha alguma das seguintes certificações, em 2018***(selecionar todas as opções aplicáveis)*

Certificação da Qualidade - Norma ISO 9001

V8700

1

Certificação Ambiental - Norma ISO 14001

2

Certificação de Responsabilidade Social - Norma ISO 26000

3

Certificação de Gestão da Responsabilidade Social - SA 8000

4

Certificação de Entidade Familiarmente Responsável - efr 1000

5

Nenhuma das certificações anteriores

6 **88. Indique se a entidade tinha sistema de saúde e segurança no trabalho, em 2018***(selecionar apenas uma opção)*

Sim

V8800

1

Não

2 **89. Identifique as iniciativas de responsabilidade social implementadas na entidade, em 2018***(selecionar todas as opções aplicáveis)*

Auscultação dos trabalhadores (ex.: inquéritos de satisfação, caixas de sugestões, etc.)

V8900

1

Homenagem a trabalhadores mais antigos

2

Divulgação de informação interna (ex.: intranet, newsletter, etc.)

3

Concessão de benefícios/ apoios sociais aos trabalhadores ou aos seus familiares (ex.: vacinação, posto médico, seguro de saúde, seguro de vida, empréstimos, apoio à natalidade, apoio a crianças com necessidades especiais, bolsas de estudo, comparticipação de material escolar, etc.)

4

Iniciativas desportivas, culturais e recreativas (ex.: team building, celebração de efemérides ou datas festivas, encontro anual de trabalhadores, ginásio, pintura, teatro, circo, encontros ao ar livre, jantar de Natal, cabazes de Natal, etc.)

5

Iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental (ex.: redução de resíduos, de consumos energéticos, erradicação ou minimização dos plásticos, reciclagem de materiais, produção/ utilização de energias alternativas/ renováveis, reutilização de toners de impressão, etc.)

6

Protocolos (ex.: benefícios / descontos no acesso a vários produtos e serviços)

7

Introdução de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços a fornecedores (ex.: produção local, comércio justo, proibição de recurso ao trabalho infantil etc.)

8

Preservação de património histórico-cultural com vista à sua disponibilização à comunidade em geral ou a outras instituições (ex.: conservação de acervos e espólios, recolha de fundos documentais, cedência de bens com valor histórico-cultural, etc.)

9

Disponibilização de excedentes alimentares/ iniciativas de combate ao desperdício alimentar

10

Programas de doação e voluntariado (ex.: dadas de sangue, recolha de produtos para pessoas carenciadas, etc.)

11

Tabela de preços diferenciada em função da capacidade económica dos seus utilizadores/ beneficiários / clientes

12

Campanhas de sensibilização em ambiente escolar e bancos de livros escolares (ex.: relacionadas com o ambiente, associativismo, consumo de produtos locais, etc.)

13

Outras

99

Se assinalou "Outras", indique quais

V8999

Nenhuma iniciativa

14 **90. Atribua um grau de importância a cada um dos seguintes princípios no âmbito da gestão da entidade, em 2018***(ordene de 1 a 7, sendo 1 o menos importante e 7 o mais importante, os seguintes aspetos:)*

O primado das pessoas e dos objetivos sociais

V9000

1

A adesão e participação livre e voluntária

2

O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros

3

A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral

4

O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade

5

A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores

6

A afetação dos excedentes à prossecução dos fins da entidade, de acordo com o interesse geral

7

C INFORMAÇÃO DO MEMBRO DA DIREÇÃO DE TOPO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO		
91. Nome do membro da direção de topo responsável pela informação	V9110	_____
92. Função do membro da direção de topo na entidade	V9210	_____
93. E-mail do membro da direção de topo responsável pela informação	V9310	_____

Instruções de preenchimento

O Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES), pretende caracterizar o setor da Economia Social, respondendo a questões como: Quais as atividades desenvolvidas por estas entidades? Qual a composição interna destas entidades? Que relações têm estas entidades com as entidades do setor público e privado? Qual o modelo de relação laboral praticado por estas entidades? Qual o papel que desempenha o voluntariado na direção e no desenvolvimento da atividade destas entidades? Qual a qualificação e nível médio de remunerações dos trabalhadores, colaboradores e dirigentes destas entidades?

Neste contexto, o INE solicita a sua participação, através do preenchimento do seguinte questionário por um dos membros da Direção de topo.

Nos termos do disposto na Lei de Bases da Economia Social, entende-se por Economia Social (ES) o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Associações com Fins Altruísticos, que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.

No caso de dificuldade na obtenção dos valores solicitados, indique a melhor estimativa possível.

No quadro **A1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - INFORMAÇÃO GERAL**, tenha em conta os seguintes esclarecimentos:

Questão 3: Como critérios orientadores para a seleção da principal área de intervenção poderá ter em conta, designadamente, o código CAE Rev3 da entidade ou considerar a atividade que considerar mais representativa da entidade em termos de maior número de beneficiários abrangidos ou com maior importância relativa no total de gastos e ganhos da entidade.

Questão 4: Como critérios orientadores para a seleção da principal área geográfica deverá considerar, designadamente, os seguintes:

Internacional - Se a totalidade ou maior parte da atividade da entidade tiver lugar fora do território nacional

Nacional - Se a atividade da entidade for desenvolvida em território nacional, estendendo-se a todo o território nacional ou se abranger, pelo menos, mais do que uma região.

Regional - Se a atividade for desenvolvida em território nacional, não se estendendo a todo o território, mas focando-se numa região em particular (ex: Região Autónoma da Madeira), ou se abranger mais do que um Município.

Local/ Municipal - Se a atividade for desenvolvida em território nacional, sendo essencialmente direcionada para um Município ou se abranger mais do que uma Freguesia.

Bairro/Vizinhana/ Freguesia - Se a atividade for desenvolvida em território nacional, sendo essencialmente direcionada para uma Freguesia ou se abranger apenas um bairro ou uma comunidade local em particular.

Questão 5: Como critérios orientadores para a seleção dos principais utilizadores/ beneficiários/ clientes da entidade poderá considerar, designadamente, o maior número de utilizadores dos serviços disponibilizados pela entidade, a população-alvo à qual se dirige a intervenção da entidade ou selecionar os grupos que considere que mais beneficiam da atuação da entidade. Caso a entidade não tenha uma população-alvo específica, poderá selecionar apenas a opção "Público em geral".

No quadro **A3 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - RECURSOS HUMANOS**, as opções de resposta referentes a Membros dos órgãos sociais, Pessoas ao serviço, Prestadores de serviços e Voluntários devem ser mutuamente exclusivas, ou seja, o mesmo indivíduo deverá ser contabilizado apenas numa das categorias (ex.: se um membro dos órgãos sociais tiver um contrato de trabalho com a entidade, deverá ser considerado apenas na categoria "Membros dos órgãos sociais" e não em "Pessoas ao serviço com vínculo laboral".)

No quadro **A3.4 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE - RECURSOS HUMANOS - VOLUNTÁRIOS**, tenha em conta os seguintes esclarecimentos:

Questão 43: Como critérios orientadores para a seleção do principal domínio do voluntariado poderá ter em conta, designadamente, a ação de voluntariado que abrangue um maior número de voluntários em 2018, a ação de voluntariado à qual foram afetas mais horas de trabalho voluntário em 2018 ou ainda aquela que considere que melhor enquadra o conjunto de ações de voluntariado realizadas em 2018 (ex: se foram realizadas ações de voluntariado com vista a apoiar crianças em situação de exclusão social e também ações de voluntariado com vista a apoiar pessoas em situação de sem abrigo, sugere-se a seleção da opção Ação Social).

NOTAS EXPLICATIVAS

Bacharelato - Curso do ensino superior com duração normal de três anos, comprovativo de uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas atividades profissionais e conducente ao grau académico de bacharel.

Balanced scorecard (BSC) - Quadro de Indicadores de Desempenho, ou seja metodologia de avaliação que consiste na medição de todos os indicadores de desempenho da entidade, com metas e tarefas claramente delineadas em três etapas: definição dos objetivos e estratégias da entidade; recriação dos processos ineficientes; definição de indicadores controláveis e quantitativos.

Crowdfunding - Financiamento coletivo que consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas interessadas na iniciativa.

Crowdlending - Vertente do crowdfunding, que consiste na obtenção de capital com o compromisso de pagar juros em troca.

Direção de topo - Órgão social da entidade com funções executivas independentemente de os seus membros poderem ou não, a título individual, exercer funções executivas, receberem remuneração, senhas de presença ou reembolso de despesas, e terem ou não contrato de trabalho ou vínculo laboral com a instituição. Notas: integram-se os órgãos de Direção, Conselho de Administração, Conselho Executivo, Conselho Diretivo, Mesa Administrativa, entre outros.

Dirigente - Pessoa que, no período de referência, exerce funções de liderança, planeamento, organização e controlo.

Dirigente de topo - Dirigente que, numa entidade, ocupa a posição hierarquicamente mais elevada, sem subordinação a nenhuma outra, sendo da sua responsabilidade a liderança do órgão de direção de topo e através dele, a concretização da missão da entidade mediante a fixação de objetivos e estratégias para os atingir, assente na integração e articulação das diferentes áreas funcionais da entidade.

Doutoramento - Processo conducente ao grau académico de doutor no ensino universitário que integra a elaboração de uma tese de dissertação de natureza científica no âmbito de um ramo de conhecimento ou de especialidade.

Empresa - Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

Empresário em nome individual - Empresário que exerce uma atividade económica organizada e não comercial por conta própria e com fins lucrativos. Nota: excluem-se os profissionais liberais.

Entidade da economia social - Entidade, dotada de personalidade jurídica, que respeita os princípios orientadores da Economia Social. Notas: incluem-se as Instituições Particulares de Solidariedade Social (incluindo Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações), as Associações Com Fins Altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, e as entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário integrados no sector cooperativo e social nos termos da Constituição, entre outras. Fonte: Decreto-Lei nº 30/2013, de 8 de maio, artigo 4.º.

Ensino básico - Nível de ensino que visa assegurar aprendizagens num nível elementar ou intermédio de complexidade, permitindo o prosseguimento de estudos ou o ingresso no mercado de trabalho.

Ensino pós-secundário não superior - Nível de ensino que visa aprendizagens de complexidade e especialização intermédias entre o ensino secundário e o ensino superior, orientadas para o ingresso no mercado de trabalho ou o prosseguimento de estudos.

Ensino secundário - Nível de ensino que sucede ao ensino básico, caracteriza-se por maior diversidade e complexidade da oferta de educação e formação e visa o aprofundamento de aprendizagens para o prosseguimento de estudos ou o ingresso no mercado de trabalho.

Entidade participada - Entidade na qual outra entidade detém participação no capital social, no todo ou em parte, ou na qual outra entidade tem direito de voto.

Formação profissional - Formação que visa a aquisição e o aprofundamento de competências profissionais e relacionais e o reforço da empregabilidade.

Horário de trabalho fixo - Horário de trabalho comum a todos os trabalhadores, com hora de entrada e saída fixa, sem possibilidade de alteração.

NOTAS EXPLICATIVAS

Indicador-chave de desempenho - Indicador de gestão cujo objetivo é medir o nível de desempenho e sucesso de uma entidade ou de um determinado processo, a partir do *modus operandi* da entidade e dos objetivos alcançados.

Investidor social - Entidade privada, pública ou da Economia Social, com objetivos filantrópicos ou comerciais, que contribui financeiramente para o desenvolvimento de uma iniciativa de inovação e empreendedorismo social, tendo em vista obter impacto social.

Licenciatura - Curso do ensino superior com duração normal entre quatro e seis anos conducente ao grau académico de licenciado e comprovativo de uma formação científica, técnica e cultural que permite o aprofundamento de conhecimentos numa determinada área do saber e um adequado desempenho profissional.

Membro de órgão social - Pessoa com funções nos órgãos sociais da entidade (direção, mesa da assembleia, conselho fiscal, entre outros) no período de referência.

Mestrado - Curso do ensino universitário que comprova nível aprofundado de conhecimento numa área científica restrita e capacidade científica para a prática de investigação, e que conduz ao grau académico de mestre.

Nível de escolaridade - Nível do sistema de educação e formação que se estrutura em função da educação pré-escolar e dos ciclos de estudo dos níveis de ensino tais como: 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo do ensino básico; ensino secundário, ensino pós-secundário não superior; bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento do ensino superior.

Nível hierárquico - Nível do pessoal ao serviço na cadeia hierárquica da entidade que é determinado a partir do nível mais baixo da estrutura organizacional, contando, sequencialmente, o número de chefias a que cada nível reporta, até chegar ao dirigente de topo.

NOTA: a título de exemplo, numa entidade em que um trabalhador sem funções de chefia (1) reporta ao diretor de unidade (2) que reporta ao diretor de departamento (3) que reporta ao vice-presidente (4) que finalmente reporta ao dirigente de topo (5), o número de níveis hierárquicos a considerar é de 5.

Ongoing assessment of social impacts (OASIS) - Avaliação contínua dos impactos sociais, ou seja, avaliação estrutural e sistémica, adaptada à realidade de cada entidade, que visa acompanhar o progresso dos resultados no curto e médio prazo e fornecer informação aos dirigentes de topo para avaliação do desempenho da entidade e do respetivo impacto nos seus utilizadores/beneficiários.

Órgão executivo - Órgão que, segundo os estatutos da entidade, assegura as funções de gestão (social, administrativa e financeira) e/ou de direção da entidade, cabendo-lhe, em regra, a representação da entidade, em juízo ou fora dele. Notas: são órgãos executivos a Direção, o Conselho de Administração, o Conselho Executivo, o Conselho Diretivo, a Mesa Administrativa, entre outros.

Paridade salarial - Equivalência de remunerações entre os trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino.

Participação social direta - Participação direta no capital de sociedades comerciais (empresas) que corresponde, em regra, à titularidade de quotas ou ações, ou a direito de voto.

Pessoal ao serviço - Pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes").

NOTA: Não são ainda considerados os trabalhadores abrangidos por estágios profissionais, por contratos de emprego-inserção ou por outros programas e medidas ativas de emprego executadas/apoiadas pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.)

Poverty social impact assessment (PSIA) - Avaliação do impacto social sobre a pobreza, ou seja, avaliação dos impactos distributivos da intervenção social sobre o bem-estar de diferentes grupos da população, particularmente, os mais pobres ou vulneráveis.

Práticas de gestão - Referem-se aos métodos e técnicas de trabalho utilizados pelos dirigentes da entidade com vista a melhorar a eficácia dos sistemas de trabalho e a otimizar a utilização dos recursos da entidade. Alguns exemplos de práticas de gestão incluem a motivação, apoio e formação das pessoas ao serviço, a introdução de programas de melhoria da qualidade, entre outras.

Prémio de desempenho - Recompensa, pecuniária ou não, que visa distinguir os trabalhadores por mérito profissional, no cumprimento ou superação de objetivos, e resultados individuais ou organizacionais pré-definidos.

Prestadores de serviços - Pessoa em regime de prestação de serviços, trabalhador independente, que exerce na empresa, no estabelecimento ou na entidade a sua atividade com subordinação hierárquica, tem um período de trabalho semanal e um horário perfeitamente definidos.

Promoção - Passagem a uma categoria superior.

Remuneração bruta - Remuneração ilíquida, em dinheiro ou em géneros, paga aos trabalhadores pelas horas de trabalho efetuadas ou pelo trabalho realizado no período normal e no extraordinário, incluindo o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas) e os subsídios de carácter regular, tais como subsídios de alimentação, função, alojamento ou transportes, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade e isenção de horário, ou trabalhos penosos, perigosos, sujos, por turnos e noturnos.

Responsabilidade social - Integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das entidades/empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.

Saúde e segurança no trabalho - Todos os elementos relacionados com a promoção, prevenção e proteção da saúde e segurança dos trabalhadores no trabalho, nas suas atividades atuais ou passadas, em particular acidentes de trabalho, doenças profissionais e outros problemas de saúde e doenças relacionados com o trabalho.

Sistema de gestão documental - Sistema de gestão que consiste em facultar o arquivo, a organização, a consulta e a partilha de toda a informação de natureza documental em formato eletrónico nas organizações, podendo ser definidas permissões e níveis de acesso diferenciados para os seus utilizadores.

Social Costs-Benefit Analysis (SCBA) - Análise Social de Custos-Benefícios, ou seja, metodologia de avaliação económica de um projeto social que consiste em descrever os custos e o impacto social de uma atividade ou investimento em termos monetários.

Social Return on Investment (SROI) - Retorno Social do Investimento, ou seja, metodologia de avaliação de resultados e desempenho que visa medir o impacto e o valor social de um investimento, comparando o valor gerado por uma intervenção (benefícios) com a despesa necessária (investimento) para o obter.

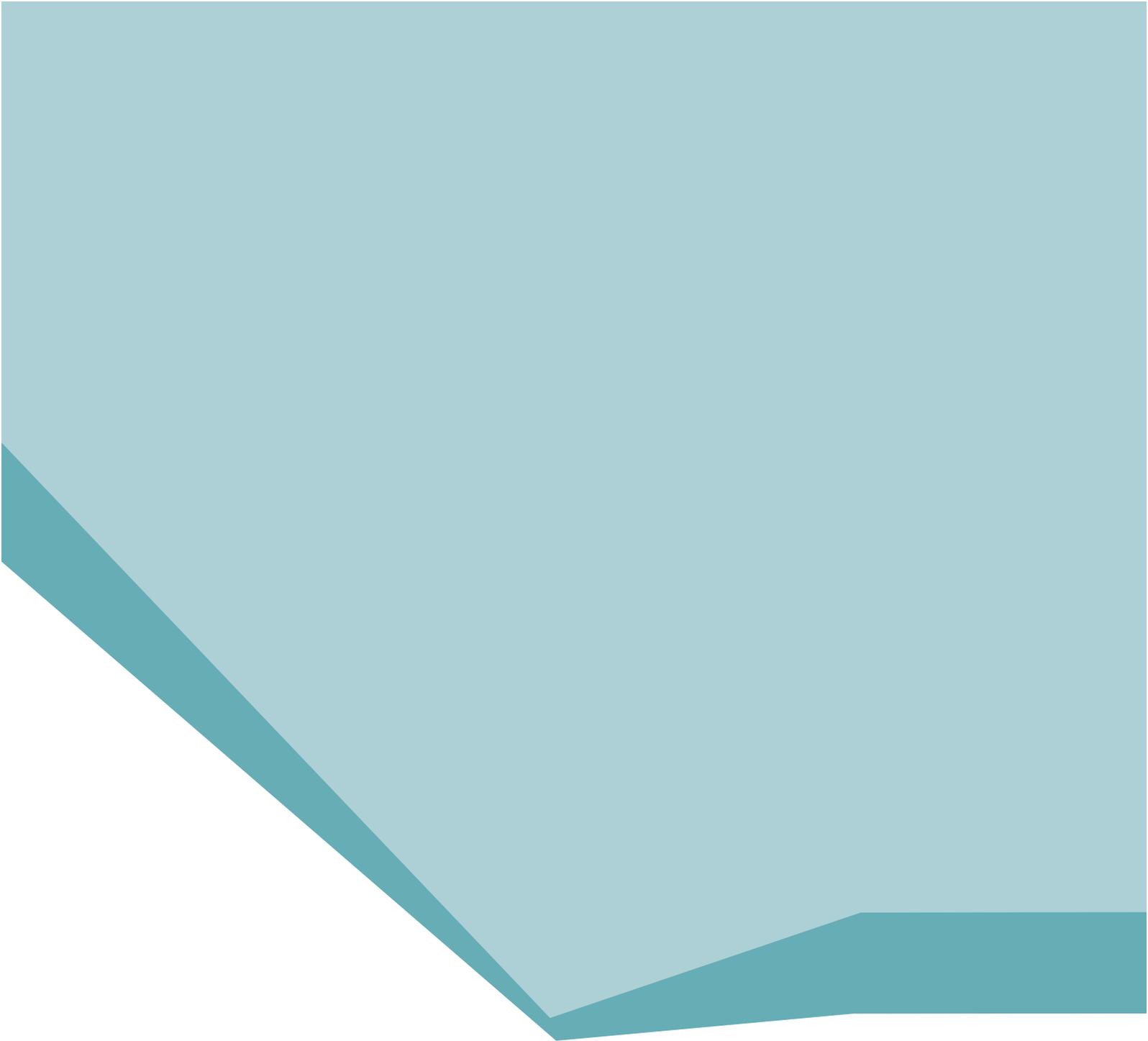
NOTA: O Retorno Social do Investimento pode ser utilizada como ferramenta de planificação estratégica para comunicar a criação de valor social, atrair investimentos ou tomar decisões de investimento.

Teletrabalho - Trabalho à distância com recurso a meios informáticos e telecomunicações na produção e/ou transferência dos resultados do trabalho.

Trabalho em rede - Desenvolvimento de ações ou projetos em parceria, aliança, consórcio ou estreita articulação entre entidades que têm objetivos comuns ou partilhados, interagem na utilização ou mobilização de recursos (humanos, físicos e financeiros), ou intervêm de forma conjugada na resolução de um problema (por exemplo social).

Voluntariado - Conjunto de ações, de interesse social e comunitário, realizadas por pessoas de forma desinteressada e no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas, ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

Voluntário - Indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre.



www.ine.pt